

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

CAROLINE COELHO FERNANDES

**A CRISE ICONOCLASTA NO IMPÉRIO BIZANTINO E A DEFESA DAS  
IMAGENS DE SÃO JOÃO DAMASCENO: UM DEBATE SOBRE  
AUTORIDADE POLÍTICA**

MARIANA

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

CAROLINE COELHO FERNANDES

**A CRISE ICONOCLASTA NO IMPÉRIO BIZANTINO E A DEFESA DAS  
IMAGENS DE SÃO JOÃO DAMASCENO: UM DEBATE SOBRE  
AUTORIDADE POLÍTICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História.

Área de concentração: Ideias, Linguagens e Historiografia.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Duarte Joly

MARIANA

Instituto de Ciências Humanas e Sociais/ UFOP  
2016

F363c Fernandes, Caroline Coelho.  
A crise iconoclasta no Império Bizantino e a defesa das imagens de São João Damasceno [manuscrito]: um debate sobre autoridade política / Caroline Coelho Fernandes. - 2016.  
141f.: il.: color.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Duarte Joly.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. Programa de Pós Graduação em História.

Área de Concentração: História Antiga e Medieval.

1. Império Bizantino. 2. Império Romano. 3. Oriente Medieval. 4. Imagem.  
I. Joly, Fábio Duarte. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU: 94(3)



**Caroline Coelho Fernandes**

“A crise iconoclasta no Império Bizantino e a defesa das imagens de São João Damasceno: um debate sobre autoridade política”

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em História da UFOP como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

**Prof. Dr. Fabio Duarte Joly**  
Departamento de História/ UFOP

**Prof. Dr. Fábio Faversani**  
Departamento de História/ UFOP

**Prof. Dr. Celso Taveira**  
Departamento de História/ UFOP

**Prof. Dr. Renato Viana Boy**  
Departamento de História /UFFS

**À minha mãe Maria Aparecida e ao meu irmão Caio.**

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus pelo dom da vida e por poder estar completando mais uma fase de minha vida profissional. Agradeço à Universidade Federal de Ouro Preto por mais uma vez fazer parte da minha formação nessa incansável busca pelo aprimoramento enquanto docente e historiadora. Agradeço também ao querido e maravilhoso Instituto de Ciências Humanas e Sociais por esses maravilhosos anos que aqui passei. Serei eternamente grata por ter feito parte desse lugar encantador e pelos amigos que aqui fiz. Jamais me esquecerei das rodas de conversas no famoso “redondo” e da paz encontrada nas horas de descanso no “Machu Picchu”.

Ao meu orientador, o professor Fábio Duarte Joly, imprescindível para a realização deste trabalho, faço um agradecimento especial por ter aceitado partir comigo nessa “empreitada”, mesmo sem termos trabalhados juntos anteriormente. Os meus sinceros agradecimentos pela confiança depositada em mim nesses dois últimos anos de convívio, pelas horas de orientação, pelas tantas dúvidas tiradas, por todo conhecimento transmitido, pela paz e serenidade que sempre me passou nas horas de desespero, pelo companheirismo, amizade, apoio e estímulo nesse árduo ofício de historiador.

Ao professor Fábio Faversani pela presença constante na realização deste trabalho, pela minuciosa leitura e avaliação em minha banca de qualificação em 2015, que muito me auxiliou e contribuiu para os resultados finais deste trabalho, pela amizade, auxílio e por fazer parte, agora, dessa banca avaliadora de defesa.

Ao professor e amigo Celso Taveira por ter me iniciado nos estudos bizantinos, por ter me orientado no bacharelado concluído em 2014 e por ter me ajudado a desenvolver o projeto para a seleção de mestrado neste programa. Agradeço também pelo carinho, apoio, amizade e atenção demonstrada aos meus estudos desde o primeiro contato que tive com a história bizantina em 2011. Um enorme obrigado por ser membro dessa banca avaliadora e por ter sido membro da banca avaliadora de minha qualificação em 2015.

Ao professor Renato Viana Boy por ter aceitado fazer parte dessa banca avaliadora de defesa e pela sua contribuição bibliográfica, afinal, o meu primeiro contato com a temática da iconoclastia bizantina e o nascimento do amor e

admiração pela mesma, surgiu a partir da leitura de sua monografia de bacharelado e sua dissertação de mestrado.

A todos os docentes que fazem parte dessa maravilhosa instituição pela sua dedicação e pela forma que conduzem o trabalho de vocês. Sem vocês não poderia ter chegado até aqui. Em especial, agradeço aos professores Álvaro Antunes e Marco Antônio Silveira, pessoas que sempre me auxiliaram e foram essenciais na minha formação. Agradeço também ao saudoso José Arnaldo Coêlho de Aguiar Lima, exemplo de amor pela docência, exemplo de amor pela vida.

Ao LEIR-UFOP (Laboratório de Estudos sobre o Império Romano) pela acolhida e oportunidade de crescimento intelectual. Obrigada a todos os seus coordenadores e membros, em especial aos professores Fábio Duarte Joly, Fábio Faversoni e Alexandre Agnolon, por me permitirem fazer parte desse grupo, no qual pude aprender e crescer como historiadora. Agradeço também no âmbito do LEIR, aos amigos e companheiros de trabalho que ali fiz.

Agradeço também aos membros do grupo de Medieval pelos inúmeros debates construtivos durante nossas reuniões. Que apesar da dispersão do grupo, o mesmo não se acabe e que as excepcionais pesquisas tenham continuidade.

Gostaria também de agradecer à dedicação dos funcionários do ICHS, indispensáveis para a nossa formação, principalmente à secretária Janaína Tette, do Programa de Pós-Graduação em História, por todo auxílio no decorrer desses dois anos.

Os meus sinceros agradecimentos à minha mãe, Maria Aparecida, pelos esforços e auxílios incondicionais para que eu conseguisse chegar até aqui. Sem o seu amor, carinho, compreensão, apoio, jamais conseguiria esse feito. Obrigada por ter sido em todos os momentos de minha vida minha mãe, meu pai, minha amiga e companheira. Agradeço também ao meu irmão Caio, principalmente pelas horas de distração no decorrer do caminho solitário e tortuoso da escrita.

À toda a minha família, aos meus queridos primos e amigos, mas em especial a Leonardo Corrêa pelo carinho, amizade, força, conhecimento e auxílio nos momentos difíceis durante a jornada da escrita; à minha querida prima Stella Cardoso, que não conheço pessoalmente, mas é como se conhecesse, pelo apoio, amizade, sugestões e momentos ímpares de lazer pelo *Whatsapp*. À minha querida prima Camila Rosado, meu *Xuxu*, pela amizade, carinho e por ser a minha

corretora favorita de abstracts e traduções, inclusive deste trabalho. Às minhas queridas primas Carla Corrêa, Gisele Grijó e Milena Fernandes que mesmo de longe me deram apoio e torceram por mim. À minha avó Ana Corrêa Coelho. Ao meu querido primo Luciano Corrêa pelos momentos ímpares que passamos juntos e pelo apoio de sempre. Aos meus tios e tias, mas em especial à tia Péia pela preocupação com meu trabalho, apoio e auxílio nos momentos difíceis. Agradeço também àqueles familiares que já não estão mais entre nós, mas foram fundamentais para a moldagem da pessoa que sou, do caráter que tenho hoje. A lembrança de cada momento alegre ou triste carrego comigo. Em especial agradeço à dona da mais gostosa gargalhada do mundo e ao meu avô José Coelho. Saudade eterna!!

Aos amigos historiadores especiais que aqui na melhor das federais fiz: Stephanie Martins, Rodrigo Cordeiro, Luzia Izidoro, Deisiane Pereira, Ana Paula Scarpa, João Victor Lanna, obrigada pelo apoio incondicional nesses últimos anos de jornada histórica. Obrigada pela amizade, paciência, carinho e força nos momentos difíceis.

A Rita pelo apoio incansável nos momentos difíceis nessa reta final da dissertação. Obrigada por tudo. Ao Diogo e ao Diego pela força, amizade, momentos de distração e pelos incontáveis momentos de abstração e debates intelectuais (ou não - risos)!!!

À República do Arco da Velha que há três anos tem sido a minha segunda casa. Como não agradecer a vocês, meninos, que estiveram comigo no momento mais feliz de minha vida acadêmica, quando vi o resultado da seleção de Mestrado. Um grande obrigado pelos momentos ímpares de lazer e rock's inesquecíveis.

Um agradecimento especial ao Douglas Thadeu, que presenciou o nascimento desta pesquisa, pela paciência, dedicação, carinho, compreensão e apoio nos momentos difíceis. Só você sabe o quanto foi difícil chegar até aqui, apesar das circunstâncias. Espero te ter sempre por perto. Essa conquista é nossa!! E que venham outras!!!

À CAPES por ter financiado esse projeto e por ter me dado essa oportunidade única de auxílio para os meus estudos. Graças à instituição pude me dedicar inteiramente ao meu trabalho e conseguir os melhores resultados possíveis.

*“(...) pois pintura, mesmo se silenciosa sabe como falar a partir do muro.*

*(MAGUIRE, 1994, p. 9)*

*“Nós nos submetemos a ti, ó imperador, nos assuntos dessa vida, os impostos, as receitas, dividas comerciais, em que nossas preocupações são confiadas a você. Para a constituição eclesiástica temos pastores que falam a nós a Palavra e representam a ordenança eclesiástica”.*

*(DAMASCENO, Tratado sobre as imagens, II, 12)*

*“(...) ‘honra a quem a honra é devida’ e ‘ao imperador como soberano’, e aos governantes como nomeados através deles, a cada um de acordo com a medida de seu valor”.*

*(DAMASCENO, Tratado sobre as imagens, III, 10)*

## RESUMO

A controvérsia iconoclasta no Império Bizantino foi uma batalha em torno das imagens religiosas que ocorreu entre os séculos VIII e IX e que culminou na proibição das mesmas pelo então imperador Leão III. Essa batalha dividiu-se em dois períodos, sendo o primeiro de 726 a 787 com o primeiro restabelecimento do culto das imagens e, o segundo de 815 a 843 com o restabelecimento definitivo do culto das imagens, no que ficou conhecido como o “Triunfo da Ortodoxia”. Nossa ênfase neste trabalho será dada ao primeiro período, no qual surgiu o então monge João Damasceno que escreveu três tratados em defesa das imagens, obras estas que serão aqui analisadas por nós em conjunto com outras fontes do período. Dessa forma, nosso objetivo é situar essas obras em um debate da imagem e da natureza do poder em Bizâncio, procurando compreender a representação imperial do ponto de vista de Damasceno e como ele utiliza dos mesmos argumentos em defesa das imagens para a defesa do poder imperial. Para tanto, é preciso compreender a complexa relação existente entre os dois tipos de regime atribuídos a Bizâncio por pesquisadores: a monarquia por direito divino e a herança republicana romana.

**Palavras-chave:** Bizâncio; Império Romano; Oriente Medieval; Poder; Imagem; João Damasceno; Iconoclasmo; Cristianismo; Imperador.

## **ABSTRACT**

The iconoclastic controversy in the Byzantine Empire was a battle around the religious images that occurred between the eighth and ninth centuries, culminating in the prohibition of the same by the then emperor Leo III. This battle was divided into two periods, the first 726-787 with the first restoration of the image worship and the second 815-843 with the definitive restoration of images worship, in what became known as the "Triumph of Orthodoxy". Our emphasis in this work will be given to the first period, represented by the monk John Damascene who wrote three treatises in defense of images. These works will be analyzed here in conjunction with other sources of the period. Thus, our objective is to situate these works in a debate of the image and the nature of power in Byzantium, trying to understand the imperial representation from the point of view of Damascene and how he used the same arguments in defense of the images as well as in the defense of imperial power. Therefore, it is necessary to understand the complex relationship between the two types of regime attributed to Byzantium by investigators: the monarchy by divine right and the Roman republican heritage.

**Key-words:** Byzantium; Roman Empire; Medieval East; Power; Image; John Damascene; Iconoclasm; Christianity; Emperor.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1:** Mãe de Deus em pé com o menino Jesus e a cruz iconoclasta.....58
- Figura 2:** Ícone com o Triunfo da Ortodoxia.....63

# Sumário

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>CAPÍTULO 1. A CRISE ICONOCLASTA: ANTECEDENTES E ECLOSÃO</b> <b>.....</b>	<b>20</b>
1.1. Primeiros concílios: definições cristãs e heresias .....	22
1.2. O ícone na história do cristianismo e na história bizantina .....	28
1.3. O caráter autocrático do poder imperial .....	30
1.4. O monacato bizantino .....	38
1.5. A expansão islâmica e a crise do século VII .....	42
1.6. A ascensão do imperador Leão III e a eclosão da iconoclastia.....	46
<b>CAPÍTULO 2. SÃO JOÃO DAMASCENO E OS TRÊS TRATADOS EM</b> <b>DEFESA DAS IMAGENS NO PRIMEIRO PERÍODO ICONOCLASTA... 65</b>	<b>65</b>
2.1. São João Damasceno: breve biografia.....	65
2.2. Principais obras e tradição .....	69
2.3. Os três tratados em defesa das imagens divinas .....	70
2.3.1. O Primeiro Tratado .....	71
2.3.2. O Segundo Tratado .....	82
2.3.3. O Terceiro Tratado .....	91
2.4. Considerações sobre Damasceno e os três tratados em defesa das imagens	
.....	96
<b>CAPÍTULO 3. A DEFESA DAS IMAGENS DE SÃO JOÃO DAMASCENO:</b> <b>CRÍTICA E FUNDAMENTAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO DO PODER</b> <b>IMPERIAL EM BIZÂNCIO .....</b>	<b>102</b>
3.1. Além da questão teocrática: a república bizantina .....	103
3.2. Imagens religiosas <i>versus</i> retratos imperiais em Damasceno: um debate	
sobre o sagrado e a autoridade política. ....	111
3.3. Damasceno e sua perspectiva sobre a representação imperial: a visão de	
quem está longe do centro do poder bizantino. ....	127
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>131</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>134</b>

## INTRODUÇÃO

No início do século VIII surgiu no Império Bizantino um movimento contrário às imagens religiosas, intitulado movimento *iconoclasta*, termo este que de acordo com o *The Oxford Dictionary of Byzantium*, provém da palavra grega εικονοκλάστης, que significa o ato de destruir imagens.<sup>1</sup> Esse movimento dividiu-se em dois períodos, sendo o primeiro com início em 726 sob o comando do imperador Leão III (717-741), fundador da dinastia isáurica, com o primeiro restabelecimento do culto das imagens em 787 no Concílio de Nicéia II, convocado pela então imperatriz ateniense Irene (797-802)<sup>2</sup>. E o segundo período com a restauração do iconoclasmo em 815 sob o comando do imperador Leão V, o Armênio (813-820), com o restabelecimento definitivo do culto das imagens em 843, no chamado “Triunfo da Ortodoxia”<sup>3</sup>, sob o comando da imperatriz Teodora (842-856).

Esse movimento teve como adversários e adeptos importantes seguimentos da sociedade bizantina como um todo, ou seja, elementos da própria Igreja, da administração do Império, a população comum – apesar de não termos nenhum documento que comprove sua ação favorável ou contrária às imagens -, entre outros, além, de envolver também a Igreja de Roma, contrária à política iconoclasta de Leão III e os carolíngios que emitiram seu parecer através dos *Libri Carolini* (porém, sabemos que estes tratados nunca chegaram a Bizâncio)<sup>4</sup>. Por isso, é importante destacar o nome de dois monges na defesa dos ícones: São João Damasceno, na primeira fase, e Teodoro Estudita, na segunda.

Neste sentido, é preciso salientar que o nosso objeto de estudo não é a crise iconoclasta em si, mas sim os três tratados em defesa das imagens escritos

---

<sup>1</sup> KAZHDAN, 1991, p. 975

<sup>2</sup> É preciso ressaltar que a imperatriz Irene governou por duas vezes, sendo a primeira à época do concílio de Nicéia II, de 780 a 797, como imperatriz regente e a segunda, como citado acima, como imperatriz, de 797 a 802.

<sup>3</sup> Conhecido também como o “Domingo da Ortodoxia”, o dia 11 de março de 843 ficou marcado como o dia da condenação oficial do Iconoclasmo, no qual em uma procissão solene, o documento intitulado “Sinodykon da Ortodoxia” foi depositado no altar da Igreja de Santa Sofia, em Constantinopla. Neste documento há uma lista de anátemas contra os hereges, particularmente, os líderes da Iconoclastia, além de outros fundadores de heresias. Todos os anos no dia 11 de março é comemorado o “Triunfo da Ortodoxia” na Igreja grega. KAZHDAN, 1991, pp. 2122-2123.

<sup>4</sup> Cf. BAJJANI, 2009.

pelo monge e santo João Damasceno, no intuito de abordar suas obras a partir da defesa de uma concepção do poder imperial, perspectiva que diferencia nosso trabalho frente às outras pesquisas sobre essas obras, pois a maioria trata as mesmas do ponto de vista da defesa das imagens e da teologia cristã. Abordaremos aqui então o movimento iconoclasta no sentido de situar o leitor no contexto de produção dessas obras.

Ressaltamos também a relevância do estudo deste tema uma vez que estamos lidando com um assunto de grande valor não só para a sociedade romana ocidental e oriental, mas também para toda comunidade cristã, visto que o movimento iconoclasta constituiu-se na proibição do culto e na destruição dos ícones, considerados como o maior meio de transmissão e ensinamento do dever cristão. No entanto, Renato Viana Boy<sup>5</sup> nos relata acerca da existência de algumas províncias orientais de Bizâncio que apresentavam tremenda repulsa em relação aos ícones, como por exemplo, o caso de Isáuria, região da qual provinha o imperador Leão III (717-741), o qual fundou a dinastia Isaúrica, e como foi dito anteriormente, deu início à iconoclastia. Boy salienta ainda o fato de que o retorno do iconoclasmo foi também conduzido por outro imperador asiático, Leão V (813-820), o Armênio, da dinastia Amórica. Dessa forma, é possível perceber que dentro do próprio Império existiam correntes contrárias ao uso das imagens.

Isso pode ser também observado na existência de movimentos divergentes iniciados dentro da própria Igreja bizantina, em relação às questões dogmáticas que foram discutidas de forma recorrente entre os séculos IV e V, acerca da dupla natureza de Cristo e das três pessoas da Santíssima Trindade, que serão analisadas para a compreensão dos principais argumentos construídos no século VIII para a defesa das imagens por João Damasceno.

Como estamos tratando de um tema complexo, no qual não há grupos bem definidos no que se refere à divisão daqueles que são contrários ou defendem as imagens, utilizaremos os termos já definidos pela historiografia bizantina, tais como iconófilos (εικονοφίλοι) para designar aqueles que são “adoradores das imagens” e iconoclastas (εικονοκλάσται) para designar aqueles que são “adversários das imagens”.<sup>6</sup> Isso porque, ao longo de nosso trabalho, apontaremos enquanto iconoclastas os imperadores que deram início e apoiaram o movimento,

---

<sup>5</sup> BOY, 2007. p. 24.

<sup>6</sup> Cf. KAZHDAN, 1991, p. 977.

tais como Leão III e seu filho Constantino V na primeira fase, e Leão V na segunda e, iconófilos, aqueles que defenderam as imagens, como o monge João Damasceno e a imperatriz Irene na primeira fase e, o monge Teodoro Estudita e a imperatriz Teodora na segunda, uma vez que, de acordo com os documentos que temos acesso para o estudo do período, o iconoclasmo foi disputado apenas entre as principais esferas de poder em Bizâncio, ou seja, entre as esferas política e religiosa.

Sendo assim, no que se refere às fontes existentes para o estudo do período iconoclasta (726-843), as informações são um tanto quanto obscuras, devido à falta de informação do que teria levado de fato à eclosão da iconoclastia, proveniente da destruição proposital de importantes documentos, tanto por parte dos iconoclastas quanto por parte dos iconófilos, mas principalmente da parte iconófila, já que após a derrota do iconoclasmo, foi estabelecido que os documentos iconoclastas fossem destruídos o que fez com que a história do período fosse produzida apenas do ponto de vista da parte vitoriosa. Além disso, temos também o problema relacionado às fontes imagéticas do período que foram os principais alvos da política iconoclasta, fazendo com que tenhamos acesso somente às imagens antecedentes que sobreviveram e àquelas posteriores ao período.

Sobre a documentação a qual podemos ter acesso, Ostrogorsky<sup>7</sup> ressalta a possibilidade de se conhecer as decisões do concílio iconoclasta de 754, em Hieria, através das atas do concílio iconófilo de 787, em Nicéia, e as decisões do concílio de 815, que marcou o retorno da iconoclastia após o primeiro restabelecimento do culto das imagens, através da obra do patriarca Nicéforo (806-815), já que não restou nenhum escrito iconoclasta em sua forma original, apenas fragmentos que podem ser encontrados nessas fontes, utilizados para a condenação da iconoclastia.

Outra dificuldade que diz respeito às fontes do período é o fato de que as mesmas são em sua maioria eclesiásticas, o que segundo Auzépy<sup>8</sup> é um problema, pois é preciso que o historiador esteja atento ao caráter tendencioso desses documentos que são frutos do ponto de vista clerical ou monástico, ou seja, foram

---

<sup>7</sup> OSTROGORSKY, 1984, pp. 157-216.

<sup>8</sup> AUZÉPY, In: SHEPARD, 2008, pp. 251-291.

produzidos a partir dos ideais iconófilos, retratando a política iconoclasta e os seus adeptos sempre de forma negativa.

Além disso, havia ainda o problema da falsificação de documentos do período, o que era muito recorrente devido à necessidade de apelo à autoridade para a comprovação de algo, pois foi durante o período iconoclasta que surgiu “uma enorme quantidade de argumentação polêmica, controle de textos usados como provas, reunião de citações e refinamento das técnicas da controvérsia”<sup>9</sup>. Segundo Cameron, era frequente o uso de debates formais nessas disputas, nas quais eram apresentadas as maiores preocupações da época através de textos que tinham a necessidade do uso de citações comprobatórias retiradas muitas vezes das Escrituras com o objetivo de apelar para a autoridade e tradição como forma de argumentação. Com isso, muitos autores desses textos polêmicos da época, principalmente os autores de textos eclesiásticos, tendiam a recorrer a falsificações e adulterações para imbuir seus textos de autoridade. A questão referente à falsificação só foi levantada a partir do Sexto Concílio de 680-681, no qual as atas do Quinto Concílio de Constantinopla foram postas em dúvida, descobrindo-se então que as mesmas foram adulteradas, o que levou as autoridades da época à conferência de todos os documentos posteriores. Dessa forma, é preciso que o historiador esteja atento aos problemas relacionados às falsificações e adulterações de documentos do período iconoclasta, já que

estabelecer um discurso autoritário é uma técnica importante, e a condenação dos oponentes, quando se lida com inimigos reais ou potenciais distribuindo-os pelas velhas e familiares categorias de abuso, ou mesmo criar oponentes imaginários, são todos boas maneiras de se lidar com uma ameaça percebida.<sup>10</sup>

Assim, as fontes primárias para o estudo da iconoclastia são os escritos teológicos deixados pelo monge João Damasceno na primeira fase do iconoclasmo, e os escritos deixados pelo também monge Teodoro Studita na segunda fase, ambos grandes defensores das imagens. Além disso, é possível também ter acesso às atas do patriarcado de Constantinopla que contém atas de concílios realizados no período, além de cartas entre patriarcas, o papa e imperadores, e outros documentos. Há ainda a *História breve* do patriarca

---

<sup>9</sup> CAMERON, In: BOWMAN; WOOLF (Org), 1998, p. 247.

<sup>10</sup> *Ibidem*, p. 256.

Nicéforo (769) e a *Crônica* de Teófanos (escrita entre 810-814); a *Ecloga*, obra jurídica da época promulgada pelo imperador Leão III em 726, e o ponto de vista do Ocidente em relação à política iconoclasta contra as imagens que pode ser encontrado nos *Libri Carolini*, famoso tratado da época atribuído ao imperador Carlos Magno, redigido provavelmente entre 791-794. É possível observar, assim, que a maioria dessas fontes são eclesiásticas ou religiosas, já que “praticamente nada foi escrito em Constantinopla antes da década de 780”<sup>11</sup>.

Posto isso, nosso ponto de partida se encontra no edito promulgado pelo imperador Leão III em 726 e que marca o início do iconoclasmo<sup>12</sup>, quando o imperador ordenou que fosse retirada a imagem monumental de Cristo da porta de bronze do Palácio Imperial, a *Chalké*, provocando a ira da população bizantina e dando início, assim, à iconoclastia<sup>13</sup>. Este documento pode ser encontrado na *Crônica* de Teófanos, ainda que seja alvo de questionamento pelos historiadores devido à sua tendência iconófila. Segundo Bryer e Haldon<sup>14</sup>, é preciso que o historiador seja cuidadoso ao utilizar tanto essa fonte quanto a *História Breve* do patriarca Nicéforo, pois ambas foram escritas por contemporâneos desses acontecimentos, ou seja, por testemunhas oculares de muitos dos episódios ocorridos no século VIII que, ao escreverem sobre esses acontecimentos poucos anos depois e refletiam nos textos suas próprias atitudes políticas e/ou religiosas, além de invocar para o documento suas próprias memórias ou as de outras testemunhas oculares que passavam essas informações oralmente. Além disso, os autores ainda chamam a atenção para o fato de que tanto Nicéforo quanto Teófanos teriam utilizado, na maioria das vezes, fontes comuns, sendo que a diferença entre seus trabalhos pode ser vista no uso de outras tradições ou crônicas e na visão de cada autor sobre o acontecido.

---

<sup>11</sup> CAMERON, In: BOWMAN; WOOLF (Org), 1998, p. 244.

<sup>12</sup> A questão referente à data de início do Iconoclasmo é bem divergente entre os estudiosos do período uma vez que alguns autores como Steven Runciman (1978) e Renato Viana Boy (2007) atribuem como o ponto de partida do iconoclasmo a ordem de retirada da imagem de Cristo da porta de bronze do Palácio Imperial, a *Chalkê*, em 726, pelo então imperador Leão III, enquanto outros como Fernanda Espinosa (1972) e Paul Lemerle (1991) apontam a data inicial como 730, na qual o mesmo imperador convocou um sínodo condenando oficialmente a iconoclastia. Neste trabalho usaremos como a data oficial 726, por acreditarmos que a crise iconoclasta teve início antes mesmo da convocação do sínodo, devido às atitudes já hostis do imperador em relação às imagens.

<sup>13</sup> O documento referente à retirada do Cristo da *Chalké* faz parte da *Crônica* de Teófanos e pode ser encontrado in: MANGO, 1993, pp. 151-152.

<sup>14</sup> BRYER; HALDON, 2001.

Muito importante também para a compreensão do período iconoclasta são os registros das atas do patriarcado de Constantinopla<sup>15</sup>, que contém cartas trocadas entre imperadores, patriarcas e papas, documentos sobre assuntos teológicos, atas de concílios e mais ainda, documentos que remetem à administração imperial, decretos imperiais, entre outros assuntos que não dizem respeito somente às questões de cunho religioso. Porém, como toda fonte sobre o período da crise iconoclasta, segundo Bryer e Haldon, as atas também são problemáticas para os historiadores, no sentido de que elas foram por diversas vezes adulteradas posteriormente ou elaboradas com o intuito de refletir um determinado seguimento da opinião eclesiástica.

Nesse conjunto de uma grande variedade de documentos que podem ser encontrados nessa importante fonte referente ao patriarcado de Constantinopla, é preciso estarmos atentos não somente para os documentos dos séculos VIII e IX, mas também para os de séculos anteriores, principalmente os que dizem respeito a concílios, pois esses registros proporcionam importantes informações acerca das imagens no século VII, como as atas do chamado Concílio Quinisssexto de 692, realizado em Constantinopla, que aprovou oficialmente as imagens, ordenando que Cristo deixasse de ser representado como um cordeiro para ser retratado como uma pessoa para dar ênfase à Sua natureza humana<sup>16</sup>, o que nos mostra que, antes mesmo do início da crise iconoclasta, já havia debates em torno das imagens.

Em relação às atas referentes ao século VIII, ou seja, período referente à primeira fase da iconoclastia, um documento de extrema importância é, sem dúvida, o que diz respeito às decisões do Segundo Concílio de Nicéia, de 787, no qual o culto das imagens foi legitimado e restabelecido, e onde também é possível encontrar extratos e fragmentos das decisões contrárias ao culto das imagens defendidas no concílio iconoclasta de 754, mais conhecido como o concílio de Hieria, que contém importantes informações acerca da política iconoclasta. Já em relação às decisões do concílio iconoclasta de 815, que marca o início da segunda fase do iconoclasmo, Bryer e Haldon apontam que as suas atas também sobreviveram apenas em forma de fragmentos que podem ser encontrados na obra do patriarca Nicéforo.

---

<sup>15</sup> GRUMEL, 1989.

<sup>16</sup> Cf. RUNCIMAN, 1978.

Temos ainda em relação à segunda fase da crise iconoclasta, o concílio de 843 que ficou conhecido como o “Triunfo da Ortodoxia” ou “Domingo da Ortodoxia”, no qual a iconoclastia foi condenada e considerada uma grande heresia. Foram ainda restabelecidas todas as decisões do Segundo Concílio de Nicéia de 787, no qual o culto das imagens foi restaurado pela primeira vez. Segundo Bryer e Haldon, a ata original de 843 não sobreviveu, porém, podemos ter acesso a essas decisões tomadas no sínodo através do documento chamado *Synodikon da Ortodoxia*, lido no dia 11 de março de 843.<sup>17</sup>

Além das fontes já citadas acima temos também acesso às que se referem a cartas e tratados teológicos polêmicos acerca da legitimidade ou não do culto das imagens e que também dizem respeito às questões que envolvem dogmas e crenças que são fundamentais para o estudo dos séculos VIII e IX. Porém, Bryer e Haldon nos chamam a atenção para uma série de dificuldades que também podem ser encontradas nesses documentos, dificuldades estas que se referem ao problema da atribuição, em especial, de textos teológicos polêmicos cujas datas de composição ainda são incertas. Além disso, há o problema do que os autores chamam de “interpolação”, que ocorre com a maioria dos textos do período, exigindo do historiador um exame mais atento e cuidadoso desses documentos, mesmo os que dizem respeito aos escritos originais de São João Damasceno.

Neste sentido, podemos encontrar nesse tipo de fonte documentos referentes a indivíduos que tinham relação direta com a crise iconoclasta, tais como escritos produzidos pelos monges João Damasceno e Teodoro Estudita, grandes defensores das imagens, além dos escritos teológicos atribuídos ao imperador Constantino V, que defendeu sua política iconoclasta não somente pela força física, mas também através de seus textos que foram utilizados como base para o concílio de Hieria de 754, no qual condenava as imagens.

Aos documentos dessa espécie que se referem ao primeiro período iconoclasta temos os polêmicos tratados teológicos de São João Damasceno, grande defensor das imagens e do culto das mesmas, que afirmava que através da matéria, ou seja, da imagem, era possível chegar às realidades intransitáveis. Temos acesso também a fragmentos dos escritos teológicos atribuídos ao imperador Constantino V, que podem ser encontrados no *horos* do concílio de

---

<sup>17</sup> Este documento, considerado suspeito, pode ser encontrado em uma versão em francês em GRUMEL, 1989, p. 65-66, N. 416.

754, presente nas atas do concílio de 787, devido, como já dissemos anteriormente, à destruição da documentação original referente ao partido iconoclasta, o que nos faz ter acesso a essas fontes somente de forma indireta. Em seus escritos, Constantino V rejeitava as imagens e seu culto, defendendo que, ao se fazer uma imagem e chamá-la de Cristo, conseqüentemente pinta-se a natureza divina de Cristo (que é homem e Deus) e não pode ser representada<sup>18</sup>. Apesar de termos acesso a essa fonte apenas de forma indireta, ela é de extrema importância para nós, pois é através dela que podemos ter acesso ao que Constantino V e os adeptos da iconoclastia defendiam.

Outro importante tratado teológico do período, mas que se refere à segunda fase da iconoclastia, é a defesa das imagens feita pelo também monge Teodoro Estudita, que defendia que a veneração oferecida a uma imagem é o mesmo que a veneração oferecida a quem era representado na mesma, devido à semelhança entre o protótipo e o que é representado, defendendo assim, a possibilidade de produção e culto da imagem<sup>19</sup>.

Apesar de a política iconoclasta ter seu início decretado somente no século VIII, o problema relacionado à legitimidade da imagem ou não, já se apresentava no século IV através da condenação de Eusébio de Cesaréia<sup>20</sup> sobre o pedido da irmã do imperador Constantino, Constância, para que o primeiro lhe enviasse um retrato de Cristo. Eusébio de Cesaréia não somente negou o seu pedido, como também chamou a atenção de Constância para o fato de que não era possível a produção de uma imagem de Cristo, devido à impossibilidade de se representar aquilo que é inatingível. Essa carta é relevante para o entendimento do período, visto que é possível perceber através da mesma que já havia uma preocupação com o estatuto da imagem no Oriente medieval séculos antes da eclosão do iconoclasmo.

Não menos importante há ainda a possibilidade de saber o ponto de vista ocidental em relação à querela iconoclasta através do tratado franco intitulado *Libri Carolini*, composto por quatro livros, escrito por Teodulfo, em nome do Rei Carlos Magno. Segundo Lucy Cavallini Bajjani<sup>21</sup>, é possível perceber que, em um

---

<sup>18</sup> Documento referente à condenação das imagens em Bizâncio. ESPINOSA, 1972, p. 63.

<sup>19</sup> Fragmentos dos tratados de Teodoro Estudita podem ser encontrados em MANGO, 1993, pp. 173-175.

<sup>20</sup> Essa carta pode ser encontrada em uma versão em inglês em MANGO, 1993, pp. 16-18.

<sup>21</sup> A discussão em torno dos *Libri Carolini* pode ser encontrada em BAJJANI, 2009.

primeiro momento, que se refere à primeira fase do iconoclasmo, os francos apoiaram Roma condenando a iconoclastia, porém, em um segundo momento os francos passaram a se colocar contra as imagens através dos *Libri Carolini*, onde defendem que as imagens não deveriam ser cultuadas e tão pouco destruídas. É considerado um tratado político já que se coloca no centro das relações entre os imperadores orientais e francos, mas também entre as relações entre esses dois primeiros e Roma. A autora afirma ainda que esse tratado é apresentado enquanto uma refutação às decisões tomadas no Segundo Concílio de Nicéia de 787.

Como já foi destacado anteriormente, apesar de não ter sobrevivido imagens referentes ao período iconoclasta, é possível ainda fazer uso de imagens produzidas nos séculos anteriores que sobreviveram ao período e também daquelas produzidas posteriormente, já que as mesmas podem nos fornecer uma ideia de sua importância para os bizantinos. Isso pode ser visto, principalmente, após o Triunfo da Ortodoxia em 843, fato este que deu origem ao apogeu da arte cristã bizantina entre os séculos IX e XI.

Tendo em vista esse conjunto documental, nosso trabalho terá um escopo mais restrito pois baseado nos tratados escritos por São João Damasceno<sup>22</sup>. A nossa escolha por esses documentos se deu em decorrência da ênfase que procuramos dar ao primeiro período e também por Damasceno e seus tratados serem contemporâneos à crise. Assim, o nosso objetivo ao trabalhar essas obras é situá-las tanto no debate acerca das imagens quanto da natureza do poder imperial em Bizâncio.

Para tanto, a nossa abordagem metodológica será centrada nas obras de São João Damasceno<sup>23</sup>, a partir da leitura e análise sistemática das mesmas, em conjunto com outras fontes que nos permitam compreender melhor a primeira fase da crise iconoclasta. Essas fontes auxiliares são as atas do patriarcado de Constantinopla<sup>24</sup>, a carta de Eusébio a Constância<sup>25</sup>, fragmentos dos escritos de Teodoro Estudita<sup>26</sup>, além da definição do concílio iconoclasta de Hieria (754)<sup>27</sup> e o decreto do concílio iconófilo de Nicéia (787)<sup>28</sup>.

---

<sup>22</sup> DAMASCENO, In: LOUTH, 2003.

<sup>23</sup> Para as obras de Damasceno usaremos, para a tradução, a versão traduzida para o inglês encontrada em: DAMASCENO, In: LOUTH, 2003 e a versão grega das mesmas em *Patrologiae Graecae*, Tomus XCIV. S. Joannes Damascenus. Disponível em <http://patristica.net/graeca/>.

<sup>24</sup> GRUMEL, 1989.

<sup>25</sup> MANGO, 1993.

<sup>26</sup> *Ibidem*.

Examinaremos então esses documentos e a respectiva bibliografia sobre os pontos e temas que envolvem as questões antecedentes ao iconoclasmo, à sua eclosão, à sua primeira fase e os argumentos de São João Damasceno acerca das imagens e da expressão do poder em Bizâncio. Quanto à bibliografia geral, nos parecem fundamentais trabalhos como o de Louth<sup>29</sup> sobre vida e obra de Damasceno, o de Cardoso<sup>30</sup> que nos apresenta uma análise dos argumentos de Damasceno através de uma perspectiva teológica, o de Anthony<sup>31</sup> que remete à biografia de Damasceno e uma análise de sua linhagem familiar, bem como os trabalhos de Boy<sup>32</sup> acerca da crise iconoclasta e sobre a contribuição dos argumentos de Damasceno para a produção iconográfica cristã ortodoxa medieval.

Destacam-se ainda os três volumes do *The Oxford Dictionary of Byzantium*<sup>33</sup> e as obras de Dagron<sup>34</sup> e Taveira<sup>35</sup> sobre a natureza autocrática do poder imperial bizantino e, em contrapartida, o trabalho de Kaldellis<sup>36</sup> acerca do caráter repúblicano de Bizâncio herdado de Roma.

Dessa forma, o tema proposto por nós será abordado da seguinte forma: o primeiro capítulo da dissertação é composto por questões referentes à crise iconoclasta, com ênfase em seus antecedentes e no seu primeiro período (726-787), com destaque para temáticas relativas às definições cristãs e heresias, à história do ícone no cristianismo e na sociedade bizantina, ao caráter autocrático do poder imperial, ao monacato bizantino, à expansão islâmica e a crise bizantina do século VII e, por último, à ascensão do imperador Leão III e a eclosão da crise iconoclasta.

O segundo capítulo será dedicado a São João Damasceno e os seus três tratados em defesa das imagens divinas, no qual será exposta uma pequena biografia de Damasceno e de suas principais obras e a tradição à qual pertence. Nesse capítulo faremos ainda uma análise minuciosa dos seus três tratados de

---

<sup>27</sup> *Epitome of the Definition of the Iconoclastic Conciliabulum, Held in Constantinople, A. D. 754.* In: Medieval Sourcebook, website [www.fordham.edu](http://www.fordham.edu).

<sup>28</sup> *Decree of Secound Concil of Nicea, 787.* The decree of the Holy, Great, Ecumenical Synod, the Second of Nicea. In: Medieval Sourcebook, website [www.fordham.edu](http://www.fordham.edu).

<sup>29</sup> LOUTH, 2002.

<sup>30</sup> CARDOSO, 2013.

<sup>31</sup> ANTHONY, 2015.

<sup>32</sup> BOY, 2007; BOY, 2008.

<sup>33</sup> KAZHDAN, 1991.

<sup>34</sup> DAGRON, 2007.

<sup>35</sup> TAVEIRA, 2002.

<sup>36</sup> KALDELLIS, 2015.

forma separada, com o intuito de compreender os seus argumentos para defender a legitimidade das imagens, concluindo com algumas considerações acerca do monge e seus escritos.

No terceiro e último capítulo será discutida a hipótese de nossa dissertação referente à percepção de São João Damasceno quanto à autoridade política em Bizâncio. Esse capítulo será composto por uma exposição sobre a herança republicana romana, por um debate acerca das imagens sagradas e dos retratos imperiais e, por último, por uma análise do ponto de vista de Damasceno sobre a crise iconoclasta, enquanto a percepção de quem está distante do centro de poder bizantino.

Neste sentido, esperamos que nosso trabalho colabore para uma tentativa maior de compreensão não apenas dos escritos de São João Damasceno, mas também para uma maior compreensão da crise iconoclasta e de seus opositores, pois, além do que se sabe sobre os imperadores que a iniciaram, é difícil obter uma percepção mais ampla, completa e correta acerca da opinião bizantina sobre o ocorrido, se esta foi contrária ou favorável à nova política dos isaúricos. Finalizamos destacando que buscamos aqui compreender Damasceno e suas obras em defesa das imagens a partir de uma outra perspectiva que não aquela exclusivamente religiosa, enfatizando também sua posição política.

## CAPÍTULO 1

### A CRISE ICONOCLASTA: ANTECEDENTES E ECLOSÃO

A denominada crise iconoclasta foi uma batalha em torno das imagens religiosas em Bizâncio, iniciada pelo então imperador Leão III (717-741) da dinastia isaúrica no século VIII, que acarretou na proibição do culto e destruição dos ícones. Essa batalha, que perdurou por mais de um século, dividiu-se em dois períodos, sendo o primeiro de 726 a 787, no qual se deu o primeiro restabelecimento do culto das imagens, e o segundo período com início em 815 e término em 843 com o restabelecimento definitivo do culto das imagens, no que ficou conhecido como o *Triunfo da Ortodoxia*.

Segundo o cronista Teófanos, o Confessor (760-817), o ponto de partida para o início da batalha contra as imagens foi a ordem dada pelo imperador Leão III em 726, de que fosse retirada do portão do palácio imperial, a *Chalkê*, uma imagem monumental de Cristo, que teria levado à revolta a população bizantina.<sup>37</sup> É certo que esse documento tem sido alvo de questionamentos pelos pesquisadores do tema, devido à sua tendência iconófila; contudo, consideramos a data por volta de 726 para a eclosão da iconoclastia, por acreditarmos que o seu início ocorreu mesmo antes da convocação do sínodo, devido às atitudes hostis que o imperador já havia demonstrado em relação às imagens, como pode ser observado nos documentos encontrados nos registros das atas do patriarcado de Constantinopla<sup>38</sup>, como o documento *N.331*<sup>39</sup>, de janeiro de 730, no qual há uma advertência feita ao imperador Leão III sobre a legitimidade do culto das imagens. Este documento se refere ao período do patriarcado de Germano I (715-730).

Logo depois é possível encontrar também os documentos *N.343*<sup>40</sup>, do final de janeiro de 730, que se refere a uma menção de uma ordem do imperador Leão III contra as imagens e o *N.344*<sup>41</sup>, que não se sabe se é do fim de janeiro ou início de fevereiro de 730, no qual temos a menção de uma carta sinodal escrita ao papa

<sup>37</sup> Cf. MANGO, 1993, pp. 151-152.

<sup>38</sup> GRUMEL, 1989.

<sup>39</sup> *Ibidem*, p. 6.

<sup>40</sup> *Ibidem*, p. 12.

<sup>41</sup> *Ibidem*.

Gregório II contra as imagens, que pode ser encontrada entre os documentos do patriarcado de Anastácio (730-754), escolhido pelo próprio imperador após a destituição do patriarca Germano I. Esses documentos ajudam a comprovar a teoria da instituição da iconoclastia por volta dos anos de 720, defendida por tantos autores e por nós, apesar da desconfiança em relação ao que se encontra na crônica de Teófanos.

A política iconoclasta de Leão III se intensifica após a sua morte com o seu filho Constantino V (741-775), o qual convocou um concílio em Hieria em 754, reiterando a proibição do culto aos ícones. O fim desse primeiro período se deu em 787 com a convocação do concílio de Nicéia II, pela então imperatriz regente Irene (780-789), já que o mesmo não pode se realizar em Constantinopla, devido à posição do exército, no qual se deu o restabelecimento do culto das imagens.

O segundo período iniciou-se com o imperador Leão V (813-820) através de um concílio realizado em Constantinopla em 815, quando as imagens foram mais uma vez condenadas. Porém, em 842 Teodora (842-855) tornou-se imperatriz e proclamou o restabelecimento definitivo das imagens através de um concílio realizado em Constantinopla em 843, juntamente com o patriarca Metódio I (843-847), renovando todas as disposições do concílio de Nicéia II (787). O dia 11 de março de 843 ficou marcado devido à cerimônia solene realizada na Igreja de Santa Sofia, em Constantinopla, onde foi celebrado o *Triunfo da Ortodoxia*, que é até os dias atuais comemorado pela Igreja grega.<sup>42</sup>

Nesse contexto, é necessário destacar a importância de duas grandes figuras monásticas na defesa das imagens, São João Damasceno na primeira fase e Teodoro Estudita na segunda. Ambos contribuíram, com seus escritos, para a legitimação das imagens, recorrendo a argumentos oriundos das Escrituras e dos santos Padres da Igreja. Como nossa pesquisa se concentra na análise das obras de Damasceno, é preciso salientar a importância de se voltar alguns séculos antes e compreender alguns acontecimentos referentes aos dogmas da Igreja e às imagens, como forma de entender o período e os argumentos de João Damasceno, permeados pela questão cristológica e trinitária.

---

<sup>42</sup> Cf. LEMERLE, 1991, p. 76.

Para isso, faremos uma breve contextualização, neste capítulo, acerca dos primeiros concílios e de suas definições, passando pela importância do ícone na história do cristianismo e na história bizantina e pela questão autocrática do poder imperial, além de explicar um pouco acerca da história do monacato bizantino. Trataremos ainda da expansão islâmica e da crise bizantina no século VII, para melhor compreensão de como ocorreu a ascensão do imperador Leão III, sua ideologia imperial e o contexto da eclosão da iconoclastia.

### 1.1. Primeiros concílios: definições cristãs e heresias

O Império Bizantino enquanto um império de bases cristãs teve início com o imperador Constantino (272-337) e sua suposta visão<sup>43</sup>, que fez com que o mesmo protegesse a fé cristã. Sua concepção de uma cópia do “Reino dos céus na terra”<sup>44</sup>, levou Bizâncio a se autointitular um império universal, que abarcava todos os povos, como partes da única e verdadeira Igreja cristã: a Igreja Ortodoxa.<sup>45</sup>

O ponto de partida para a compreensão da experiência com Deus na civilização bizantina está nas Sagradas Escrituras – o Antigo testamento e o Novo Testamento, este como desenvolvimento e explicação para fatos ocorridos no Antigo.<sup>46</sup> É possível perceber a importância das Escrituras para essa civilização no uso das mesmas para a elaboração, defesa e justificativa de argumentos, seja para legitimar questões referentes aos dogmas da Igreja Ortodoxa, seja para desenvolver argumentos em prol do que era considerado pela Igreja como *heresia*<sup>47</sup>, como aliás veremos mais à frente no caso do movimento iconoclasta, no qual o ataque às imagens foi feito a partir de textos da Escritura, enquanto que a

---

<sup>43</sup> Há ainda entre os historiadores, dúvidas acerca da veracidade ou não da suposta visão do imperador Constantino, na qual o mesmo teria visto Cristo em sonho e este teria ordenado que as tropas de Constantino inscrevessem sem seus escudos o monograma cristão XP (RUNCIMAN, 1978). “Historiadores racionalistas contestam essa versão como sendo uma invenção do próprio Constantino ou, mais provavelmente, de Eusébio, o qual consideram um bajulador digno de pouca confiança. Cristãos piedosos veem nisso um milagre. Outros acreditam que Constantino tenha presenciado um fenômeno natural raro, mas não excepcional, exagerando-o em sua imaginação”. Cf. RUNCIMAN, 1978, p. 13.

<sup>44</sup> *Ibidem*.

<sup>45</sup> *Ibidem*.

<sup>46</sup> Cf. CUNNINGHAM, In: JAMES, 2010, pp. 149-159

<sup>47</sup> O termo “heresia” era utilizado pelos bizantinos para designar aqueles que eram adversários da Igreja Ortodoxa de Constantinopla ou para designar também tendências religiosas que foram condenadas pelo patriarcado por debaterem acerca da definição da Trindade e da dupla natureza de Cristo. Cf. KAZHDAN, 1991, pp. 918-920.

defesa das imagens feita pelo monge João Damasceno na primeira fase da iconoclastia também.

Acreditava-se, assim, a partir das Escrituras que a relação de Deus com a humanidade teve início com a criação do universo e de tudo o que há nele como descrito em seu primeiro capítulo, o *Gênesis*. Portanto, Deus é o criador – não criatura – independente de sua criação que, assim, depende d’Ele para ser criada e existir. Comentaristas cristãos alegavam, a partir do segundo século, que Deus, enquanto Trindade, foi revelado tanto no Antigo quanto no Novo Testamentos.<sup>48</sup>

Assim, para estar mais perto de Cristo, os fiéis se utilizavam de formas espirituais ou físicas através, por exemplo, do sacramento do batismo, considerado um ritual formal para a iniciação na Igreja. Havia ainda a eucaristia, símbolo de participação em Cristo e os ícones, santos e relíquias utilizados para o ensinamento do dever cristão, principalmente entre a população comum bizantina, a qual era composta por uma maioria analfabeta que se instruía religiosamente através do visual e/ou da oralidade.<sup>49</sup>

No que concerne à questão trinitária, o ponto principal era a compreensão correta da relação existente entre Jesus Filho e Deus Pai, já que associar outro ser a Deus no cristianismo era considerada apostasia, ao contrário do que acontecia no mundo pagão, no qual Jesus poderia ser acrescentado ao panteão dos deuses sem prejuízos para os seus princípios. Dessa forma, a necessidade de definir de forma correta a relação entre Deus e Cristo se encontra em dois temas muito complexos denominados *crisologia* – essa preocupação com a relação entre Pai e Filho – e *heresia* – termo usado pelos cristãos para designar aqueles que professam de forma incorreta a fé cristã.<sup>50</sup>

Porém, é preciso ressaltar que, anteriormente à evolução da definição do dogma trinitário, se impunha o modelo cristológico que adotou o conceito de *Logos* para definir a relação de Cristo com o Pai, no qual o primeiro era subordinado ao segundo. Esse modelo era problemático, pois comprometia o dogma da unidade de Deus. A partir de então teria surgido o dogma da *Trindade* que consistia na distinção das três hipóstases divinas do Pai, Filho e Espírito Santo. No entanto, essa definição também era problemática, já que se falava em

---

<sup>48</sup> Cf. CUNNINGHAM, In: JAMES, 2010, pp. 149-159.

<sup>49</sup> *Ibidem*.

<sup>50</sup> Cf. LOUTH, In: JAMES, 2010, pp. 187-198.

três “substâncias” ou “essências” que também comprometiam a questão da unidade de Deus e recaía sobre o modelo de subordinação.<sup>51</sup>

Assim sendo, Louth<sup>52</sup> ressalta que é a partir da conversão do imperador Constantino<sup>53</sup> que há uma mudança significativa na história da cristologia e da heresia, quando passou a ser considerada heresia qualquer problema cristológico. No entanto, segundo o autor, foi a partir do século IV que teve início a propagação de tendências religiosas relacionadas à cristologia consideradas pela Igreja Ortodoxa como heréticas, que levou à convocação do primeiro concílio ecumênico, no intuito de resolver essas questões e punir seus idealizadores.

É importante ressaltar que de 325 a 451 foram chamados quatro concílios ecumênicos com o intuito de definir os dogmas cristãos relativos à Trindade e à dupla natureza de Cristo - concílios de Nicéia (325), Constantinopolitano I (381), Éfeso (431) e Calcedônia (451). Todos esses quatro concílios e os posteriores até o fim do Império Bizantino foram convocados e conduzidos pelo imperador vigente, uma vez que o imperador estava imbuído de resolver questões religiosas. Assim, “a partir de Constantino, o instituto sinodal obtém um preciso reconhecimento jurídico e suas decisões passam a ter efeito no âmbito das leis imperiais”.<sup>54</sup>

Esse concílio que foi convocado pelo imperador Constantino e ficou conhecido como o primeiro concílio de Nicéia realizado no ano de 325, teve como objetivo resolver a controvérsia sobre o arianismo. Sustentado pelo bispo alexandrino Ário (288-336) e seus seguidores, o arianismo consistia na defesa de

---

<sup>51</sup> Cf. ALBERIGO, 1995.

<sup>52</sup> Cf. LOUTH, In: JAMES, 2010, pp. 187-198.

<sup>53</sup> É preciso ressaltar que a conversão do imperador Constantino não tem evidência histórica. “Vê-se portanto como é necessário ser prudente quando se fala da *conversão* de Constantino. Deve-se evitar dois excessos contrários. Não se pode esquecer que Constantino só chegou à fé cristã lentamente e, segundo tudo indica, mais por força de uma série de circunstâncias, senão de considerações políticas, que por uma iluminação interior; que durante muito tempo o cristianismo pôde lhe parecer superior às outras religiões da época, mas de modo algum essencialmente diferente; que, aliás, ele continuou sendo *pontifex maximus* durante todo o seu reinado, e que, embora tenha tentado eliminar os vícios e as superstições mais grosseiras do paganismo, não procurou depreciá-lo. Inversamente, não se pode negar que Constantino sempre se preocupou com o problema cristão; que desde o começo ele demonstrou uma grande tolerância, e logo uma grande benevolência, para com os cristãos; e que enfim é bem provável que ele tenha se convertido, visto que foi batizado. É verdade que ele protelou até a véspera de sua morte para receber o batismo; mas talvez isso não seja um sinal de indiferença, pois esse procedimento era muito frequente naquela ocasião: acreditava-se que desse modo apagavam-se mais completamente as faltas da vida. Mais singular parece o fato de Constantino ter sido batizado pelas mãos de um bispo *ariano*.” In: LEMERLE, 1991. pp. 12-13.

<sup>54</sup> Cf. ALBERIGO, 1995, p. 16.

que somente Deus é ser não gerado, negando a consubstancialidade do Filho em relação ao Pai. No entanto, é preciso salientar que o concílio não consistia somente em exterminar o arianismo. “O programa de Constantino era de alcance maior e visava realizar a pacificação geral e a nova organização da Igreja, que já se tornara importante instituição de apoio do império romano”.<sup>55</sup> Porém, apesar de Ário ser excomungado e o arianismo condenado como heresia, suas ideias não foram extintas, o que fez com que as mesmas continuassem se disseminando, causando, assim, segundo Alberigo, uma profunda divisão no seio da Igreja oriental, atrapalhando, assim, os planos do imperador Constantino de pacificação geral, pois membros da própria Igreja se dividiram entre a condenação do arianismo e seu seguimento.

Assim, o marco de Nicéia pode ser definido em dois pontos que se referem à tentativa do imperador de definir a fé cristã ortodoxa a partir de um concílio e excluir como hereges aqueles que fossem contrários a essas ideias e enfatizar a consubstancialidade do Filho em relação ao Pai.<sup>56</sup> Em 381 foi convocado outro concílio, o Constantinopolitano I, no qual não só foram confirmadas todas as definições de Nicéia acerca da consubstancialidade do Filho em relação ao Pai, como também confirmou a consubstancialidade do Espírito Santo.<sup>57</sup>

As questões cristológicas e heréticas ainda teriam mais dois capítulos algum tempo depois. Nestório (386-451), ex-sacerdote de Antioquia, torna-se Patriarca de Constantinopla (428-31) fundando uma nova doutrina chamada nestorianismo, na qual afirmava que em Cristo havia duas naturezas distintas, a humana e a divina, com a prevalência da natureza humana. Sendo assim, negava, de acordo com Alberigo, o termo *Theotokos* (“Mãe de Deus”) para Maria e também o termo *Anthropotókos* (“Mãe do homem”), em prol da expressão *Christotókos* (“Mãe de Cristo”). Assim, em 431 é convocado um concílio em Éfeso, no qual Nestório foi deposto e o nestorianismo também foi condenado como heresia.<sup>58</sup>

Contudo, a questão da dupla natureza de Cristo ainda não teria sido resolvida definitivamente, o que levou ao surgimento de uma terceira doutrina conhecida como monofisista, idealizada por Eutiques, que se recusava a reconhecer em Cristo duas naturezas e se opunha à doutrina nestoriana e sua defesa da

---

<sup>55</sup> Cf. ALBERIGO, 1995, p. 24.

<sup>56</sup> Cf. LOUTH. In: JAMES, 2010, pp. 187-198.

<sup>57</sup> Cf. BOY, 2004.

<sup>58</sup> Cf. ALBERIGO, *op. cit.*

prevalência da natureza humana de Cristo, defendendo, assim, que Cristo teria apenas uma natureza, a divina. Novamente foi convocado um concílio, conhecido como Concílio da Calcedônia, em 451, no qual foi combatido tanto o nestorianismo quanto o monofisismo. Nesse concílio foi ainda exposta e destacada a doutrina correta, na qual “Jesus é reconhecido com ‘duas naturezas, sem confusão, mudança, divisão, separação’, e a diversidade das naturezas, com suas respectivas propriedades, não desaparece após a união, mas ambas concorrem para formar ‘uma só pessoa e uma só hipóstase’”.<sup>59</sup>

Já em relação à questão da imagem propriamente dita, temos o concílio Quinisexto de 692, no qual foram discutidas preocupações acerca do destino do cristianismo e dos cristãos, confirmando as decisões dos concílios anteriores, mas também uma legislação para as imagens religiosas. Assim, temos no cânone 73 a proibição de decorar o chão das Igrejas com o sinal da cruz e no cânone 82 a ordem para que Cristo deixasse de ser representado simbolicamente como um cordeiro para ser representado em forma humana.<sup>60</sup> Havia aí, uma preocupação em padronizar e purificar a prática ortodoxa da poluição do sagrado pelo profano, preocupação esta que se estendeu até o século seguinte com as práticas iconoclastas. Os ícones teriam ganhado, assim, essa nova significância no século VII por abordar a crise espiritual que o Império estava passando e devido à insegurança adquirida pelo sucesso da expansão islâmica.<sup>61</sup>

Dessa forma, apesar de o iconoclasmo ter surgido somente três séculos depois, o estudo das definições dogmáticas e heréticas são de grande relevância para a análise do fenômeno, pois o mesmo também foi condenado e considerado uma heresia, sendo a defesa tanto da iconoclastia quanto das imagens fundamentadas a partir da questão cristológica discutida aqui. Os tratados em defesa das imagens escritos por João Damasceno<sup>62</sup> afirmavam que era através das imagens, ou seja, da matéria, que era possível alcançar o inatingível, pois a veneração oferecida à imagem era transmitida ao protótipo. Já o imperador Constantino V no concílio iconoclasta de 754<sup>63</sup>, afirmava que era impossível representar a divindade de Cristo e que a afirmação iconófila de representação apenas da humanidade de

---

<sup>59</sup> BOY, 2004, p. 100.

<sup>60</sup> Cf. BRUBAKER, In: JAMES, 2010, pp. 323-337.

<sup>61</sup> Cf. MANGO, 1998, pp. 105-124.

<sup>62</sup> DAMASCENO, In: LOUTH, 2003.

<sup>63</sup> *Epitome of the Definition of the Iconoclastic Conciliabulum, Held in Constantinople, A. D. 754.* In: Medieval Sourcebook, website [www.fordham.edu](http://www.fordham.edu).

Cristo era absurda, uma vez que, ao fazê-lo, separavam naturezas humana e divina, enfatizando a natureza humana, caindo, assim, na heresia nestoriana.

Sendo assim, no que se refere diretamente ao estatuto da imagem em Bizâncio é importante destacar a existência de uma carta escrita pelo bispo Eusébio de Cesaréia (265-339) para a irmã de Constantino, Constância, na qual ele a critica por lhe pedir o envio de um retrato de Cristo, afirmando que não é possível a produção de uma imagem de Cristo porque não é possível representar aquilo que é ininteligível.

Você também me escreveu a respeito de uma suposta imagem de Cristo, imagem que deseja que eu lhe envie. Agora, que tipo de coisa é esta que vocês chamam de imagem de Cristo? Eu não sei o que a impulsionou para pedir que uma imagem de Nosso Salvador fosse delineada. [...] Como se pode pintar uma imagem de algo tão maravilhoso e de inatingível forma – se o termo "forma" é de todo aplicável à essência divina e espiritual - a menos que, como os pagãos descrentes, uma coisa é representar as coisas que não têm qualquer semelhança possível a qualquer coisa ...? Pois eles também fazem tais ídolos quando desejam moldar à semelhança o que eles consideram ser um deus, ou, como eles poderiam dizer, um dos heróis ou qualquer outra coisa do rei, ainda assim são incapazes até mesmo de se aproximar de uma semelhança, e assim delineiam e representam algumas formas humanas estranhas. Certamente, que você vai concordar que tais práticas não são lícitas para nós.<sup>64</sup>

Esse documento nos mostra que desde o século IV já havia problemas quanto à legitimidade da imagem de Cristo e seu culto, neste caso por um próprio membro da Igreja que considerava a prática de pintar retratos como pagã. Além disso, foi possível observar também que já no século VII um concílio foi convocado para decidir questões referentes à padronização dos ícones. Desse modo, é preciso que estejamos atentos para esses eventos ocorridos nos primeiros séculos, pois os mesmos podem de alguma forma nos ajudar a entender o que poderia ter levado à eclosão da iconoclastia pelo imperador Leão III no século VIII e, principalmente, entender como as imagens se tornaram objetos de adoração ao ponto de se tentar aboli-las do cotidiano bizantino.

---

<sup>64</sup> MANGO, 1993, pp. 16, 17

## 1.2. O ícone na história do cristianismo e na história bizantina

Quando refletimos sobre o estudo do iconoclasmo é impossível não pensar também na forma como a imagem adquiriu importante papel não só na história cristã, mas também na história bizantina. A questão que fica é como a imagem passou a ser vista como objeto de idolatria a ponto de surgir no século VIII uma legislação imperial contra a mesma.

Para tentar compreender esse problema é preciso, primeiramente, que procuremos entender o que é o ícone e como este foi ganhando espaço na história cristã e bizantina. Segundo o verbete *ícone*<sup>65</sup> encontrado em *The Oxford Dictionary of Byzantium*, o termo “ícone” ou “imagem” significa qualquer representação de um personagem considerado sagrado, podendo ser produzido de várias formas e tamanhos. Na maioria das vezes o ícone se refere a um painel de madeira pintado de forma devocional. Presente nos cultos pagãos, os ícones foram inicialmente tratados de forma hostil pelos cristãos primitivos, ganhando espaço aos poucos na cultura cristã com sua aderência em Igrejas e cultos. Dessa forma, o ícone pode ser considerado uma das mais importantes formas de legado de Bizâncio, já que possui suas características próprias.<sup>66</sup>

Assim, desde os primeiros séculos é possível perceber o desenvolvimento da arte cristã de forma ainda muito tímida, sendo as primeiras imagens formadas por pinturas nas catacumbas cristãs, constituídas por figuras individuais e/ou motivos como âncoras, peixes, Noé e sua arca. Estudiosos da iconografia cristã do século XIX dataram essas figuras do primeiro ao segundo séculos, porém, para estudiosos do século XX há evidências que a datação seria do terceiro século, o que é mais aceito atualmente.<sup>67</sup>

No entanto, evidências documentais acerca de cenas narrativas religiosas e de formas raras de retratos isolados somente surgiram a partir do quarto século. Os textos que sobreviveram do período não relatam se esses retratos sagrados eram venerados de alguma forma, mas narram acerca de imagens que eram produzidas para a preservação da memória da pessoa representada, que forneciam, assim, um modelo exemplar para imitação ou homenagem dessa pessoa.<sup>68</sup>

---

<sup>65</sup> Cf. KAZHDAN, 1991, pp. 977-981.

<sup>66</sup> Cf. VASSILAKI, In: CORMACK; HALDON; JEFFREYS, 2008, pp. 758-769.

<sup>67</sup> Cf. CORRIGAN, In: CORMACK; HALDON; JEFFREYS, 2008, pp. 67-76.

<sup>68</sup> Cf. BRUBAKER, In: JAMES, 2010, pp. 323-337.

Assim como Brubaker<sup>69</sup>, Alain Besançon<sup>70</sup> também defende que a arte cristã propriamente dita somente começou a ser produzida a partir da suposta conversão de Constantino no quarto século, quando o cristianismo deixou de ser uma religião perseguida e passou a ser a religião tolerada no Império Bizantino, quando os artesões teriam então passado a trabalhar para a exaltação da nova fé.

Dessa forma, Corrigan<sup>71</sup> faz o seguinte questionamento: por que as imagens cristãs apareceram de forma tardia? Segundo a autora, isto teria ocorrido devido à postura anti-imagem da Igreja primitiva. Porém, a autora cita André Grabar e a afirmação do mesmo de que as primeiras imagens produzidas pelos cristãos poderiam ter surgido em resposta à arte figurativa que era desenvolvida por religiões concorrentes, tais como o judaísmo e o monoteísmo. Contudo, Corrigan destaca que estudos mais recentes indicam que a Igreja primitiva não era de fato anti-imagem e que os cristãos podem ter produzido algo antes do terceiro século como já fora mencionado acima.

O desenvolvimento da arte cristã se deu entre os séculos IV e VI, nos quais eram desenvolvidas imagens abstratas ou simbólicas que faziam reverência aos dogmas da Igreja, além de ícones do Cristo, da Virgem e dos Santos. Assim, é a partir dos séculos VI e VII que se tem notícia de uma difusão em massa dos ícones e de seu culto, que se destacavam cada vez mais tanto na esfera privada quanto na esfera pública.<sup>72</sup>

Foi apenas no sétimo século que a Igreja deu a aprovação oficial às imagens através do Concílio Quinisexto de 692, no qual ordenou-se que Cristo fosse representado na sua forma humana e não mais simbolicamente como um cordeiro, o que nos mostra que aos poucos as imagens foram conquistando o seu espaço e importância em Bizâncio, onde os próprios imperadores as utilizavam em suas devoções pessoais e como parte dessas imagens. Era muito comum encontrar representações do imperador junto a Cristo, à Virgem ou a algum santo.<sup>73</sup>

Além disso, essa crescente produção e veneração dos ícones encontrava respaldo na crença do homem comum bizantino que, assim como os seus ancestrais que cultuavam fervorosamente estátuas de deuses e deusas, faziam o

---

<sup>69</sup> BRUBAKER, In: JAMES, 2010, pp. 323-337.

<sup>70</sup> BESANÇON, 1997.

<sup>71</sup> Cf. CORRIGAN, In: CORMACK; HALDON; JEFFREYS, 2008, pp. 67-76.

<sup>72</sup> *Ibidem.*

<sup>73</sup> Cf. RUNCIMAN, 1977.

mesmo com os ícones de Cristo, da Virgem e dos santos, por acreditarem que os mesmos tinham poderes milagrosos, principalmente no que tange à proteção do império e também à proteção individual, já que viam no culto das imagens a sua salvação espiritual.

Todo esse valor dado às relíquias devia-se à função protetora que elas exerciam, ajudando com seus milagres não apenas aos bizantinos individualmente, mas garantindo a própria sobrevivência do Império. Foi uma imagem santa da Virgem, defensora de Constantinopla, que em procissão pelas muralhas da cidade impediu que os persas e os ávaros a invadissem em 626, os árabes em 677 e 717.<sup>74</sup>

Porém, é entre o oitavo e nono séculos que temos uma discussão em torno da legitimidade dos ícones que levaria à escassez dos mesmos com a entrada em vigor da iconoclastia. O impacto da iconoclastia na arte bizantina foi profundo, pois não restou quase nenhuma obra imagética do período ou anterior a ele.

### 1.3. O caráter autocrático do poder imperial

Desde a ascensão do imperador Constantino no século IV e desde que o mesmo transformou a antiga cidade de Bizâncio na nova Roma rebatizando-a a partir do seu próprio nome como Constantinopla, os imperadores e a religião cristã<sup>75</sup> passaram a compartilhar os mesmos cerimoniais. O fato ocorrido a Constantino não teria sido uma simples conversão, pois o mesmo era um imperador e havia recebido um sinal. Sendo assim, é possível concluir que tanto o imperador quanto toda estrutura imperial governada por ele, teriam sido escolhidos e consagrados por Deus.<sup>76</sup> “O imperador e o império haviam recebido uma bênção divina e a partir de então achavam-se sob a proteção direta da Cruz”.<sup>77</sup>

Assim, tais mudanças também ocorreram no que concerne à titulação do imperador e ao seu conceito, no qual o imperador passou a ser o soberano absoluto, o *autokrátor*, o *despótes*, o *basileus*, o “vice-rei de Deus” na terra:

Ao contacto do Oriente, ele se tornou o *autocrator*, o *despotes*, e, a partir do início do século VII, o *basileus*, isto é, o

<sup>74</sup> JUNIOR; FILHO, 1985, pp. 23.

<sup>75</sup> A única exceção era o imperador Juliano (363-465) que era pagão.

<sup>76</sup> Cf. SHERRARD, 1970, p. 92-112.

<sup>77</sup> *Ibidem*, p. 93

imperador por excelência, o senhor que dispõe de autoridade absoluta. Enfim, o cristianismo fez dele o eleito de Deus, o ungido do Senhor, o representante de Deus sobre a terra, seu lugar-tenente à frente dos exércitos, e, como diziam em Bizâncio, o *isapóstolos*, o príncipe igual aos apóstolos.<sup>78</sup>

Em relação a essa questão da *titulatura*<sup>79</sup>, a mesma era utilizada enquanto veículo de propaganda e em função da hierarquia que era rigidamente estabelecida em Bizâncio. A *titulatura* era vista também como um aspecto marcante referente à ideia de continuidade, alusiva aos romanos, já que, assim como os últimos, os imperadores bizantinos ao utilizarem também esses títulos, eram vistos enquanto representantes da tradição imperial romana.<sup>80</sup> Além disso, os imperadores bizantinos enquanto herdeiros direto do trono romano eram também herdeiros da lei romana, sendo a produção de grande codificações de direito romano, oriundas de Constantinopla, elaboradas pelos imperadores Teodósio I (378-395) e Justiniano I (527-565).<sup>81</sup>

A partir de sua ascensão, o imperador precisava passar por uma cerimônia solene, na qual era coroado, mostrando, assim, a base cristã do Império e o caráter religioso de sua autoridade, uma vez que religião e Estado estavam intrinsecamente ligados.<sup>82</sup> No entanto, para cada imperador havia uma proclamação, sendo que os imperadores usurpadores eram proclamados por suas tropas, tal como ocorreu com Leão III em 717. Ao patriarca cabia estar presente junto ao imperador dando o seu aval religioso quanto a uma iniciativa política.<sup>83</sup>

Era el “gran emperador” el que coronaba a su descendiente y sucesor designado. Aunque la expresión griega resulte a veces equívoca, hay que entender que el papel del patriarca era el que estaba definido en el segundo protocolo del capítulo I, 47 [38] del *Libro de las ceremonias*: rezaba sobre la corona y la clámide sin proceder él mismo a coronar y a vestir.<sup>84</sup>

No que se refere à sucessão do poder imperial em Bizâncio não havia uma forma bem definida como no Ocidente que se fazia através da hereditariedade. Segundo Dagron, as proclamações referentes à herança biológica como princípio

<sup>78</sup> DIEHL, 1961, p. 82

<sup>79</sup> Utilizamos o termo *titulatura* conforme as ideias de Celso Taveira, 2002.

<sup>80</sup> Cf. TAVEIRA, 2002.

<sup>81</sup> Cf. McCORMICK, 1998, pp. 219-239.

<sup>82</sup> Cf. PREVITE-ORTON, 1967, p. 349.

<sup>83</sup> Cf. DAGRON, 2007.

<sup>84</sup> *Ibidem*, p. 105.

de sucessão não eram a maioria no Império Bizantino, já que a transmissão do poder não era feita simplesmente através dos direitos de sangue, existindo ainda a possibilidade de ascensão através de eleições pelo senado ou exército e através de usurpações, como já foi observado. O autor salienta que quando o soberano queria designar como o seu sucessor o seu filho, era preciso associá-lo ao poder como faria caso designasse um estrangeiro, que precisaria passar a fazer parte de sua família. No caso de usurpações, havia a necessidade de fazer aliança com a família imperial que decaiu ou com a que a precedeu.

Já em relação à questão hereditária, o nascimento do intitulado *porfirogênito* simbolizava o êxito de uma dinastia, pois ao mesmo era atribuído um caráter sagrado, já que Deus o teria enviado para ser imperador com a unção da realeza.<sup>85</sup> Os *porfirogênitos* eram assim chamados, pois nasciam literalmente da púrpura.<sup>86</sup> Como o que caracterizava o imperador eram “(...) os tons resplandecentes da mais fina seda púrpura ornada de fios dourados”<sup>87</sup> como simbologia do seu poder, o quarto do Grande Palácio, no qual nasciam os imperadores legítimos, era “(...) pavimentado de pórfiro, de modo que, para o recém nascido, a primeira experiência deste mundo estava ligada a esta condição única, reconhecida por Deus”.<sup>88</sup> Porém, somente entre os anos de 788 e 882 foi que o conceito de *porfirogênito* se revestiu de total sacralidade.<sup>89</sup>

Ao abordarmos a questão da hereditariedade e nascimento de imperadores legítimos, não podemos nos esquecer do papel das imperatrizes e de sua importância na estrutura imperial, já que no processo sucessório eram elas que davam a luz aos herdeiros legítimos, o que levou à formação de dinastias femininas.<sup>90</sup> Porém, nem toda esposa de imperador tornava-se imperatriz, principalmente no que refere-se ao primeiro período bizantino, e as que conseguiam obtinham também privilégios.<sup>91</sup> Elas “emitiam moeda, autenticavam documentos com seus selos de chumbo, usavam as insígnias imperiais, todas elas tinham receitas e pessoal administrativo destinado a geri-las. Usavam ainda o

---

<sup>85</sup> Cf. DAGRON, 2007.

<sup>86</sup> Cf. McCORMICK, In: CAVALLO, 1998, pp. 219-239.

<sup>87</sup> *Ibidem*, p. 219.

<sup>88</sup> *Ibidem*, p. 220.

<sup>89</sup> Cf. DAGRON, 2007.

<sup>90</sup> *Ibidem*.

<sup>91</sup> Cf. McCORMICK, In: CAVALLO, 1998, pp. 219-239.

título oficial de *augousta*".<sup>92</sup> As imperatrizes somente geriram de forma direta o Império em circunstâncias excepcionais, tais como na falta de saúde do imperador vigente ou quando a menoridade do imperador o impedia de governar. Assim, temos como exemplo a imperatriz regente Irene (780-789) que, para não perder o posto, mandou cegar o filho para que pudesse assumir o poder absoluto, como o fez de 797 a 802.<sup>93</sup>

No que concerne à questão dinástica, havia o problema da instabilidade em relação ao poder imperial, que, nas poucas vezes que fora ocupado por dinastias, estas não passaram no poder mais de quatro gerações, não se mantendo por mais de um século, sendo interrompidas de forma abrupta, geralmente por usurpações. Aquelas que tiveram maior duração foram as dinastias de Heráclio (610-711); Isaúrica (717-802) e Macedônica (867-1056), sendo que somente a partir dos Comnenos no fim do século XI que o Império teria dado maior importância à legitimidade dos direitos de sangue.<sup>94</sup> Havia também a questão da proveniência desses imperadores que se alterava de acordo com as mudanças geográficas do Império, sendo que até Tibério II, com exceção de Zenão, os imperadores de origem conhecida seriam oriundos das províncias europeias, enquanto que depois de Focas até os últimos séculos, por causa da drástica redução territorial, a maior parte dos soberanos nascidos fora da capital Constantinopla eram de origem asiática, o que mostra a importância política e social da Anatólia no período.<sup>95</sup>

É preciso que abordemos também como se dava a projeção do poder imperial em Bizâncio, que era utilizada como veículo de propaganda. Essa função era destinada às cerimônias públicas que serviam ainda para reforçar esse poder, já que as procissões feitas pela corte imperial eram o meio de contato entre o soberano e os seus súditos. Além disso, era também uma forma de mostrar o poder, prestígio, e a riqueza do Império para os estrangeiros que se viam fascinados pelo espetáculo e magnificência imperial.<sup>96</sup> “Para o imperador era a ocasião para confirmar tudo isto e ao mesmo tempo irradiar a mensagem política do momento: quem ascendia e quem descia, guerra ou paz, alegria ou dor”.<sup>97</sup>

<sup>92</sup> McCORMICK, In: CAVALLO, 1998, p. 232.

<sup>93</sup> Cf. McCORMICK, In: CAVALLO, 1998, pp. 219-239.

<sup>94</sup> DAGRON, 2007.

<sup>95</sup> McCORMICK, In: CAVALLO, 1998, *op. cit.*, pp. 219-239.

<sup>96</sup> *Ibidem*.

<sup>97</sup> *Ibidem*, p. 238.

Essa propaganda imperial era feita também a partir de imagens que demonstravam o soberano oferecendo dádivas à Virgem e ao Menino, para mostrar o caráter cristão do Império.<sup>98</sup> “Enquanto os imperadores romanos tinham construído grandes termas, mercados e colunas triunfais, os imperadores bizantinos preferiam construir igrejas”.<sup>99</sup>

Dessa forma, essa “fusão bizantina entre o temporal e o espiritual”<sup>100</sup> pode ser comprovada principalmente na influência imperial nos assuntos religiosos, pois os concílios da Igreja Ortodoxa eram convocados pelo imperador e não pelo patriarca de Constantinopla.

(...) Constantino, desde o dia que elegera o cristianismo como religião de estado, tomara o cuidado de dar ao governo imperial o direito de intervir em todos os negócios eclesiásticos, assegurando para si os meios de governar despoticamente a Igreja, tanto em relação às coisas como às pessoas. A autoridade do imperador em matéria de religião parecia, portanto, quase absoluta. O imperador convocava os concílios, onde se fazia representar por altos funcionários, quando não comparecia pessoalmente, ratificando as decisões dos padres, decisões essas que não tinham força de lei senão depois de sua ratificação.<sup>101</sup>

Além da coroação do imperador e sua influência no que tange aos assuntos religiosos como forma de demonstrar o seu poder absoluto e divinizado, Ernst Kantorowicz<sup>102</sup> chama a atenção para a ideia de “aura” como parte dessa assimilação do imperador a Cristo. A auréola era utilizada pelos bizantinos na representação de seus imperadores, mesmo após a queda do Império. A auréola designava que aquele que a usava também podia ser venerado como um santo, pois, “indicava o portador e executivo do poder perpétuo derivado de Deus e tornava o imperador a encarnação de algum tipo de ‘protótipo’ que, por ser imortal, era *sanctus*, não obstante o caráter pessoal, ou mesmo o sexo de seu constituinte”.<sup>103</sup> Ou seja, indicava uma mudança no que diz respeito à natureza do tempo: aquele que trajava a auréola era imortal.

Porém, Celso Taveira atenta para a questão do caráter sacerdotal ou não do imperador bizantino que é muito discutido ainda na historiografia, principalmente

<sup>98</sup> McCORMICK, In: CAVALLO, 1998, pp. 219-239.

<sup>99</sup> *Ibidem*, p. 221.

<sup>100</sup> Essa expressão pode ser encontrada In: JUNIOR; FILHO, 1985.

<sup>101</sup> DIEHL, 1961, p. 91

<sup>102</sup> Cf. KANTOROWICZ, 2000, pp. 40-169.

<sup>103</sup> *Ibidem*, p. 68.

no que se refere à palavra *cesaropapismo*, tal como fez Gilbert Dagron. Este na introdução de seu livro questiona se seria o imperador, à sua maneira, um sacerdote, já que os próprios imperadores bizantinos se autointitulavam imperadores e sacerdotes, tal como ocorreu com Leão III no século VIII. Sendo assim, Taveira afirma que “é, pois, partindo da noção de teocracia que se pode compreender o problema do cesaropapismo. Uma sociedade que Deus dirige e tudo decide, fazendo conhecer a todos sua vontade, é uma sociedade regida pelo governo teocrático”.<sup>104</sup>

Como já observamos, o cerne da questão está no fato de que Constantino fez da Igreja assunto de Estado, criando uma ideia de Império cristão acompanhada de uma teologia política, na qual a missão divina dada ao imperador era uma espécie de sacerdócio, sendo muito problemática a articulação entre a instituição eclesiástica em si e o sacerdócio real do soberano. A partir de então, Constantino “santificou” todos os imperadores que vieram depois como “novos Constantinos” e aqueles que construíram dinastias (Heráclio, Leão III, Leão V, Teófilo, Basílio I) deram em sua homenagem o seu nome aos filhos primogênitos em razão de sua virtude que era considerada legítima. A palavra *cesaropapismo* teria, no século XIX, sido apontada para a definição dos herdeiros ortodoxos de Bizâncio com o intervencionismo “constantiniano” como a causa principal para o cisma entre o Oriente e o Ocidente cristãos, levando à impossibilidade de distinguir os poderes espiritual e temporal.<sup>105</sup>

Com isso, várias foram as discussões, segundo o Dagron, em torno da figura de Constantino e de seu poder, como ocorreu no contexto da Reforma e da Contra-Reforma em que Lutero distinguiu os poderes espiritual e temporal, além de fazer crítica ao soberano que se atribuiu o direito de sentar no trono de Deus. O autor cita também Burckhardt que rechaçou toda forma de cristianismo de Estado e fez uma análise do que ele chamava de *bizantinismo*, que somente mais tarde passou a ser o conhecido termo *cesaropapismo* e, também, Erok Peterson que de crítica ao “cristianismo político” passou a fazer crítica de uma “teologia política”.

Para o autor, muitos pesquisadores do tema atribuíram a Eusébio de Cesaréia a idealização do *bizantinismo*, isto é, o *cesaropapismo*, que opôs uma mentalidade ocidental a uma oriental, já que

---

<sup>104</sup> TAVEIRA, 2002, p. 292

<sup>105</sup> Cf. DAGRON, 2007.

Desde el Edicto de Constantino hasta la formación del Imperio Carolingio se desarrollaron dos tipos de diarquías religiosas y políticas: el tipo cesaropapista bizantino y el tipo organizativo latino”. El primero era el “sistema políticoreligioso por el cual la autoridad del Estado se convertía, para la Iglesia, una autoridad efectiva, normal y centralizadora, aunque externo a Ella, y en cual la autoridad de la Iglesia participaba de manera directa (aunque nada autónoma) en el ejercicio de cierto poder temporal”. Esa era la situación de la Iglesia oriental desde Constantino, que desembocó en una pérdida de autonomía, en el sometimiento Al Estado, en la preservación de los intereses económicos y políticos de una elite de laicos y de una casta privilegiada de clérigos. Inversamente, en la “diarquía organizativa latina”, “la Iglesia, a la vez que invocaba la ayuda del poder civil y daba a los soberanos, dentro del régimen eclesiástico, algunos poderes, algunas facultades y algunos privilegios, reaccionaba casi siempre frente a toda dependencia efectiva y afirmaba, según los casos, su independencia”.<sup>106</sup>

Dessa forma, Dagron resalta que os orientalistas tentaram de alguma forma enfrentar esses ataques referentes ao termo, afirmando que a palavra *cesaropapismo* seria um termo anacrônico e que em Bizâncio também nunca se negou a distinção entre o temporal e o espiritual e, também, nunca se permitiu que um imperador pudesse ser ou se intitulasse um sacerdote, pois “los autócratas que se arriesgaron a sugerirlo fueran tratados como herejes, y los que usurparon los derechos de la Iglesia o, peor aún, se apoderaron de sus bienes fueron denunciados como impíos”.<sup>107</sup> Segundo o autor, se de um lado os imperadores bizantinos podiam interferir em assuntos religiosos, como convocação de concílios, como já foi citado acima, por outro, podiam ser excomungados pelo patriarca.

Isso mostra que por mais importante e absoluto que fosse o poder imperial e sua influência na Igreja, esta ainda era representada pela figura do patriarca de Constantinopla que era escolhido pelo próprio imperador e podia também ser destituído do seu cargo pelo mesmo. No decorrer da crise iconoclasta isso pode ser visto rotineiramente, já que os imperadores do período, independente de serem iconoclastas ou iconófilos, precisavam contar com um homem de confiança para ocupar o maior cargo da Igreja Ortodoxa para, assim, conseguir seus objetivos. No início do iconoclasmo, por exemplo, Leão III destituiu o patriarca Germano I

---

<sup>106</sup> DAGRON, 2007, p. 345-346.

<sup>107</sup> *Ibidem*, p. 348

(715-730) do cargo em prol do patriarca Anastácio (730-754) que compartilhava das mesmas convicções do imperador.

Assim, abaixo do patriarca estavam ainda os bispos, arcebispos, os párocos e os monges, sendo o monacato bizantino um importante setor religioso durante o período iconoclasta, devido à sua independência em relação ao poder da Igreja e também do poder imperial e sua influência não só nas discussões teológicas como também nos assuntos políticos e sociais. Esse poder e influência dos monges levaram a diversos conflitos entre os mesmos e os imperadores no decorrer da história bizantina, mas, principalmente, durante a fase iconoclasta, pois foram dois monges, João Damasceno na primeira fase e Teodoro Estudita na segunda, que combateram de forma mais enérgica o movimento iconoclasta através de tratados teológicos em defesa das imagens.

Neste sentido, após analisar a constituição do modelo autocrático bizantino, é possível perceber suas similitudes frente ao modelo ocidental, principalmente no que concerne à continuidade da tradição referente à *titulatura* do imperador e a importância da Igreja frente ao poder imperial e a forma deste último administrar o Império, já que Igreja e Estado eram indissociáveis em Bizâncio.

Sumidade, sol, vértice do mundo político e mental dos bizantinos, o imperador era de certa forma intrínseco à própria existência de Bizâncio. A fidelidade ao *basileus* estava no fulcro da ideologia política bizantina e mesmo do patriotismo bizantino. A capital do Império tinha o nome do seu fundador, o grande, o santo Constantino I, o imperador modelo. Mesmo mais tarde, na viragem da Idade Média – quando a coincidência de facto do poder imperial com a área de língua e cultura grega veio juntar-se ao ressentimento pelo saque de Constantinopla pelos Latinos e ao descontentamento pelas exigências avançadas pelos papas, de modo a oferecer uma variante helênica do antigo patriotismo cosmopolita do império tradicional – o vínculo entre imperador e Bizâncio continuou a parecer indissolúvel. Não admira, pois, que o último dia do imperador – Constantino XI, morto em defesa das grandes muralhas de Constantinopla, a 29 de maio de 1453 - tenha sido também o último dia da história milenária de Bizâncio.<sup>108</sup>

É possível concluir, assim, que o modelo autocrático bizantino é defendido por muitos autores para explicar as diversas contradições religiosas ocorridas no Império, pois as decisões sobre não somente aos assuntos de Estado, mas também assuntos eclesiásticos eram tomadas pelo o imperador. No entanto, como veremos

<sup>108</sup> McCORMICK, In: CAVALLO, 1998, p. 239.

mais à frente, esse não foi o único modelo político existente em Bizâncio, tão pouco o único defendido pelos pesquisadores. Constataremos a existência não só de outro modelo político já existente e herdado por Bizâncio, isto é, a república romana, como também a existência de outras competências do poder imperial bizantino.

#### 1.4. O monacato bizantino

Importante setor na vida religiosa, econômica e social bizantina, o setor monástico pode ser considerado, nessa sociedade, como um setor um tanto quanto complexo no que concerne ao seu modo de vida. Iniciado no Egito, o monasticismo teve rápida expansão no século IV com a construção do primeiro mosteiro de Constantinopla em 382, a partir daí adquirindo a fama de “cidade dos mosteiros”.<sup>109</sup>

A importância de estudarmos aqui a vida monástica em Bizâncio está na participação dos monges no iconoclasmo nos séculos VIII e IX; afinal, foram dois importantes monges que trabalharam na defesa dos ícones através de seus tratados: João Damasceno no primeiro período e Teodoro Estudita no segundo. Restringiremos o nosso trabalho aos tratados de Damasceno, pois a nossa ênfase se dará na primeira fase com a eclosão da iconoclastia, deixando, assim, a análise mais profunda dos tratados de Estudita para trabalhos futuros. No entanto, não deixaremos de citar este último e suas principais ideias para a defesa das imagens na segunda fase iconoclasta.

Sendo assim, é preciso chamar a atenção para a palavra grega *monachós* (monge) que designa um estilo de vida solitário, que foi instituído pelos primeiros cristãos no Egito.<sup>110</sup> Porém, foram desenvolvidas em Bizâncio duas formas de vida monástica, a forma de vida solitária, já citada acima, e a forma de vida comum.<sup>111</sup> Os mosteiros eram autossuficientes e desenvolviam trabalhos manuais (agrícola e artesanal) e religiosos como orações comunitárias e suas regras eram estabelecidas pelo fundador de cada casa. É preciso também ressaltar a importância do bispo Basílio de Cesareia (329-379) como líder no desenvolvimento do monaquismo e de suas regras gerais, nas quais Basílio

---

<sup>109</sup> Cf. McGuckin, In: CORMACK; HALDON; JEFFREYS, 2008, pp. 611-620.

<sup>110</sup> Cf. TALBOT, In: HALDON, 2009, pp. 257-278.

<sup>111</sup> Cf. MANGO, 1998, pp. 105-124.

instituiu a vida cenobítica e o papel que os mosteiros deveriam ter na sociedade. Dessa forma, os mosteiros deveriam ser localizados nas cidades e no campo e deveriam apoiar a população através da caridade. Existiam também os mosteiros femininos que se encontravam nas cidades por estas serem mais seguras para as mulheres.<sup>112</sup>

É necessário ainda compreender a forma como os monastérios se estruturavam e o seu funcionamento. O abade ou a abadessa eram vistos como pai ou mãe e monges e monjas como filhos espirituais. Estes eram divididos em dois grupos, nos quais os mais educados e letrados se encontravam em funções administrativas e aqueles que não eram alfabetizados ou tiveram pouco acesso à educação eram destinados a funções braçais. Assim, a origem social de cada membro era refletida nos níveis de educação e alfabetização. Além disso, os nobres e aristocratas podiam aspirar à vida monástica e possuíam alguns privilégios, como o fato de terem seus próprios funcionários e alimentos, pois considerava-se que era difícil que os mesmos mudassem radicalmente seu estilo de vida. Como possuíam muitos bens, uma grande parcela desses nobres e aristocratas faziam ainda doações generosas aos monastérios como forma de renúncia da vida secular. Assim, os monastérios foram aos poucos tornando-se grandes proprietários de terras e propriedades, apesar das restrições que foram impostas ao longo dos anos por alguns imperadores para a aquisição de bens pelos monges.<sup>113</sup>

No que tange à existência de escravos nos mosteiros, de uma forma geral a presença dos mesmos era proibida de acordo com as regras estipuladas por Basílio de Cesaréia no quarto século e por Teodoro Estudita no nono século. A proibição de escravos se dava por conta da posse dos mesmos ser permitida somente aos que estivessem fora da vida monástica.<sup>114</sup>

Neste sentido, autores como John McGuckin e Alice-Mary Talbot veem a atividade monástica como um dos setores mais controversos da civilização bizantina, já que, inicialmente os mosteiros foram estabelecidos para que os cristãos pudessem abdicar dos bens e valores materiais e laços de família. Porém, os mosteiros foram aos poucos tornando-se parte da estrutura social de Bizâncio. Isso pode ser visto, principalmente, no que concerne à participação dos monges

---

<sup>112</sup> TALBOT, In: HALDON, *Op. Cit.*, pp. 257-278.

<sup>113</sup> Cf. TALBOT, In: HALDON, 2009, pp. 257-278.

<sup>114</sup> *Ibidem.* 57-278.

em sínodos, negócios, peregrinações etc., além dos mesmos enquanto confessores e conselheiros espirituais.<sup>115</sup> Esse estilo de vida fez com que os monges estivessem cada vez mais vinculados às tensões sociais e políticas do Império Bizantino<sup>116</sup>, pois os mosteiros foram adquirindo outras funções além das sociais e religiosas, tais como abrigar relíquias e ícones que levavam os fiéis a peregrinações até esses objetos considerados sagrados; prestação de serviços sociais, como caridade e serviços espirituais; papel na economia bizantina enquanto proprietários de terras e propriedades urbanas, além da contratação de camponeses para trabalhar nessas propriedades; impulsionar e patrocinar a produção de arte e literatura eclesiástica.<sup>117</sup>

Devido a essa influência no cotidiano bizantino, algumas vezes os monges tiveram apoio na corte imperial, o que teria levado à escolha do Patriarca no meio monástico:<sup>118</sup>

Na maior parte do tempo, porém, o partido monástico manifestou oposição não apenas a qualquer controle imperial sobre a Igreja, mas também à hierarquia eclesiástica mais elevada, considerando esta demasiado mundana. Sua força consistia na proximidade que mantinha com a opinião pública.<sup>119</sup>

Assim sendo, no século V durante o concílio da Calcedônia no ano de 451, foram estipuladas normas para o estilo de vida monástico no que tange à disciplina, respeito à hierarquia eclesiástica, além de maior atenção do clero para com o setor, levando, assim, à inserção oficial dos mosteiros na estrutura eclesiástica. Proibiu-se ainda a construção de mosteiros sem a autorização do bispo local e<sup>120</sup>

obrigou também os monges da cidade e do campo a permanecerem submissos ao próprio bispo, a não descurarem da *stabilitas loci* para dedicar-se às atividades mundanas, e a não deixar o mosteiro sem permissão do ordinário. Reforça-se a proibição tradicional de admitir o escravo na vida monástica, a não se fazer com o consenso de seu senhor, e recomenda-se

<sup>115</sup> Cf. TALBOT, In: HALDON, 2009, pp. 257-278.

<sup>116</sup> Cf. McGuckin, In: CORMACK; HALDON; JEFFREYS, 2008.

<sup>117</sup> TALBOT, In: HALDON, pp. 257-278.

<sup>118</sup> Cf. RUNCIMAN, 1978.

<sup>119</sup> *Ibidem*, p. 93

<sup>120</sup> Cf. ALBERIGO, 1995.

também que o bispo zele pelos mosteiros da cidade. O c.3 – que proíbe o bispo de assumir a administração de bens seculares – também remonta a uma proposta do imperador. Ele parece visar sobretudo aos eclesiásticos, mas inclui na proibição também os monges. O c. 23 também faz referência ao contexto urbano, e às suas implicações práticas, formulando para clérigos e monges a proibição de ficarem em Constantinopla sem terem sido autorizados pelo próprio bispo. Outro indício das preocupações a esse respeito temos no c.18, que proíbe as associações secretas de clérigos e monges voltadas contra o bispo ou outros clérigos. Enfim, o c. 24 – que veda a secularização do mosteiro – significa o controle do bispo sobre a manutenção dos mosteiros e seus bens, mas ao mesmo tempo oferece proteção ao mosteiro. Esse conjunto de normas constituía, pois, uma tentativa orgânica de disciplinar o fenômeno monástico, embora considerando sobretudo sua forma cenobítica. Elas serão retomadas depois pela legislação justiniana, que estenderá o controle inclusive sobre as fundações de tipo anacorético.<sup>121</sup>

Com a eclosão da iconoclastia no século VIII, devido à organização dos monges contra a política de destruição de imagens do imperador Leão III, os mesmos foram as maiores vítimas das perseguições contra os iconófilos, principalmente no período de regência do imperador Constantino V, filho de Leão III, que teria perseguido de forma violenta aqueles que fossem contra as suas decisões e as do seu pai. Após o fim do iconoclasmo com o restabelecimento definitivo do culto das imagens, Teodoro Estudita instituiu normas e definições para os mosteiros, além de opor-se à intromissão do imperador nos assuntos doutrinários da Igreja, tal qual haviam feito os imperadores iconoclastas, afirmando que o imperador deveria respeitar e obedecer às leis da Igreja. Eram contra também que o Patriarca apoiasse o imperador nessas questões.<sup>122</sup>

Embora contassem com uma influência maior após o fim da iconoclastia, os monges não deixaram de ser um problema para o poder imperial como pode ser visto nas definições citadas acima. Como continuaram se intrometendo nas decisões e desejos do imperador, Nicéforo II emitiu uma lei impedindo a criação de novos mosteiros e doações para os já existentes, o que levou à redução da riqueza dos monges e sua influência na população mais carente, apesar do abandono dessa política pelos sucessores de Nicéforo II.<sup>123</sup>

<sup>121</sup> Cf. ALBERIGO, 1995, p. 104-105.

<sup>122</sup> Cf. MANGO, 1998, pp. 105-124.

<sup>123</sup> Cf. RUNCIMAN, 1978.

Portanto, é possível perceber que apesar de complicada e complexa a relação entre monges, Patriarca e Imperador, os primeiros são de extrema importância para o Império Bizantino, já que estavam inseridos em todas as esferas dessa sociedade. Ao mesmo tempo em que viviam em “guerra” com o imperador, este dependia dos monges no que concerne ao contato e influências desses para com a população comum bizantina. Sua importância para a Igreja Ortodoxa estava na sua função de abrigar relíquias e estimular a produção artística e literária eclesiástica. É justamente sua produção literária eclesiástica no que tange à defesa das imagens através dos tratados do monge João Damasceno que será analisada no próximo capítulo.

### **1.5. A expansão islâmica e a crise do século VII**

Para entender o contexto em que se deu a crise iconoclasta do século VIII e conseqüentemente os três tratados em defesa das imagens escritos por São João Damasceno, é preciso, primeiramente, compreender as circunstâncias que envolveram a crise profunda por qual passou o Império Bizantino no século VII, que pôs em jogo a sua própria existência. Desse modo, poderemos também compreender o cenário do momento de ascensão do imperador Leão III, o isaúrico, em 717.

Após a tentativa de unificação e romanização do Império Bizantino como um todo pelo imperador Justiniano (527-565), observa-se que toda a estrutura edificada por ele começa a ruir, o que não deve ser atribuído somente aos excessos cometidos pelo então imperador, mas também aos atos e decisões tomados pelos seus sucessores. É preciso ressaltar que vários elementos contribuíram para a quase derrocada completa do Império, sendo difícil que qualquer um desses imperadores tenha feito um trabalho melhor durante o período. Porém, a importância desse momento de crise deve ser destacada, já que foi em virtude da mesma que os imperadores posteriores conseguiram enfrentar as dificuldades fazendo importantes transformações que levaram à sobrevivência do Império.<sup>124</sup>

É preciso ressaltar que, quando nos referimos à crise do século VII, estamos lidando com o maior acontecimento do período: a expansão islâmica e todos os problemas que a mesma trouxe para a então grande potência que era

---

<sup>124</sup> Cf. GREGORY, pp. 202-216.

Bizâncio, como a perda de importantes territórios e sua quase ruína. O islamismo mudou não somente o Império Bizantino que precisou passar por diversas transformações para sobreviver, mas também a situação política global e a economia do mundo mediterrâneo.<sup>125</sup>

O século VII inicia-se com a dinastia de Heráclio (610-641), a primeira dinastia bizantina que sobreviveu por cinco gerações e durante todo um século. O seu governo ficou marcado pela vitória sobre os Persas que deixa de ser o principal inimigo, recuperando, assim, importantes territórios que havia perdido para os mesmos e por problemas internos como oposições políticas e questões relativas à corrente monofisista no campo religioso. Em 611 foi tomada a primeira medida militar de Heráclio contra os Persas, o principal problema externo do Império. A medida levou à derrota bizantina que perdeu em 611 Antioquia, 613 Damasco e Tarso e 614 Jerusalém.<sup>126</sup> Os persas saquearam Jerusalém, destruíram a Igreja do Santo Sepulcro e levaram a Santa Cruz.<sup>127</sup>

Em 622 houve o contrataque bizantino dirigido pelo imperador, porém, sem conseguir reaver os territórios perdidos. Em 626 houve outra tentativa de invasão persa que foi detida pelos bizantinos que saíram vitoriosos e conseguiram recuperar as províncias perdidas anteriormente e conquistar novos territórios na Armênia. O Império Persa é assim eliminado militarmente em 628 e no ano de 630 já não representava nenhum perigo a Bizâncio. Como símbolo de glória, neste mesmo ano, o imperador Heráclio entrou em Jerusalém com a Santa cruz. No entanto, esses conflitos tiveram como consequência a quase escassez de recursos que não preocupava o imperador, pois este pensava que o Império viveria por um tempo em paz e prosperidade, já que acabara por liquidar o seu inimigo.<sup>128</sup>

Entretanto, apenas seis anos após a vitória sobre os persas em 634, o Império Bizantino foi invadido pelos árabes que em apenas dois anos invadiram e tomaram importantes províncias bizantinas, tais como a Síria (636) e logo depois a Palestina (637) e o Egito (641). Esse golpe foi duro para o imperador Heráclio que veio a falecer em 641, deixando para os seus sucessores, como legado, um império dividido e o problema árabe<sup>129</sup>. Porém, apesar do momento difícil, foi a

---

<sup>125</sup> Cf. MAIER, 1989.

<sup>126</sup> *Ibidem.*

<sup>127</sup> GREGORY, 2005, pp. 202-216.

<sup>128</sup> *Ibidem.*

<sup>129</sup> *Ibidem.*

partir de então que se iniciou em Bizâncio diversas reformas que foram essenciais para o começo de uma história propriamente Bizantina, ou seja, o Império ganhou suas características próprias, desligando-se das antigas tradições romanas.<sup>130</sup>

O ponto de partida dessas reformas foi a implantação do novo regime de administração do Império a partir de *themata*<sup>131</sup>, subdivisões militares das províncias, que seriam administradas por um comandante chamado *strategos*, combinando, assim, os poderes militar e civil, subordinado ao poder imperial.<sup>132</sup>

Os *themata* teriam surgido com as medidas reformistas para a tentativa de uma homogeneização política-administrativa e política-defensiva do então imperador Justiniano (527-565), que queria unificar os poderes civil e militar nas zonas consideradas críticas do Império. No entanto, foi somente no século VII após a perda das províncias orientais, que foi feita a implementação do sistema de *themata* na Ásia Menor. Foram essas reformas que impulsionaram a constituição de um exército bizantino composto pelo campesinato livre, no qual os indivíduos que pertenciam a um determinado *thema*, recebiam, a troco de servir o exército, terras que poderiam ser herdadas por seus descendentes. Essa organização de exército, diferentemente da composta por mercenários, tinha como vantagem um maior esforço para a defesa do território, pois os interesses desses soldados/campesinos encontrava-se dentro do mesmo.<sup>133</sup>

No âmbito religioso também houve transformações. A perda das províncias orientais levou também à perda de opositores monofisistas, fazendo com que a Ortodoxia oriental passasse a ser agrupada em torno do patriarca de Constantinopla, o que garantiria maior influência sobre a população e o imperador. Haveria, assim, uma maior homogeneidade do Império greco-asiático, o triunfo da língua grega e a fusão da noção de Ortodoxia e nacionalidade.<sup>134</sup> Essa nova identidade pode ser observada no título do imperador que deixa de ser chamado pela forma latina *Augustus* e passa a ser chamado pelo termo grego *basileus*. Esses fatores demonstram que apesar do Império ter perdido a sua posição de grande potência, acabou por adquirir sua nova identidade que foi crucial para a

---

<sup>130</sup> Cf. MAIER, 1989.

<sup>131</sup> Cf. LEMERLE, 1991.

<sup>132</sup> Cf. KAZHDAN, 1991, p. 2034.

<sup>133</sup> Cf. MAIER, 1986.

<sup>134</sup> LEMERLE, *op. cit.*, 1991.

sua resistência e sobrevivência frente à grande nova força que se tornou o islamismo<sup>135</sup>.

A dinastia de Heráclio foi composta ainda pelo seu filho Constâncio (641-668) que continuou enfrentando a força árabe, porém, sem muito sucesso, já que em 655, em uma batalha, o imperador além da mesma quase também perdeu a vida. Só em 659 Constâncio conseguiu o acerto de um tratado de paz com os árabes que permitiu uma certa tranquilidade no Império. Entretanto, logo depois, em 668, foi assassinado em decorrência de um golpe.<sup>136</sup>

Seu sucessor foi seu filho Constantino IV (668-685), que teve que continuar a luta contra os árabes e suas investidas na Ásia Menor. No entanto, o maior problema durante o seu comando foi o grande cerco árabe a Constantinopla em 674, no qual os árabes atacaram pelo mar, devido à impenetrável muralha da cidade. O cerco se estendeu por quatro anos, mas os bizantinos conseguiram a vitória quando os seus navios se encontraram com os árabes e os atingiram com o *fogo grego* – arma feita por um material altamente inflamável que até os dias atuais não se sabe como era produzida. Apesar da vitória bizantina os árabes continuaram a contra-atacar, no entanto, essa vitória bizantina em 678 foi o ponto de partida para a sua recuperação, sem deixar de lado a importância e papel também da reorganização administrativa e militar que já estavam ocorrendo no Império, cruciais também para sua recomposição. Com isso, os árabes assinaram um acordo de paz de trinta anos em condições mais favoráveis a Bizâncio, o que demonstrava, assim, que essa foi a maior perda árabe em quarenta anos por um lado, mas por outro a vitória crucial para a manutenção da sobrevivência do Império Bizantino.<sup>137</sup>

Em assuntos religiosos, Constantino IV seguiu os seus antecessores na tentativa de colocar fim aos conflitos religiosos. Para isso, convocou o sexto Concílio Ecumênico em Constantinopla, em 680, no qual condenou o monotelismo e anatemizou todos aqueles que o apoiaram, tais como um papa e bispos de Constantinopla. Seu filho e sucessor Justiniano II – que governou por duas vezes, a primeira vez de 685-695 e a segunda vez de 705-711 – seguiu as mesmas ações do pai relativas ao campo religioso condenando também o

---

<sup>135</sup> Cf. MAIER, 1989.

<sup>136</sup> Cf. GREGORY, 2005, pp. 202-216.

<sup>137</sup> *Ibidem*.

monoteísmo e convocando um concílio em 691-2, conhecido como Concílio Quinissexto ou Concílio de Trullo realizado no palácio imperial de Constantinopla, no qual foi tratado assuntos relativos ao cotidiano de moralidade e administração eclesiástica. Apesar do tratado de trinta anos de paz com os árabes, o seu reinado foi marcado também por lutas contra investidas dos mesmos na Ásia Menor.<sup>138</sup>

Com a deposição de Justiniano II em 695, o trono imperial passou por diversas usurpações de curta duração com a recuperação do trono por Justiniano em 705. No entanto, em 711 Justiniano é deposto novamente e morto, o que arrastou Bizâncio a um período de usurpações e anarquia – graves problemas políticos e militares – sendo o último imperador, Teodósio III (711-717) que abdicou após a tomada do poder por Leão, o Isáurico, comandante – *strategos* - do *thema* da Anatólia, em 717, que acabava por derrotar mais uma investida árabe em Constantinopla (717-8), e que como imperador trouxe novamente a estabilidade do Império.<sup>139</sup>

Neste sentido, em fins do século VII, o território bizantino estava reduzido à Ásia Menor, algumas regiões da Itália e a zona sobre os Balcãs. Entretanto, é preciso destacar que foi por obra das transformações políticas, administrativas e militares ocorridas durante sétimo século e de sua grande capacidade de adaptação que Bizâncio conseguiu sobreviver às adversidades do período e dar continuidade à sua civilização, com o então novo imperador que acabava de subir ao trono<sup>140</sup>, já que “gracias a su firmeza frente a dos rebeliones internas y a su reorganización de la administración imperial, León III consiguió asegurar la estabilidad dinástica durante ochenta y cinco años”.<sup>141</sup>

### **1.6. A ascensão do imperador Leão III e a eclosão da iconoclastia**

O século VIII se inicia com uma ampla mudança no que se refere à estrutura imperial bizantina, que como vimos, passou por grandes dificuldades no decorrer do século VII até a chegada do novo imperador, Leão III (717-741), o Isáurico, no exato ano de 717. O novo imperador foi o fundador da nova dinastia,

<sup>138</sup> Cf. GREGORY, 2005, pp. 202-216.

<sup>139</sup> HALDON, In: CORMACK; HALDON; JEFFREYS, 2008, pp. 249-263.

<sup>140</sup> Cf. MAIER, 1989.

<sup>141</sup> *Idem*, p. 84

a isaúrica, sendo conhecido pela transformação que fez em Bizâncio, reorganizando-o, recuperando a sua defesa e a sua unidade. Além disso, foi responsável também pela instituição da política iconoclasta que abalou em todos os âmbitos o Império e, também, pela criação de uma nova legislação intitulada *Ecloga* (εκλογή).

A intervenção política do novo imperador Leão III enquanto os árabes tentavam invadir Constantinopla foi decisiva para a salvação do Império.<sup>142</sup> Após a vitória sobre a investida árabe, a prioridade da então nova dinastia era o exército para a manutenção imperial, o que fez com que o imperador Leão III desse continuidade à divisão das províncias em *themata* governados pelos *strategoï*, definida ainda no século VII, para maior facilidade do controle territorial e a mobilização dos recursos do Império para o exército.<sup>143</sup> Dessa forma, assim como os antecessores de Leão III, este teve que enfrentar várias revoltas, sendo muitas delas levantadas pelos comandantes dos *themata*, o que levou o imperador a repensar o sistema redividindo os *themata* maiores, o que levaria à diminuição do poder dos comandantes individuais, já que foi assim que ele chegou ao poder quando ainda era o *strategos* do grande *thema* da Anatólia.<sup>144</sup>

Além disso, a administração central do império e a ideologia imperial baseavam-se também na continuação da divisão administrativa em departamentos estabelecidos também no século VII, os chamados *logothetai*, que eram uma espécie de ministérios localizados no grande Palácio, o que proporcionava, assim, maior habilidade ao imperador para governar. Outra característica do reinado de Leão foi a continuidade dada à tradição do *imperador guerreiro*, prática esta oriunda do reinado de Heráclio, na qual o imperador levava o seu exército até o campo de batalha, o que teria tornado o reinado da imperatriz Irene (780-797) anômalo, já que a mesma enquanto mulher não podia fazer o mesmo. No que se refere às relações diplomáticas, a dinastia isaúrica teria continuado a política de impressionar tanto os seus súditos quanto os seus vizinhos com a superioridade e prestígio.<sup>145</sup>

Parte também da reforma imperial de Leão III foi a publicação de um livro de códigos jurídicos, a *Ecloga* que teria sido escrita e publicada por ele e seu filho

<sup>142</sup> Cf. GREGORY, 2005, pp. 202-216.

<sup>143</sup> Cf. AUZÉPY, In: SHEPARD, 2008, pp. 251-291.

<sup>144</sup> GREGORY, *op. cit.*, pp. 202-216.

<sup>145</sup> AUZÉPY, In: SHEPARD, *op. cit.*, 2008, pp. 251-291.

Constantino V em 726<sup>146</sup>, contendo, segundo o *The Oxford Dictionary of Byzantium*, dezoito títulos de normas legais para a vida cotidiana, que marcava o renascimento administrativo da justiça após mais de cem anos sem a produção de uma obra do tipo, constituindo-se em um exemplar inigualável até o fim do século IX<sup>147</sup>.

Leão III redigiu no prefácio da *Ecloga* que ao imperador foi confiado por Deus a promoção da justiça em todo o mundo, sendo assim, a obra um manual prático de normas para o uso cotidiano e não uma base teórica para a lei. A *Ecloga* é ainda composto pela restrição do direito de divórcio e proporciona uma lista composta por vários crimes sexuais, além de introduzir o sistema de punição por mutilação.<sup>148</sup> Os códigos da *Ecloga* foram produzidos e destinados à substituição dos códigos elaborados pelo imperador Justiniano I (527-565).<sup>149</sup>

É durante também o reinado de Leão III que se deu o início do maior acontecimento do século VIII em Bizâncio, que afetou toda a sua estrutura imperial: a eclosão da política iconoclasta. Esta teve início em 726 com discursos feitos pelo imperador Leão III contra as imagens a fim de conseguir o apoio da população e com a ordem do mesmo para a retirada de uma imagem de Cristo da *Chalké*, a porta de bronze do palácio imperial, que causou grande revolta tanto em Constantinopla quanto no Ocidente, principalmente no papa, levando à cisão das duas Igrejas.<sup>150</sup>

Logo após, como consequência dessa oposição, Leão III teria convocado um concílio em 730, no qual proibiu os ícones e considerou a veneração dos mesmos como ilegal. Essa atitude do imperador foi bastante questionada pelo patriarca da época, Germano I (715-730) que foi deposto pelo imperador, e substituído pelo patriarca Anastácio (730-754). Este último teria enviado uma carta sinodal para o papa Gregório II (715-731), na qual mostra o seu posicionamento a favor do iconoclasmo, o que levou o papa Gregório III (731-

---

<sup>146</sup> A data referente à publicação do ecloga por Leão III ainda é motivo de dúvida entre os pesquisadores do tema. Alguns pesquisadores como Georg Ostrogorsky (1984); Franz Maier (1986) e Paul Lemerle (1991) defendem a data de 726, enquanto que Timothy Gregory (2005) e Alexander P. Kazhdan (1991) afirmam que 726 seria uma data possível, porém, 741 a data mais provável.

<sup>147</sup> KAZHDAN, 1991.

<sup>148</sup> Cf. GREGORY, 2005, pp. 202-216.

<sup>149</sup> Cf. OSTROGORSKY, 1984. pp. 157-216.

<sup>150</sup> *Ibidem*.

741) a convocar um contra concílio em 731 em Roma, onde os adversários das imagens foram excomungados.<sup>151</sup>

Desse modo, muitas são as causas apontadas para a eclosão da iconoclastia entre os pesquisadores do período. No entanto, até os dias atuais nenhuma foi devidamente comprovada, devido, como já mencionamos na introdução deste trabalho, à destruição proposital de fontes e documentos. Sendo assim, muitas são as teorias e perspectivas acerca do início da iconoclastia. Algumas se referem às razões religiosas, outras às razões políticas, enquanto que outras a ambas.

À vista disso, o nosso objetivo aqui é discutir essas teorias e perspectivas, no intuito de conhecer o que os pesquisadores do tema dizem a respeito do mesmo. Para tanto, faremos o uso do ponto de vista de uma historiografia mais tradicional a partir de autores que escreveram sobre o assunto dos anos 1960 até a década de 1990 e de uma historiografia mais recente, na qual encontramos estudos publicados a partir dos anos 2000. Dentro desses estudos é preciso salientar que são poucos os trabalhos referentes ao período iconoclasta em si, já que esses estudos abarcam questões mais gerais acerca de Bizâncio, tais como Cristianismo, arte, entre outros. É importante também ressaltar que as principais obras sobre o período foram produzidas por autores estrangeiros, já que o campo de história medieval oriental é ainda pouco explorado por historiadores brasileiros.<sup>152</sup>

Sobre as causas para o início da iconoclastia no Império Bizantino no século VIII, podemos perceber entre os autores analisados que alguns atribuem o fenômeno a questões puramente religiosas, outros a questões políticas e alguns a esses dois campos simultaneamente. Uma historiografia mais clássica abarca importantes historiadores como Georg Ostrogorsky, Franz Maier, entre outros.

Em sua obra, Ostrogorsky<sup>153</sup> vê como possibilidade para o início do iconoclasmo as influências semitas que Leão III pode ter sofrido, já que as duas religiões do livro como o cristianismo, ou seja, o islamismo e o judaísmo não eram adeptas de representações. Assim, a iconoclastia seria uma forma de buscar para a religião cristã uma “espiritualidade pura”. Porém, o autor não descarta as motivações políticas afirmando que os imperadores iconoclastas viam na crescente riqueza e prestígio dos monges um problema, o que levou a uma

---

<sup>151</sup> Cf. GREGORY, 2005, pp. 202-216.

<sup>152</sup> BOY, 2007.

<sup>153</sup> OSTROGORSKY, 1984, pp. 157-216.

violenta perseguição aos mesmos e à destruição dos mosteiros por estes abrigarem relíquias e imagens. Além disso, Ostrogorsky vê também a política iconoclasta como uma forma de o imperador submeter a Igreja às suas vontades e poder.

Assim como Ostrogorsky que via o movimento iconoclasta enquanto um movimento antimonástico, temos também Charles Diehl<sup>154</sup>, que afirma que havia uma tentativa dos monges de libertar a Igreja do poder imperial; Steven Runciman<sup>155</sup> também afirma que a origem Síria do imperador Leão III teria o influenciado, devido ao fato de que a população dessa região tinha uma verdadeira aversão às imagens e seu culto; e Hilário Franco Júnior e Ruy de Oliveira Filho<sup>156</sup>, além de afirmar que os imperadores iconoclastas viam o setor monacal como seu adversário, ressaltam também que o problema com os monges vinha do fato de que os mosteiros tiravam jovens dos serviços prestados ao Estado, tais como soldados, marinheiros, que acabavam por preferir a vida monástica a correr riscos em batalhas em prol do Império.

Paul Lemerle<sup>157</sup>, assim como os autores citados acima, também chama a atenção para fatores políticos, além daqueles religiosos. O autor afirma que, dentre os fatores religiosos, estava a necessidade de a religião cristã se purificar daquilo que os imperadores iconoclastas achavam que beirava o paganismo, ou seja, as imagens e seu culto, já que as mesmas não se encontravam nas origens do cristianismo. Já em relação às questões políticas, além de afirmar que a iconoclastia teria começado por problemas referentes ao monacato bizantino, Lemerle postula que havia também uma tentativa de evitar com que a população anicônica do Império fosse seduzida pelo Islamismo.

Já Franz Maier<sup>158</sup> que, além de defender a ideia de que a política iconoclasta teria começado em decorrência dos problemas relacionados aos monges, defende também que o início do iconoclasmo estaria relacionado com a questão da estabilidade do Império, uma vez que o apoio à nova política de Leão III contra as imagens existia aonde havia uma ameaça de invasão territorial. O autor cita a Grécia como exemplo, afirmando que a população da mesma não teria

---

<sup>154</sup> DIEHL, 1961, pp. 82-101.

<sup>155</sup> RUNCIMAN, 1978, pp. 93-110.

<sup>156</sup> JUNIOR; e FILHO, 1985, pp. 12-31.

<sup>157</sup> LEMERLE, 1991.

<sup>158</sup> MAIER, 1986.

apoiado a política iconoclasta em decorrência do baixíssimo risco de invasão que essa região tinha. Maier ainda afirma que a importância do iconoclasmo estava no forte governo imperial, no controle imperial sobre a Igreja e na organização das finanças, apesar dos territórios perdidos na segunda fase da querela das imagens.

Todos os autores analisados acima, que se referem a uma historiografia mais clássica, atribuem o início da crise iconoclasta a questões tanto políticas quanto religiosas. Sendo assim, temos ainda um importante autor, Alain Besançon<sup>159</sup> que, em sua obra, faz uma análise do estatuto da imagem não somente no decorrer do iconoclasmo bizantino, mas também no decorrer da História. No caso bizantino que está em questão, o autor atribui o início da iconoclastia a motivos puramente religiosos, afirmando que os imperadores iconoclastas se apoiaram na citação bíblica do Antigo Testamento<sup>160</sup>, que proíbe a produção e uso de imagens, na busca da “tradição verdadeira”, ou seja, as origens do cristianismo, quando não existiam representações. O autor afirma ainda que os imperadores iconoclastas queriam acabar com a idolatria que era considerada uma grande heresia.

Já em relação a uma historiografia mais recente podemos perceber que alguns autores tem o pensamento um pouco parecido com o que aparece na historiografia tradicional, enquanto que outros procuram novas perspectivas acerca do iconoclasmo, no intuito de tentar compreender o que ainda não ficou claro sobre o período, devido à falta de documentação esclarecedora. Marie-France Auzépy<sup>161</sup>, por exemplo, não acredita nos fatores relacionados à influência semita e muito menos em um aparente aniconismo da parte oriental do Império, pois, para a autora, não há comprovação histórica para se acreditar em tais motivos. Porém, assim como Maier, acredita que o iconoclasmo deve ser entendido enquanto uma forma de luta para garantir a sobrevivência do Império, uma vez que a iconoclastia entrou em vigor justamente numa época em que a idolatria se espalhava em todo o Império, o que leva a acreditar que a escolha de Leão III pela política iconoclasta que proibia a idolatria, induziria a Deus para a concessão de vitórias contra o inimigo, o que acabou por acontecer. Isto é, o

---

<sup>159</sup> BESANÇON, 1997.

<sup>160</sup> “Não tenha outros deuses diante de mim. Não faça para você ídolos, nenhuma representação daquilo que existe no céu e na terra, ou nas águas que estão debaixo da terra”. BÍBLIA SAGRADA, 1990. ÊXODO 20:3, 4.

<sup>161</sup> AUZÉPY, In: SHEPARD, 2008, pp. 251-291.

sucesso sobre as invasões árabes teria vindo justamente quando se proibiu o culto das imagens, era como uma recompensa de Deus. Auzépy afirma que isso pode ser visto também quando se restabeleceu o culto das imagens pela primeira vez em 787, o que acabou por coincidir com diversas derrotas militares bizantinas, e que o retorno da iconoclastia em 815 foi seguido de vitórias contra os búlgaros. Para a autora, o movimento iconoclasta pode ser considerado como um componente religioso para auxiliar na sobrevivência do Império Bizantino.

Em contraposição, Robin Cormack<sup>162</sup> defende a questão da idolatria como fator para o início do iconoclasmo, mas chama a atenção para a questão da ascensão do islamismo e das invasões árabes que não devem ser descartadas. Para o autor, a eclosão da iconoclastia seria uma resposta às circunstâncias relativas à situação política do Império no século VIII.

Timothy Gregory<sup>163</sup> é outro autor que também não acredita na influência islâmica e judaica como um dos motivos para a guerra contra as imagens e tampouco acredita na visão da iconoclastia enquanto um movimento antimonástico. O autor considera plausível a ideia de que o iconoclasmo era uma tendência autocrática do imperador, considerado, como já dissemos antes, o representante de Deus na terra, sendo assim, uma luta entre o imperador e o ícone, por sentir que Deus estava punindo o Império, devido à idolatria que era uma grave heresia. Assim, a falha de Bizâncio contra as invasões árabes foi uma resposta de Deus aos idólatras. Porém, Gregory afirma que a explicação mais convincente seria o fato do iconoclasmo ter iniciado no século VIII devido à crença pessoal do imperador Leão III que sentia que tinha uma responsabilidade pessoal para com Deus e para com os seus súditos em relação ao ensino da prática religiosa correta, na qual o caráter autocrático de seu poder o fez impor suas próprias visões em relação às práticas religiosas sobre todo o Império sem levar em consideração o que desejava o público mais amplo que defendeu energeticamente as imagens no decorrer do processo.

Renato Viana Boy<sup>164</sup> defende também a questão monástica como razão para a eclosão da iconoclastia, pois salienta o alto teor de violência que era usado pelos iconoclastas contra os iconófilos. No entanto, compartilha também da ideia

---

<sup>162</sup> CORMACK; In: CORMACK; HALDON; JEFFREYS, 2008, pp. 750-757.

<sup>163</sup> GREGORY, 2005, pp. 202-216.

<sup>164</sup> BOY, 2007.

de Dagron, na qual este defende que a autoridade imperial se sobrepunha à Igreja de Constantinopla, exercendo ao mesmo tempo o papel de imperador, mas também uma espécie de “sacerdócio”, colocando-se, assim, acima do Patriarca. Para Boy, o cerne da questão iconoclasta se encontra na questão do ícone de Cristo, que leva tanto iconoclastas quanto iconófilos a se reapropriarem dos debates acerca da dupla natureza de Cristo dos primeiros séculos, para fundamentar os seus argumentos. Esse conceito de “apropriação” usado pelo autor é embasado em Chartier, que defende que um determinado texto escrito em uma época pode ser utilizado em um novo contexto, o que leva um indivíduo a fazer novos usos dessas ideias.

Já Michael Angold<sup>165</sup> afirma que Leão III via o Império Bizantino como uma comunidade reunida que seria uma nova Israel, que somente conseguiria se equiparar à força adquirida pelo islamismo através de uma retomada das raízes cristãs do Antigo Testamento. Para o autor, por trás da política iconoclasta é possível perceber um reconhecimento referente ao grande sucesso islâmico. Além disso, afirma que os imperadores não eram contra todos os monges, já que haviam muitos mosteiros a favor da nova política contra as imagens, mas sim contra aqueles que enganavam a população, ou seja, os charlatões. Para o autor:

(...) o iconoclasmo foi de imenso benefício para Bizâncio. Leão III e Constantino V usaram-no como um encobrimento para a restauração das bases da autoridade imperial, que ficara comprometida pelo triunfo do islamismo. Isso permitiu a Bizâncio escapar da anarquia política na qual caíra nas primeiras décadas do século VIII. Os imperadores iconoclastas deixaram uma autoridade imperial eficaz, que fundamentou as realizações da dinastia macedônia em fins dos séculos IX e X. O iconoclasmo também desafiou a dominação monástica da cultura, que fora uma característica do século VII. O nível de educação elevou-se; o ensino secular foi cultivado por si mesmo, e deu-se uma recuperação de muitos aspectos da cultura clássica. Ele restaurou para a cultura bizantina um equilíbrio que se vinha perdendo.<sup>166</sup>

No que se refere às ideias de John Haldon<sup>167</sup>, este assim como Angold, afirma que há pouca evidência em relação a uma oposição monástica à

---

<sup>165</sup> ANGOLD, 2002, pp. 68-86.

<sup>166</sup> *Idem*, p. 86.

<sup>167</sup> HALDON, 2010.

iconoclastia e que esse acontecimento teria sido levantado pela imperatriz Irene e pelo patriarca Tarásio, pois é fato que poucos foram os monges como Teodoro Estudita que se colocavam publicamente contra a nova política do Império e ainda supõe que os historiadores estejam dando muita ou mais atenção e importância a esses monges do que eles realmente poderiam ter. Afirma também que muitos monastérios eram a favor da iconoclastia, assim como foram recompensados pelos imperadores por isso. Para Haldon, o iconoclasmo é mais um fenômeno de cunho imperial e de legitimidade deste poder, do que um fenômeno ligado à teologia e à questão de dogma, que dava muito pouca importância à opinião popular.

E na ausência de qualquer evidência para corroborar a declaração iconófila posterior sobre a natureza da oposição popular à iconoclastia imperial, só podemos concluir que a iconoclastia era, para a maioria das pessoas do mundo bizantino nos séculos VIII e IX, uma irrelevante ou insignificante forma de praticar sua fé. A este respeito, talvez possa ser útil comparar o monotelismo oficial do reinado de Constâncio II. E isso significa que precisamos reescrever radicalmente a história social e política do império nos séculos VIII e IX.<sup>168</sup>

Observamos, assim, que a grande maioria dos autores acima atribuí como causas para o início da iconoclastia questões relativas à religião e/ou política e que essas causas variam de acordo com a abordagem de cada autor. Os autores mais clássicos se dividem entre causas religiosas que dizem respeito à idolatria e causas políticas referentes ao crescimento dos monastérios e sobrevivência do Império frente às invasões árabes. Já os autores mais recentes procuram outras abordagens para tentar compreender o fenômeno. Entretanto, é possível perceber que também se dividem entre razões políticas e religiosas.

De nossa parte pensamos, assim como os pesquisadores Maier, Auzépy e Cormack, que a política iconoclasta teve início devido à necessidade de defesa do Império frente à expansão árabe, mas também como uma forma de legitimação do poder imperial, como também defendeu Haldon, já que o mesmo também passava por uma crise, como foi possível constatar no decorrer do século VII. Entendemos que essa crise só se cessa com a chegada da dinastia isaúrica. Por isso a necessidade de maior compreensão dos tratados de João Damasceno que se inserem nesse período e a defesa que o monge faz não só das imagens, mas

---

<sup>168</sup> HALDON, 2010, p. 11.

também do poder imperial enquanto o poder supremo do Império e crítica ao imperador Leão III e sua política contrária aos valores defendidos pela Igreja.

Após a morte de Leão III, o seu filho Constantino V (741-775) é coroado imperador dando continuidade à política iconoclasta de seu pai e também ao sucesso militar frente às incursões árabes. No entanto, ambos os imperadores tiveram que enfrentar uma forte oposição à sua política contra as imagens: o monge João Damasceno. Este escreveu três tratados a favor das imagens com base no conceito de *Encarnação*, que nos próximos capítulos serão detalhados.

Andrew Louth<sup>169</sup> ressalta que não se têm provas concretas de que esses tratados tenham chegado ao conhecimento do imperador. No entanto, logo após a escrita do último tratado, que de acordo com o autor teria ocorrido por volta de 740, Constantino V fez com que a controvérsia iconoclasta deixasse de ser, inicialmente, um debate acerca dos usos e princípios da veneração das imagens, para tornar-se um problema teológico, levantando questões proeminentes dos séculos IV e V que se referiam a posições consideradas pela Igreja como heréticas, tal como ocorreu com as correntes ariana, monofisista e nestoriana.<sup>170</sup>

Para tanto, o imperador convocou o concílio de 754, em Hieria, com a participação de 338 bispos declarados como iconoclastas. Constantino V além de excelente militar foi também um grande teólogo que teria redigido três escritos em favor da iconoclastia, dos quais se preservaram apenas fragmentos mais importantes em conjunto com as definições do concílio iconoclasta de 754, para a refutação dos ideais iconoclastas no concílio que seria realizado em 787 para o restabelecimento do culto das imagens. Assim, o concílio ocorreu a partir dos escritos do imperador e a partir de questões cristológicas.<sup>171</sup>

No que foi conservado referente à ata<sup>172</sup> do concílio é possível encontrar uma referência aos imperadores Constantino V e Leão III, na qual ambos são aclamados, descritos como “piedosos”, “amados” e “ortodoxos”, além de se afirmar que estavam a trabalho da *verdade*, sendo mensageiros da doutrina da *salvação* “na luta contra a volta da *idolatria* sob a aparência de *crístianismo*” (p. 1). É utilizada como argumentação contra as imagens religiosas as heresias já

<sup>169</sup> LOUTH, 2002.

<sup>170</sup> Cf. GREGORY, 2005, pp. 202-216.

<sup>171</sup> Cf. OSTROGORSKY, 1984, pp. 157-216.

<sup>172</sup> *Epitome of the Definition of the Iconoclastic Conciliabulum, Held in Constantinople, A. D. 754.* In: Medieval Sourcebook, website [www.fordham.edu](http://www.fordham.edu).

condenadas (arianismo, monofisismo e nestorianismo) e seus precursores, com a afirmação de que é impossível a separação ou mistura das duas naturezas de Cristo, sendo assim impossível a representação do mesmo.

De acordo com o texto, os iconófilos ao se utilizarem da desculpa de que se representa apenas a carne de Cristo nas imagens, estariam caindo na heresia nestoriana, já que as duas naturezas de Cristo – a humana e a divina – são inseparáveis, isto é, são uma só. Dessa forma,

o nome Cristo significa Deus e homem. Por isso, é uma imagem de deus e do homem, e, conseqüentemente, ele [o pintor] tem em sua mente tola, em sua representação da carne criada, descrita a divindade que não pode ser representada, e, assim, mistura o que não deve ser misturado. Assim, ele é o culpado de uma dupla blasfêmia – a de fazer uma imagem da Trindade, e de outra, de misturar a divindade e a humanidade. Eles [iconófilos] caem na blasfêmia que veneram. [...] Eles caem no abismo da impiedade, uma vez que eles separam a carne da divindade, atribuem a ela substância própria, uma personalidade própria que eles descrevem e, assim, introduzem uma quarta pessoa na trindade.<sup>173</sup>

Portanto, a única forma admissível para representar a humanidade de Cristo para os iconoclastas seria a imagem do pão e do vinho na Santa Ceia, que foram escolhidos para a representação da *Encarnação*.

No que se refere à origem da argumentação iconoclasta, nos foi possível observar que ela foi pautada nas Santas Escrituras, em escritos patrísticos, culminando no combate às imagens de Cristo, da Virgem e dos Santos e da veneração das mesmas. Como já observamos, o mesmo foi feito pelo monge João Damasceno, entretanto, o seu objetivo foi o contrário, a defesa das imagens.

Constata-se ainda na ata do concílio iconoclasta de 754, além da ordem de não fabricação de imagens e ensinamento de qualquer outra fé, uma ordem de não vandalismo contra os objetos eclesiásticos, uma lista de definições do concílio que

---

<sup>173</sup> “The name Christ signifies God and man. Consequently it is an image of God and man, and consequently he has in his foolish mind, in his representation of the created flesh, depicted the Godhead which cannot be represented, and thus mingled what should not be mingled. Thus he is guilty of a double blasphemy--the one in making an image of the Godhead, and the other by mingling the Godhead and manhood. Those fall into the same blasphemy who venerate. [...]They fall into the abyss of impiety, since they separate the flesh from the Godhead, ascribe to it a subsistence of its own, a personality of its own, which they depict, and thus introduce a fourth person into the Trinity.” In: *Epitome of the Definition of the Iconoclastic Conciliabulum, Held in Constantinople, A. D. 754*. In: Medieval Sourcebook, website [www.fordham.edu](http://www.fordham.edu).

devem ser seguidas a partir de então e uma lista de anátemas, na qual se destaca os nomes do patriarca Germano – deposto por Leão III – e do monge João Damasceno sob o seu nome árabe, Mansur.

Como consequência desse concílio, apesar da ordem para não fabricar imagens, há também pouca evidência real para qualquer ação por parte de Constantino V para a destruição das mesmas, já que, como citado, também proibia qualquer ato de vandalismo contra os ícones. Estaria, assim, por trás dessas histórias de destruição das imagens, uma campanha de depreciação do então imperador. Dessa forma, a única evidência que se tem acerca das ações iconoclastas, seria a substituição de uma imagem da Virgem e do menino Jesus, por uma cruz, localizada em uma igreja monástica, como podemos ver abaixo<sup>174</sup>:

---

<sup>174</sup> Cf. BRUBAKER, 2010. pp. 323-337.



FIG. 1. Mosaico da abside: Igreja do Dormitio, Iznik. Mãe de Deus em pé com o Menino Jesus, em geral referida como Hodegetria. Tornou-se a iconografia padrão para a abside após a derrota do iconoclasmo. Esta figura fez parte da restauração de ícones; podem-se apenas perceber os traços de uma cruz iconoclasta no fundo do mosaico. (ANGOLD, 2002)

Constantino V tornou-se o foco de ataques iconófilos devido às suas ações bem sucedidas enquanto imperador, o que teria levado os iconófilos a iniciar essa campanha de difamação contra ele e seu pai Leão III, – precursor da política iconoclasta – que, como consequência, levou ao erro muitos pesquisadores do

período que até há pouco tempo deram continuidade a essa caracterização de Constantino como destruidor das imagens e perseguidor dos iconófilos.<sup>175</sup>

Após o concílio de 754 com a intensificação da política iconoclasta, houve uma queda na popularidade do imperador Constantino V, que ainda teve que enfrentar um novo inimigo exterior. Apesar de suas vitórias contra os árabes, o problema agora se voltava para o combate aos búlgaros que durou até o fim do reinado de Constantino em 775, quando este foi morto em uma dessas campanhas. Seu sucessor foi seu filho Leão IV (775-780).<sup>176</sup>

Pouco se conhece sobre o reinado de Leão IV, porém, sabe-se que ele liderou uma campanha contra os árabes e os búlgaros, falecendo em 780 enquanto liderava, pessoalmente, seu exército contra os búlgaros. Ele deu continuidade à política iconoclasta de seu pai, no entanto, de forma mais fraca, por influência de sua esposa Irene de Atenas, iconófila.<sup>177</sup>

A morte prematura de Leão IV levou o seu filho de apenas dez anos ao poder, o que fez com que sua mãe Irene se tornasse imperatriz regente, compartilhando o trono com o seu filho, Constantino VI.<sup>178</sup> Segundo Gregory, apesar da imperatriz Irene não possuir nenhuma experiência política ou militar, ela se interessou pelos assuntos e foi a única mulher bizantina a assumir o título masculino de imperador, *basileus*.<sup>179</sup>

Houve uma tentativa de golpe por parte do César Nicéforo que levou a uma forte reação da imperatriz Irene para se manter no poder. No ano de 784 a imperatriz pôs a público os planos de seu governo que incluía o restabelecimento do culto das imagens, conseguindo a renúncia do patriarca Paulo IV (780-784), e a reunião de uma eleição popular, na qual fora eleito o patriarca Tarásio (784-806), que juntamente com Irene deu início aos preparativos para a convocação de um novo concílio, o qual tinha a finalidade de revogar as decisões de 754 e restabelecer as imagens religiosas.<sup>180</sup>

Em 786 há uma tentativa por parte da imperatriz Irene de convocar o concílio em Constantinopla, no entanto, foi impedida pelo exército e por bispos favoráveis à iconoclastia. Não houve desânimo por parte da imperatriz que pouco

<sup>175</sup> Cf. BRUBAKER, In: JAMES, 2010, pp. 323-337.

<sup>176</sup> Cf. OSTROGORSKY, 1984, pp. 157-216.

<sup>177</sup> Cf. GREGORY, 2005, pp. 202-216.

<sup>178</sup> OSTROGORSKY, *op. cit.*, pp. 157-216.

<sup>179</sup> GREGORY, *op. cit.*, pp. 202-216.

<sup>180</sup> OSTROGORSKY, *op. cit.*, pp. 157-216.

tempo depois enganou o exército, mandando-o para uma suposta expedição contra os árabes na Ásia Menor e, em 787, conseguiu junto ao patriarca Tarásio a realização do concílio em Nicéia, local cheio de simbolismo para toda a cristandade. Neste concílio, foram reunidos 365 bispos e 132 monges.<sup>181</sup>

No decreto<sup>182</sup> é possível encontrar o uso de das Sagradas Escrituras e das tradições patrísticas, além do argumento da tradição e da verdade como fundamentação para o restabelecimento do culto das imagens, argumentação esta também utilizada pelos iconoclastas, o que nos mostra como um mesmo argumento podia ser utilizado por grupos antagônicos de acordo com os seus interesses. Há também ordem de anátema a Ário e a todos os precursores de correntes heréticas consideradas contrárias à tradição eclesiástica, além da afirmação de que todos aqueles que rejeitassem as tradições da Igreja seriam excomungados sendo parte desta última ou não.

Nós anematizamos a novidade introduzida dos maldizentes dos cristãos. Saudamos as imagens veneráveis. Nós colocamos sob anátema aqueles que não fazem isso. Anátema a eles que têm a pretensão de aplicar às imagens veneráveis as coisas ditas na Sagrada Escritura sobre ídolos. Anátema para aqueles que não saudarem as imagens santas e veneráveis. Anátema para aqueles que chamam as imagens sagradas de ídolos. Anátema para aqueles que dizem que os cristãos recorrem às imagens sagradas como deuses. Anátema para aqueles que dizem que qualquer outro nos livrou dos ídolos, exceto Cristo, nosso Deus. Anátema a quem se atreve a dizer que a qualquer momento a Igreja Católica recebeu ídolos.<sup>183</sup>

Como argumento há também a utilização do conceito de *Encarnação*, com a afirmativa de que Cristo tem duas naturezas, sendo um perfeito Deus e um perfeito homem. Mantêm inalteradas todas as tradições religiosas transmitidas, sejam elas de forma escrita ou não, sendo uma delas as representações pictóricas.

<sup>181</sup> AUZÉPY, In: SHEPARD, 2008, pp. 251-291.

<sup>182</sup> *Decree of Secound Concil of Nicea, 787*. The decree of the Holy, Great, Ecumenical Synod, the Second of Nicea. In: Medieval Sourcebook, website [www.fordham.edu](http://www.fordham.edu).

<sup>183</sup> “We anathematize the introduced novelty of the revilers of Christians. We salute the venerable images. We place under anathema those who do not do this. Anathema to them who presume to apply to the venerable images the things said in Holy Scripture about. idols. Anathema to those who do not salute the holy and venerable images. Anathema to those who call the sacred images idols. Anathema to those who say that Christians resort to the sacred images as to gods. Anathema to those who say that any other delivered us from idols except Christ our God. Anathema to those who dare to say that at any time the Catholic Church received idols.” In: *Decree of Secound Concil of Nicea, 787*. The decree of the Holy, Great, Ecumenical Synod, the Second of Nicea. In: Medieval Sourcebook, website [www.fordham.edu](http://www.fordham.edu).

É possível observar ainda a utilização dos conceitos de *honra* e *memória* para a autenticidade do uso das imagens e a ideia de *protótipo*, de acordo com a qual a veneração dada à representação é a mesma dada àquele que é representado. Percebe-se aqui a mesma argumentação utilizada pelo monge João Damasceno em seus três tratados em defesa das imagens<sup>184</sup>, o que conforme Clara Maria Suspichiatti Bacarreza<sup>185</sup>, possibilita afirmar que os textos conciliares foram baseados nas obras do monge, apesar do mesmo não ser citado na ata do concílio, mostrando, assim, a importância de Damasceno não somente na defesa das imagens, mas também no que propiciou o restabelecimento das mesmas nesse ano de 787.

Os problemas em Bizâncio haviam se resolvido, mas restavam os problemas externos – árabes e búlgaros – que se intensificaram nos últimos anos, após o grande poderio ostentado pelo imperador Constantino V décadas antes. Existia também o problema carolíngio, já que Carlos Magno (742-814) havia encerrado a autoridade bizantina em Roma e, esta última, exigia que todas as disposições religiosas e políticas eclesiásticas anteriores à inserção da política iconoclasta fossem restituídas, o que não chegou nem mesmo a ser abordado no concílio de Nicéia II.<sup>186</sup>

Outro problema também se referia à coroação de Carlos Magno em 800, o que significou grandes prejuízos aos interesses de Bizâncio, enquanto único Império herdeiro do Império Romano, considerando-a como usurpação. Para a realização da coroação era necessário o reconhecimento bizantino e, por outro lado, Carlos Magno também não reconhecia o trono de Constantinopla, já que o mesmo estava ocupado por uma mulher. Dessa forma, para acalmar os ânimos, em 802 foram enviados a Constantinopla emissários de Carlos Magno para resolver essa situação através de uma proposta de matrimônio entre o imperador do Ocidente e Irene, para que, novamente, pudessem unir o Oriente e o Ocidente.<sup>187</sup> Entretanto, antes que a situação pudesse se resolver, houve uma conspiração chefiada por Nicéforo (802-811) que destronou Irene e adiou a resolução dos problemas<sup>188</sup>.

---

<sup>184</sup> Cf. LOUTH, 2003.

<sup>185</sup> BACARREZA, 2010.

<sup>186</sup> Cf. OSTROGORSKY, 1984, pp. 157-216.

<sup>187</sup> *Ibidem.*

<sup>188</sup> Cf. GREGORY, 2005, pp. 202-216.

O reinado de Nicéforo pouco durou, mas ele conseguiu colocar em ordem a situação política e econômica do Império, além de dar continuidade ao culto das imagens. Porém, em 811 sucumbiu frente ao exército de Krum, sendo substituído pelo imperador Miguel I (811-813) após um golpe. No entanto, da mesma forma pouco se manteve no poder devido à derrota sofrida também frente ao Krum, o que foi decisivo para que fosse destronado e substituído por Leão V, o Armênio (813-820).<sup>189</sup>

Com a ascensão de Leão V temos o ressurgimento da política iconoclasta e alguns anos de paz em relação a problemas exteriores para o Império. Em 815 o então imperador convocou um sínodo em Santa Sofia, no qual reafirmou todas as disposições do concílio de Hieria em 754 e obrigou o patriarca Nicéforo (806-815) à renúncia, além de ordenar também o exílio de bispos e monges contrários à iconoclastia, entre eles o monge Teodoro Estudita que, como Damasceno na primeira fase, foi um grande opositor do iconoclasmo na segunda.<sup>190</sup> Após o seu reinado que terminou com a sua morte em 820, o trono bizantino foi ocupado por Michel II (820-829), que marca também o retorno das investidas árabes e a consequente perda de territórios. Com sua morte, foi sucedido por seu filho Teófilo (829-842).

O então imperador era considerado um exaltado iconoclasta.<sup>191</sup> No entanto, após sua morte em 842, o movimento iconoclasta sucumbiu. Este processo teve término com a ocupação do trono pela sua esposa, a então imperatriz regente de seu filho, Teodora, cujo principal objetivo foi o retorno da veneração dos ícones<sup>192</sup> e, que juntamente ao patriarca Metódio I (843-847), reuniu um concílio no qual restabeleceu todas as decisões tomadas no concílio de Nicéia de 787, entre elas, o restabelecimento do culto das imagens no evento que ficou conhecido como o *Triunfo da Ortodoxia* no dia 11 de março de 843.

---

<sup>189</sup> OSTROGORSKY, *op. cit.*, pp. 157-216.

<sup>190</sup> GREGORY, 2005, *op. cit.*, pp. 202-216.

<sup>191</sup> OSTROGORSKY, *op. cit.*, pp. 157-216.

<sup>192</sup> GREGORY, *op. cit.*, 2005.

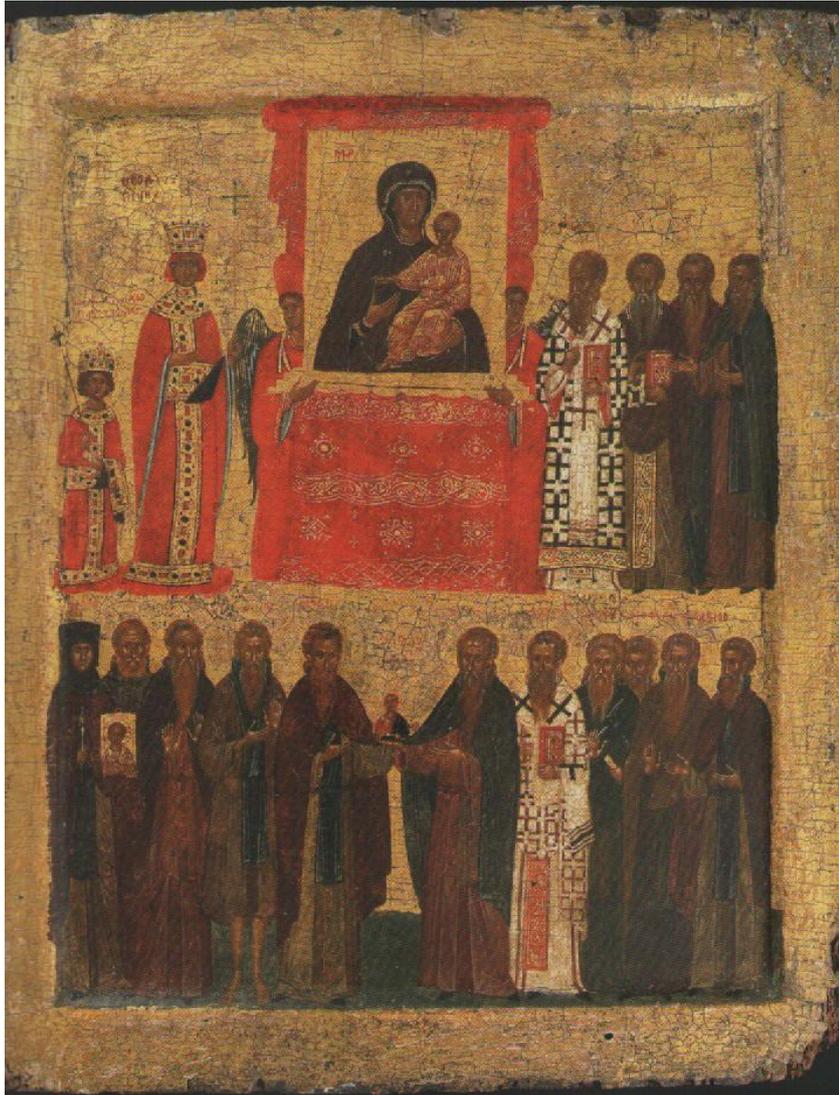


FIG. 2: Ícone com o Triunfo da Ortodoxia. Constantinopla (?), segunda metade do século XIV. Têmpera de ovo sobre madeira. The Trustees of the British Museum. (CORMACK, Robin; VASSILAKI, Maria, 2008. p. 109) A imperatriz Teodora e seu filho Miguel III estão de pé ao lado de um ícone da Virgem Hodegetria, do outro lado encontra-se o patriarca Methodios. As outras figuras representam heróis do conflito contra o iconoclasmo. (*The Oxford Dictionary of Byzantium*, verbete “Triumph of Orthodoxy”, vol. 3, p. 2122-2123)

Neste sentido, finalizamos aqui a parte dedicada à controvérsia iconoclasta e seus antecedentes, já que a mesma fora produzida com o intuito de orientar o leitor para o estudo e análise das três obras de João Damasceno em defesa das imagens que estão inseridas dentro do período iconoclasta bizantino. A partir de então, iremos estudar nos dois próximos capítulos de forma minuciosa essas obras, no intuito de provar nossa hipótese de que os textos de Damasceno são,

além de um tratado teológico em defesa das imagens sacras, um tratado em defesa da autoridade política bizantina.

## CAPÍTULO 2

### SÃO JOÃO DAMASCENO E OS TRÊS TRATADOS EM DEFESA DAS IMAGENS NO PRIMEIRO PERÍODO ICONOCLASTA

Trataremos neste capítulo acerca da vida de São João Damasceno com uma breve biografia sobre o mesmo, destacando quais foram as suas principais obras e a tradição na qual estava inserido. Igualmente trataremos, de forma sistemática, os seus três tratados em defesa das imagens religiosas escritos no decorrer da iconoclastia.

Os três tratados serão analisados aqui de forma separada, com destaque para os principais conceitos trabalhados pelo monge em cada um, para que possamos, assim, compreender as suas ideias fundamentais para a defesa das imagens.

#### 2.1. São João Damasceno: breve biografia

Damasceno nasceu em Damasco em 675, tendo falecido por volta 749, o que não é dado como certo. Fazia parte de uma tradicional e influente família árabe-cristã, a Mansur, que também participava da administração do califado<sup>193</sup>. Teve uma educação tradicionalmente cristã e tornou-se monge no mosteiro de São Sabas, sendo considerado um grande defensor dos dogmas cristãos. Suas principais obras são a *Exposição da Fé Ortodoxa* e os três tratados em defesa das imagens escritos durante a querela das imagens. Nesses escritos tratou de questões referentes a Deus, à criação, à cristologia e à Encarnação.

Andrew Louth<sup>194</sup> afirma que referências a Damasceno podem ser encontradas na ata do concílio iconoclasta de 754<sup>195</sup> e na obra do cronista Teófanos, que se refere a ele como monge e sacerdote. Para Louth, as obras que podem ser datadas com certa confiança são os três tratados em defesa das imagens

---

<sup>193</sup> KAZHDAN, 1991, pp. 1063-1064.

<sup>194</sup> LOUTH, 2002.

<sup>195</sup> *Epitome of the Definition of the Iconoclastic Conciliabulum, Held in Constantinople, A. D. 754*. In: Medieval Sourcebook, website [www.fordham.edu](http://www.fordham.edu).

que pertencem a três categorias: exposição e defesa da Ortodoxia, sermões e poesia litúrgica. Damasceno estaria, assim, comprometido com o refinamento e a definição da tradição cristã ortodoxa.

Em relação aos seus escritos contra aos ideais iconoclastas, Andrew Louth afirma que Damasceno se encontrava em um mosteiro na Palestina - província esta que desde o século VII, já não pertencia mais ao Império Bizantino, pois fora conquistada pelos árabes - de onde teria escrito os seus tratados, o que coloca em dúvida se os seus escritos teriam ou não chegado a Bizâncio e, principalmente, ao conhecimento do imperador. Por outro lado, é possível acreditar que sim, já que se encontra citado na ata do concílio de Hieria de 754, convocado pelo imperador Constantino V contra a veneração das imagens, numa lista de anátemas contra importantes nomes da vida eclesiástica, como o Patriarca Germano e o arcebispo de Chipre. No entanto, Louth salienta que Damasceno foi o único anematizado em quatro linhas e que se dirigiram a ele não pelo seu nome monástico, mas sim pelo seu nome árabe, Mansur.

Em corrente oposta a essa afirmação de que Damasceno teria sido anematizado com seu nome pré-monástico, Sean W. Anthony<sup>196</sup> argumenta que Damasceno teria sido anematizado com seu nome de família, já que não se chamava Mansur. O autor faz essa afirmação a partir da análise da vida de três ancestrais de João Damasceno que viveram no século VII na Síria e que para ele merecem atenção especial, isto é, Mansur, o Velho, Sarjun ibn Mansur al-Rumi al-Nasrani e Mansur ibn Sarjun, ou Mansur o Jovem. Anthony defende que a biografia já existente sobre Damasceno apresenta problemas de interpretação histórica, vindo à tona novas descobertas através de pesquisas recentes, apesar de fazer elogios a alguns autores como Andrew Louth e Vassa Kontouma.

Desse modo, são encontradas em fontes árabe-islâmicas numerosas referências à família de João Damasceno, a Mansur. Por isso, os pesquisadores modernos frequentemente acabam por identificar Damasceno como um escriba de língua grega mencionado nesses documentos sob o nome de Mansur. Entretanto, essa informação pode ser equivocada, uma vez que essas fontes não fazem menção a Damasceno e há evidências de que este deva ser identificado como Mansur, o Filho e não como o próprio escriba.<sup>197</sup>

---

<sup>196</sup> ANTHONY, 2015, pp. 607-627.

<sup>197</sup> *Ibidem.*

É possível encontrar, assim, informações dos três parentes de Damasceno citados acima, que foram retiradas dessas fontes. O primeiro parente citado é identificado como Mansur, o Velho, que de acordo com dois relatórios preservados pelo historiador Melquita e patriarca de Alexandria, Eutiques (933-940), viveu e trabalhou em Damasco como cobrador oficial de impostos para o então imperador Maurício (582-602). Este Mansur teria deixado de trabalhar para os bizantinos por um tempo no qual Damasco foi ocupado pelos árabes entre 612 a 630, com o retorno ao seu posto como cobrador para Bizâncio sob o reinado de Heráclio de 630 até 635 com a nova conquista árabe. No entanto, a figura do Mansur, o Velho continua sendo sombria, pois a tradição historiográfica mulçumana o desconhece, sendo que somente Eutiques lhe deu um lugar e notoriedade.<sup>198</sup>

Outro parente de Damasceno citado é o de nome Sarjun ibn Mansur al-Rumi al-Nasran que seria filho de Mansur, o Velho e ao contrário de seu pai aparece com frequência nas fontes mulçumanas como parte do alto escalão da administração política do Estado Omíada. Serviu este último da dinastia do califado de Muawiya ibn Abi Sufyan (661-680) até o califado de Abdal-Malik ibn Marwan (685-705). Os cronistas descrevem Sarjun ibn Mansur al-Rumi al-Nasran como secretário dos califas, como gerente de departamento fiscal e como gerente da tesouraria de todos os assuntos do califado.<sup>199</sup>

O terceiro parente é o chamado Mansur, o Jovem, que sucedeu o pai enquanto secretário administrativo e é frequentemente confundido pelos historiadores modernos com Mansur, o Velho e com o próprio Damasceno. Essa confusão teria sido causada por uma equívoca interpretação do grego de uma menção de João Damasceno no concílio de 754, no qual o mesmo teria sido anematizado com o nome de Mansur, que seria o seu nome pré-monástico.<sup>200</sup>

Porém, existem várias razões para que se seja cauteloso quanto a essa afirmação, como, por exemplo, o fato de Teófanos, o Confessor (817-818) ter citado o nome Manzeros que teria sido dado a Damasceno pelo imperador Constantino V (741-775) ao invés de seu nome ancestral Mansur (Mansour). No entanto, essa afirmação é problemática, pois o texto do concílio que sobreviveu

---

<sup>198</sup> ANTHONY, 2015, pp. 607–627.

<sup>199</sup> *Ibidem.*

<sup>200</sup> *Ibidem.*

traz o nome de Mansour ao invés de Manzeros como foi afirmado por Teófanos. Com isso, essa problemática traz duas descobertas importantes, sendo a primeira que Teófanos afirmou que o sínodo teria anematizado Damasceno sob o seu nome ancestral, Mansur, ou seja, indica ser Mansur um nome de família ou que Damasceno o teria herdado de seu avô. Assim, seria correta a afirmativa de Teófanos de que o nome ancestral de Damasceno teria sido facilmente corruptível em Manzeros, já que o termo *Manzer* seria um termo aramaico que significa “bastardo”, sendo muito usado como forma de reprovação. Já a segunda descoberta seria a de que se se aceita o nome Mansour tanto como ancestral de Damasceno quanto como nome de seu pai, há uma explicação para a forma como a qual o sínodo de 754 se utilizou do nome Mansur para se referir a Damasceno e para denegri-lo.<sup>201</sup>

Assim, o que se tem de certo sobre João Damasceno são fontes que datam do século VIII que o associam à profissão de seus antepassados e fontes hagiográficas que afirmam com frequência que Mansur era na verdade pai de Damasceno e outras mais antigas que afirmam que Mansur era somente o seu nome ancestral. O seu nome pré-monástico como é tanto explorado, seria Cyrene bar Mansur, que pode ser encontrado no *Ethicon* do polímata Jacobite Gregory Barhebraeus (1226-1286).<sup>202</sup>

Conclui-se, dessa forma, que o nome pré-monástico de João Damasceno era provavelmente Cyrene, filho de Mansur, o Jovem, e ele certamente não teria sido registrado sob o nome de Mansur como se imaginava ao analisar as atas do concílio iconoclasta de 754, que o anematizou.<sup>203</sup>

Sobre Damasceno e seus escritos é preciso ressaltar ainda, segundo Louth, que ele não foi um gênio isolado, mas sim parte de um grupo de colaboradores e suas obras foram escritas para um público imediato sendo rapidamente distribuídas. O autor afirma também que enquanto membro de uma comunidade monástica na Palestina, Damasceno teria escrito principalmente para os seus companheiros.

---

<sup>201</sup> ANTHONY, 2015, pp. 607–627.

<sup>202</sup> *Ibidem.*

<sup>203</sup> *Ibidem.*

Além disso, Clara María Suspichiatti Bacarreza<sup>204</sup> destaca o fato de Damasceno ser mencionado nas atas do concílio no passado, o que reforça a ideia de sua morte por volta de 749, uma vez que o concílio ocorreu em 754. A autora ainda defende a importância do monge não só na refutação dos ideais contrários às imagens como também na defesa e no primeiro restabelecimento no culto das imagens em 787. De acordo com Bacarreza, apesar de não ser citado nos textos conciliares, é possível perceber a utilização da argumentação de Damasceno na defesa das imagens na ata de 787<sup>205</sup>. A autora, assim como Louth, ressalta que Damasceno só pôde escrever seus tratados por se encontrar fora dos domínios bizantinos.

## 2.2. Principais obras e tradição

Para que possamos compreender os ideais de João Damasceno para a defesa das imagens no primeiro período iconoclasta bizantino é preciso destacar quais foram as suas principais obras e a qual tradição fazia parte. Isabel Maria L. C. A. Cardoso<sup>206</sup> afirma que Damasceno escreveu somente em grego, devido ao fato de que o grego era a língua litúrgica e utilizada para o ensino dos membros da Igreja. Para a autora sua principal obra é a intitulada *Fonte do conhecimento* (πηγή γνώσεως), composta por outros três textos, sendo estes a chamada “(...) *Dialectica*, que é uma espécie de propedêutica filosófica de tipo aristotélico; o livro *De haeresibus*, que apresenta cem heresias; e *De Orthodoxa fidei*, onde procura recapitular a doutrina eclesiástica (...)”<sup>207</sup>.

No que se refere à tradição seguida por Damasceno, de acordo com Andrew Louth<sup>208</sup>, há duas formas pelas quais podemos entender Damasceno e a sua relação com a tradição, isto é, analisá-la como aquela que moldou a experiência de Damasceno no contexto histórico e político em que ele nasceu, cresceu e exerceu o cargo de funcionário público em Damasco, e a vida que ele teve enquanto monge e a tradição teológica seguida por ele.

---

<sup>204</sup> BACARREZA, 2010.

<sup>205</sup> *Decree of Second Council of Nicea, 787*. The decree of the Holy, Great, Ecumenical Synod, the Second of Nicea. In: Medieval Sourcebook, website www.fordham.edu.

<sup>206</sup> CARDOSO, 2013.

<sup>207</sup> *Ibidem*. p. 76.

<sup>208</sup> LOUTH, 2002.

Assim, o autor afirma que João Damasceno deu continuidade a formas de pensamentos teológicos pré-determinados e, ciente disso, não teria feito para si nenhuma reivindicação sobre qualquer originalidade teológica. Fez parte de um período da tradição teológica bizantina, na qual a inovação era rechaçada e a tradição exaltada por passar uma visão de autoridade. Dessa forma, Louth afirma que as ideias genuínas de um determinado pensador eram somente expressas sob a forma de reflexões ou comentários e que Damasceno, como o gênio que era para a seleção, sabia encontrar nos textos patrísticos as respostas para todas as questões teológicas e reproduzia o que de melhor encontrava.

Louth cita ainda a edição crítica sobre as obras de João Damasceno escrita por Dom Bonifatius Kottes e dividida em cinco volumes, nos quais trata, no primeiro, sobre os tratados de lógica e a dialética; no segundo sobre a Fé Ortodoxa; no terceiro, os escritos em defesa das imagens contra os iconoclastas; no quarto, sobre polêmicas referentes às heresias; e, no quinto, sobre as homílias de Damasceno. Ao produzir esta edição o autor afirma que Kottes percebeu o quanto Damasceno estava equiparado com a tradição cristã e que ele foi reconhecido como um pregador. Afirma ainda que não há uma coleção dos sermões ou poesias de Damasceno, sendo que seus versos sobreviveram espalhados em manuscritos litúrgicos, sendo a edição de Kottes limitada aos seus tratados teológicos e alguns sermões.

O novo desafio para João Damasceno com a iconoclastia, segundo Louth, teria sido a escrita dos três tratados em defesa das imagens com o excelente uso da retórica, pautada no apelo à tradição e acúmulo de textos patrísticos que apoiavam a sua posição. Mas isso, veremos na medida em que analisarmos de forma minuciosa os seus três tratados.

### **2.3. Os três tratados em defesa das imagens divinas**

Os tratados foram escritos em épocas diferentes, sendo o primeiro escrito posteriormente a 720, logo após o início da iconoclastia, mas antes da deposição do patriarca Germano. O segundo teria sido escrito pouco depois de 730, após a deposição de Germano, devido, de acordo com Louth, ao tom indignado presente em sua escrita. E o terceiro tratado parece ter sido produzido por volta de 740.

Percebe-se, assim, que Damasceno teria produzido seus tratados de acordo com as ações do imperador contra as imagens e contra a quem as defendia.

Sobre a tradução dos tratados, Louth afirma que os dois mais utilizados pelos pesquisadores do período, ou seja, os traduzidos na língua inglesa por Mary H. e Tomas Baker (1898) e David Anderson (1980) estão incompletos e omitem grande parte do terceiro tratado, já que não se encontram nessas traduções de fato os três tratados, mas sim três versões da mesma defesa dos ícones contra a iconoclastia. Por isso, utilizamos neste trabalho a versão inglesa do próprio Andrew Louth (2003) que consideramos mais completa e compatível em relação ao original grego.

De forma geral, encontramos nesses tratados a forma pela qual Damasceno procura explicar as razões pelas quais as imagens devem ser veneradas pelos cristãos, utilizando-se dos conceitos de *Encarnação*, *Adoração*, *Tradição*, *Verdade*, *Idolatria*, *Arquétipo/Protótipo*<sup>209</sup>, *Memória*, *Honra*, *Imitação* e *Salvação*. Posteriormente, faremos uma análise de cada tratado de forma separada, com o intuito de esclarecer esses conceitos utilizados por Damasceno.

### 2.3.1. O Primeiro Tratado

No primeiro tratado para a defesa das imagens divinas, João Damasceno afirma que irá discorrer sobre a verdade (αλήθεια), oriunda das Sagradas Escrituras em prol das imagens (εικόνες), contra aqueles que são contrários às mesmas por não conhecerem verdadeiramente as Escrituras. Assim, o apelo à verdade (αλήθεια) seria a forma utilizada para conseguir a sua salvação (σωτηρία). No decorrer do texto, Damasceno vai aos poucos explicando o intuito desse primeiro tratado, no qual defende as imagens através das categorias de tradição (παράδοσις) oral e escrita, encarnação (ενσάρκωση), idolatria (ειδωλολατρία), adoração (λατρεία), veneração (προσκύνησις), honra (τιμή), memória (μνήμη), imitação (απομίμησις) e arquétipo/protótipo (πρωτότυπον) como argumentação.

---

<sup>209</sup> Inserimos aqui tanto o termo *arquétipo* quanto o termo *protótipo*, pois na versão inglesa dos tratados traduzida por Andrew Louth, o autor utiliza o primeiro termo, enquanto que na versão grega Damasceno utiliza o segundo termo, por isso a utilização da palavra *protótipo* em grego entre parênteses, já que este é o termo original utilizado pelo monge.

Damasceno inicia o primeiro tratado declarando que não pode se manter em silêncio frente ao medo, apesar de sua indignidade diante de Deus, sendo necessário falar sob pena de que a verdade (αλήθεια) se perca, em nome da tradição (παράδοσις) da Igreja:

É necessário para nós, sempre conscientes de nossa indignidade, manter o silêncio e confessar os nossos pecados diante de Deus, mas uma vez que todas as coisas são boas ao seu tempo, e eu vejo a Igreja, a qual Deus edificou sobre o fundamento dos apóstolos e dos profetas, Cristo, seu Filho, sendo a pedra angular, golpeado como pelo mar agitado inundando onda sob onda, sacudido e incomodado pelo doloroso ataque de espíritos maus, e a túnica de Cristo, tecida de cima a baixo, rasgada, que os filhos de homens ímpios têm arrogantemente perseguido para dividir, e seu corpo cortado em pedaços, que é o povo de Deus e a tradição da igreja que tem dominado desde o início, eu não acredito nesse direito de manter o silêncio, um frear a língua, prestando atenção ao julgamento ameaçador que diz: "Se retroceder, minha alma não se agrada dele," (Hb 10.38.) e "Se vês que vem a espada e Tu não avisa teu irmão, vou exigir o sangue da tua mão." (cf. Ez 33,8). Compelido a falar por um medo que não pode ser suportado, eu me apresentei, não colocando a majestade dos reis antes da verdade, mas ouvindo Davi, o ancestral divino, dizer, "Eu falei diante de reis e não me envergonhei", instigado mais e mais a falar. Porque a palavra de um rei exerce terror sobre seus súditos. Porque há alguns que negligenciariam totalmente as constituições reais estabelecidas por superiores, que sabem que o rei reina sobre a terra, e assim, suas leis têm força. (I, 1)<sup>210</sup>

Observamos no trecho acima, como Damasceno se utiliza das Escrituras como argumentação, citando *Hebreus* e *Eféσιος*, além de afirmar que é preciso

<sup>210</sup> DAMASCENO, João. Ἐχρῆν μὲν ἡμᾶς ἀεὶ τῆς ἐναντῶν συναϊσθανομένους ἀναξίτητος, σιγῆν ἄγειν, καὶ θεῷ τὴν τῶν ἡμαρτημένων ἡμῖν προσθῆναι ἐξομολόγησιν. ἀλλ' ἐπειὸν πάντα καλὰ ἐν καιρῶν, ὁρῶ δὲ τὴν Ἐκκλησίαν, ἣν ὁ Θεὸς ψυκοδόμηται ἐπὶ τῷ Θεμελίῳ τῶν ἀποστόλων καὶ προφητῶν, ὄντος ἀκρογωνιαίου Χριστοῦ τοῦ Γίου αὐτοῦ, Βαλλομένην ὡσπερ Θαλαττῆν κλύμασιν κορυφουμένην, ἐξ ἐπαχθεστάτης φορᾶς τῶν πονρῶν κυκωμένην τε ταραττομένην, καὶ τὸν χιτῶνα Χριστοῦ τὸν ἄνωθεν ὕφαντον, διαιρούμενον, δν ἀσεδῶν διελείν ηῦθαδίσαντο παῖδες, καὶ τὸ σῶμα αὐτοῦ εἰς διαφόρους κατατομάς τεμνόμενον, ὃ ἐστὶν τοῦ Θεοῦ λόγος, καὶ ἡ τῆς Ἐκκλησίας ἄνωθεν κεκρατηυῖα παράδοσις, οὐκ εὐλογον ἡγησίας σιγᾶν, καὶ δεσμόν ἐπιθεῖναι τῇ γλώσσῃ, τὴν ἡπειλμεγην ἀπόφαπν ὑφορώμενος, τὴν φάσκουσκν. Ἐάν ὑποστειλῃ, οὐκ εὐδοκεῖ ἐν σοὶ ἡ ψυχὴ μου. Καὶ ἴθης τὴν ῥομφαίαν ἐρχομένην, καὶ μὴ ἀσαγγίλης τῷ ἀδελφῷ σου, ἐκ σοῦ ἐκζητήσω τὸ αἷμα αὐτοῦ. φῶδω τοῖνυν ἀφορήτω βαλλόμενος, ἐπὶ τὸ λέγειν ἐλήλυθα, οὐ βασιλέων ὕψος πρὸ τῆς ἀληθείας τιθεῖς. Ἐλζαλουν γάρ, ἤκουσα τοῦ θεοπάτοπος λέγοντος Δαδιδ, ἐναντίον βασιλέων, καὶ οὐκ ἡσχυρόμην. ἀλλκμᾶλλον τοῦτῃ πρὸς τὸ λέγειν νυττόμενος Δειὸν γάρ βασιλέως λόγος ὑπαγωγὴν τῶν ὑπηκόων. ὀλιγοὶ γάρ ὅσοι τῶν ἀσέκαθεν, βασιλικῶν καταλιγώρησαν θεσπισράτων, ὅσοι τὸν ἐπὶ γῆς βασιλέα, βασιλευόμενον οἶδατεν ἄνωθεν, καὶ ὡς κρατοῦσιν οἱ νόμοι τῶν βασιλέων. (I, 1) In: DAMASCENI, S. Joannis. *Oratio Apologetica Prior. Adversus Eos'Qui Sacras Imagines Abjiciunt*. In: *Patrologiae Graecae Tomus XCIV*. S. Joannes Damascenus. pp. 1232-1233.

reconhecer que o poder terreno do rei vem de cima, mas que existem alguns reis que negligenciam isso, ou seja, negligenciam o poder de Deus.

Posteriormente, Damasceno diz o intuito do seu texto, afirmando que roga a Deus pela primeira vez, já que este conhecia a sua humilde intenção, para que o povo de Deus receba seu discurso, cujo propósito é a luta pela verdade:

Portanto, rogo primeiro ao Senhor Todo-Poderoso, a quem tudo é descoberto e às claras, de quem falamos, que conhece a pureza da minha humilde intenção e a inocência do meu propósito, para me dar palavras quando eu abrir minha boca e tomar em suas próprias mãos as rédeas da minha mente e puxá-la para si mesmo, fazendo-me prosseguir em sua presença em um caminho honesto, nem caindo para a direita sedutora nem conhecendo a esquerda claramente visível - e junto com ele todo o povo de Deus, a nação santa, o sacerdócio real, com o bom pastor do rebanho racional de Cristo, que representa em si mesmo a hierarquia de Cristo, para receber o meu discurso com bondade, não prestando atenção em meu pequeno valor, nem esperando eloquência em minhas palavras, pois eu sou muito consciente da minha imperfeição, mas preferivelmente considerando o poder dos meus argumentos ("porque o reino dos céus não está na Palavra, mas no poder"); pois o meu propósito não é conquistar, mas estender a mão para lutar pela verdade, uma mão estendida no poder do livre-arbítrio. Invocando a ajuda daquele Que é a verdade em pessoa, eu vou começar o meu discurso. (I, 3)<sup>211</sup>

Em seguida, afirma que acredita em Deus, único que ele adora e oferece a sua veneração (προσκύνεσις), mas que também adora a Trindade. Alega que não venera a criação no lugar do Criador. Além disso, descreve Deus como invisível e como Ele tornou-se visível pelos seus filhos. É aqui que Damasceno defende o seu argumento através do conceito de Encarnação (ενσάρκωση). Ele afirma que as

<sup>211</sup> DAMASCENO, João. Εκκλησιῶν τοίνυν, περὶ τὸν μὲν παντοκράτορα Κύριον, ᾧ γυμνὰ πάντα καὶ τετραηλισμένα. πρὸς ὑμᾶς ὁ λόγος εἰδότα τῆς ταπεινῆς μου γνώμης ἐν τούτῳ τὸ ἀκραιφνές, καὶ σκοποῦ τὸ εἰλικρινές, δοῦναι μοι λόγον ἐν ἀναίξει στόματός μου, καὶ τοῦ νοῦ τὰς ἡνίας οικεῖαι χερσὶν ἀναδέξασθαι, καὶ τοῦτον πρὸς ἑαυτὸν ἐπισπάσκειν, πρὸς ἐνώπιόν τε καὶ εὐθειαν πρίδον τὴν ῥύμην ποιούμενον, μὴ ἐγκλίνοντα πρὸς τὰ δοκοῦντα δεξιὰ, ἢ ἀριστερὰ γνωρίζοντα. μεθ' ὧν ἅπαντα τὸν τοῦ Θεοῦ λαόν, τὸ ἔθνος τὸ ἅγιον, τὸ βασιλεῖον ἱεράτευμα, αὐτὸν τὴν καλῶ ποιμέν τῆς λογικῆς Χριστοῦ ποιμένης, τῷ Χριστοῦ ἱεραρχίαν ἐναντὶ ὑπογράφοντι, δεξικθῆναι μοι τὸν λόγον, μετ' εὐμενείας μὴ τῷ ἐλαχίστῳ τῆς ἀξίας προσέχοντα, ἢ λόγων ἐπιζυγῶντα στράτας, ἐπεὶ τούτων οὐ παντελῶς ἴδρις ὁ πένης ἐγώ. ἀλλὰ τῆς τῶν νοημάτων φροντίσαι δυνάμεως. Οὐ γὰρ ἐν λόγῳ ἡ βασιλεία τῶν οὐρανόων, ἀλλ' ἐν δυνάμει. Οὐ γὰρ νικῆσαι σκοπός, ἀλλὰ τῆ ἀληθείᾳ πολεμουμένη χεῖρα ὀρέξαι, τῆς προαιρέσεως ὀρεγούσης χεῖρα οὐνάμεως. Ἀρωγὸν τοίνυν τὴν ἀνυπόστατον ἐπικεκλημένος ἀλήθεια, ἐντεῦθεν τοῦ λόγου τὰς ἀρχὰς ποιήσομαι. (I, 3) In: DAMASCENI, S. Joannis. *Oratio Apologetica Prior. Adversus Eos Quī Sacras Imagines Abjiciunt*. In: *Patrologiae Graecae Tomus XCIV*. S. Joannes Damascenus. p.1233.

imagens (εικόνες) não retratam a divindade de Deus, e sim, o Deus que se tornou visível através da carne. É nesta passagem que Damasceno também afirma que não está criando e adora uma quarta pessoa na Trindade, como mais tarde os iconoclastas afirmarão que ele o faz:

Eu acredito em um Deus, o início de todas as coisas, ele próprio, sem começo, não criado, incorruptível e imortal, eterno e sem fim, incompreensível, imaterial, invisível, não circunscrito, sem forma, sendo um deles, divindade além da divindade, em três pessoas, Pai e Filho e Espírito Santo, e eu louvo isso sozinho, e apenas a este eu ofereço a veneração da minha adoração. Eu venero um só Deus, uma divindade, mas também louvo a Santíssima Trindade, Deus, o Pai e Deus, o Filho encarnado e Deus, o Espírito Santo, um só Deus. Eu não venero a criação em vez do Criador, mas venero o Criador, criado por minha causa, que desceu à sua criação sem ser reduzido ou enfraquecido, para que pudesse glorificar a minha natureza e trazer comunhão com a natureza divina. Venero juntamente com o rei e Deus, o manto de púrpura de seu corpo, não como uma peça de roupa, nem como uma quarta pessoa (Deus me livre!), mas como chamado para se tornar imutavelmente igual a Deus, e a fonte da unção. Porque a natureza da carne não se tornou a divindade, mas como o Verbo se fez carne imutavelmente, mantendo-se o que era, assim também a carne se tornou a Palavra sem perder o que era, sendo feito, de preferência, igual à hipóstase da Palavra. Portanto, eu sou encorajado a descrever o Deus invisível, não como invisível, mas como Ele se tornou visível por nossa causa, por participação em carne e osso. Eu não retrato a divindade invisível, mas eu retrato Deus tornado visível na carne. Pois, se é impossível retratar a alma, quanto mais Deus, que dá à alma sua imaterialidade? (I, 4)<sup>212</sup>

<sup>212</sup> DAMASCENO, João. Πιστεύω εἰς ἓνα Θεόν, μίαν τῶν πάντων ἀρχὴν, ἀναρχον, ἄκτιστον, ἀνώλεθρον καὶ ἀθάνατον, αἰώνιον καὶ αἰδον, ἀκατάληπτον, ἀσώματον, ἀόρατον, ἀπερίγραπτον, ἀσχημάτιστον. μίαν ὑπερούσιον οὐσίαν, ὑπέρθεν θεότητα, ἐν πρισὶν ὑποστάσεσι, Πατρὶ, καὶ Γίῳ, καὶ ἁγίῳ Πνεύματι, καὶ τούτῳ μό. νῶ λατρεύω, καὶ τούτῳ μόνῳ προσάγω τῆς λατρείας προσκύνησιν. Ἐνὶ Θεῳ προσκυνῶ, μίᾳ θεότητι. ἀλλὰ καὶ Τριάοι λατρεύω ὑποστάσεων, Θεῳ Πατρὶ, καὶ Θεῳ Γίῳ σεσαρκωμένῳ, καὶ Θεῳ ἁγίῳ Πνεύματι, ἐνὶ Θεῳ. Οὐ προτκυνῶ τῇ κτίσει παρὰ τὸν κτίσαντα, ἀλλὰ προσκυνῶ τὸν κτίστην, κτισθέντα τὸ καὶ ἐμὲ, καὶ κτίσιν ἀταπενώτως καὶ ἀκαθαιρέτως κατεληθότα, ἵνα τὴν ἐμὴν δοξάση φύσιν, καὶ θείας κοινωνόν ἀπεργάσῃται φύσεως. Συμπροσκυνῶ τῷ βασιλεὶ καὶ Θεῳ, τὴν ἀλουργίδα τοῦ σώματος, οὐχ ὡς ἰμάτιον, οὐδὲ ὡς τέταρτον πρόσωπον ἅπαρ. ἀλλὰ ὡς ὁμόθεον χρηματίσασαν, καὶ γενομένην ὅπερ τὸ χρίσαν ἀμεταδλήτως. Οὐ γὰρ θεοῆς ἢ φύσις γέγονε τῆς σαρχὸς, ἀλλ' ὡςπερ ὁ Λόγος σὰρξ ἀτρέπτως γέγονε, μερίνας ὅπερ ἦν, οὕτω καὶ ἡ σὰρξ Λόγος γέγονε, οὐκ ἀπολέσασα τοῦθ ὅπερ ἐστι, ταυτιζομένη ὅε μᾶλλον πρὸς τὸν Λόγον καθ' ὑπότασιν. Διὸ θκρῶν, εἰκονίζω Θεὸν τὸν ἀόρατον, οὐκ ὡς ἀόρατον, ἀλλ' ὡς ὄρατὸν δι' ἡμᾶς γενόμενον, μεθέξει σαρκὸς τε καὶ αἵματος. Οὐ τὴν ἀόρατον εἰκονίζω θεότητα, ἀλλ' εἰκονίζω θεοῦ τὴν ὄραθεισαν σάρκα. Εἰ γὰρ ψυχὴν εἰκονίσαι ἀμήχανον, πόσῳ μᾶλλον Θεὸν, τὸν καὶ τῇ ψυχῇ δόντα τὸ ἄϋλον; (I, 4) In: DAMASCENI, S. Joannis. *Oratio Apologetica Prior. Adversus Eos'Qui*

Damasceno utiliza ainda da mesma passagem da Escritura que os iconoclastas utilizaram contra as imagens, que concerne à não fabricação das mesmas, para explicar que a mesma fora escrita para explicitar que Deus era o único que deveria ser adorado, não devendo, assim, adorar ou venerar a criação no lugar do Criador:

Você vê que a única finalidade disso é que não se deve louvar, ou oferecer veneração à criação em vez do Criador, mas apenas para Aquele que criou tudo. Portanto, toda a parte diz respeito à adoração por veneração. Novamente ele diz: "Não haverá para vós outros deuses além de mim, Não farás para ti imagens de escultura, nem alguma semelhança, você não deve venerá-las nem adorá-las, pois eu sou o Senhor vosso Deus" e, novamente, "você deve derrubar seus altares, quebrar as suas colunas, e cortar os bosques sagrados, e queimar até a esculpida (imagem) de seus deuses com fogo, pois você não deve venerar qualquer outro deus", e um pouco mais tarde "não farás para ti nenhum deus de metal fundido". (I, 6)<sup>213</sup>

Acrescenta que essas ordens para a não fabricação de imagens teriam sido transmitidas aos judeus, devido à propensão dos mesmos para a idolatria (ειδωλολατρία). Explica que é impossível retratar em imagens o que não tem forma e é invisível. No entanto, afirma que é possível retratar Cristo e sua passagem na terra por causa de sua forma humana, sendo possível retratar aquilo que se tornou carne e não o que é divino. Finaliza essa passagem diferenciando a veneração de culto da veneração oferecida em honra daqueles que fizeram o bem, algo digno em vida.

Era, portanto, para os judeus devido a queda à idolatria, que estas coisas fossem ordenadas pela Lei. [...] Como poderia o invisível ser representado? Como poderia o inimaginável ser retratado? Como poderia alguém sem medida ou tamanho ou limite ser desenhado? Como poderia o sem forma ser feito? Como poderia o imaterial ser representado na cor? Portanto, o

---

*Sacras Imagines Abjiciunt.* In: *Patrologiae Graecae Tomus XCIV.* S. Joannes Damascenus. p. 1236.

<sup>213</sup> DAMASCENO, João. Ὁρθῶς, ὡς εἰς ἐστὶν ὁ σκοπὸς ὥστε μὴ λατρεῖναι τῇ κτίσει παρὰ τὸν κτίσαντα, μηδὲ προσαγαγεῖν τῆμ τῆς λατρείας προσκύησιν, ἀλλ' ἢ μόνῃ τῷ δημιουργῷ; Διὸ πανταχῆ συνάπτει τῇ προσκυνήσει τὴν λατείαν. Πάλιν γάρ φησιν. Οὐκ ἔσονται σοι θεοὶ ἕτεροι, πλὴν ἐμοῦ. Οὐ ποιήσεις ἑαυτῷ γλυπτόν, οὐδὲ τῶν ομοίωμα, οὐδὲ προσκυνήσεις αὐτοῖς, οὐδ' οὐ μὴ λατρεύσης αὐτοῖς, ὅτι ἐγὼ εἰμι· Κύριος ὁ Θεὸς ὑμῶν. καὶ πάλιν. Τοὺς βωμοὺς αὐτῶν καθελεῖτε, καὶ τὰς στήλας αὐτῶν συντρίψετε, καὶ τὰ ἄλοη αὐτῶν ἐκκόψετε, καὶ τὰ γλυπτά τῶν θεῶν αὐτῶν κατακαύσετε πυρί. Οὐ γὰρ μὴ προσκυνήσεις Θεῷ ἑτέρῳ. Καὶ μετ' θεοῦς χωνευτοὺς οὐ ποιήσεις σεαυτῷ. (I, 6) In: DAMASCENI, S. Joannis. *Oratio Apologetica Prior. Adversus Eos'Qui Sacras Imagines Abjiciunt.* In: *Patrologiae Graecae Tomus XCIV.* S. Joannes Damascenus. p. 1238.

que se revelou em enigmas? Pois é claro que quando você vê o imaterial tornar-se humano para o seu bem, então você pode materializar a figura de uma forma humana; quando o invisível se torna visível na carne, então você pode descrever a semelhança de algo visto; [...] A veneração de culto é uma coisa, veneração oferecida em honra àqueles que se destacam por conta de algo digno é outra. (I, 8)<sup>214</sup>

Após essas pontuações, explica que o seu discurso é sobre imagem (εἰκόν) e veneração (προσκύνησις) e que, por isso, é necessário elucidar o seu significado, descrevendo a imagem como uma semelhança que descreve o arquétipo/protótipo (πρωτότυπον), mas que por outro lado não é o arquétipo/protótipo de todas as formas:

Mas desde que este discurso é sobre a imagem e sua veneração, deixe-nos elucidar seu significado. Uma imagem é uma semelhança que descreve um arquétipo, mas tem alguma diferença a partir dele; a imagem não é como o arquétipo de todas as formas. O Filho é a vida, imagem natural e inabalável do Pai, sustentando em si todo o Pai, igual a ele em todos os aspectos, diferindo apenas no que está sendo causado. Porque o Pai é causa natural, e o Filho é causado; porque o Pai não é do Filho, mas o Filho do Pai. Pois (o Filho) é dele, que é o Pai que o gera, sem ter sua existência depois dele. (I, 9)<sup>215</sup>

Damasceno trabalha ainda com as categorias de memória (μνήμη) e honra (τιμή), afirmando que o que é passado é expresso por imagens para a memória, honra, vergonha, virtude ou vício daqueles que se foram para aqueles que estão por vir, de modo que possam acolher o que foi de mau e ser zeloso e imitar aquilo

<sup>214</sup> DAMASCENO, João. Ἰουδαίοις μὴν, διὰ τὸ πρὸς εἰδωλολατρείαν εὐδλισθὸν ταῦτα νενομοθέτητο. [...] Πῶς εἰκονισθήσεται τὸ ἀόρατον; Πῶς εἰκασθήσεται τὸ ἀνεῖκαστον; Πῶς γραφήσεται· τὸ ἄποσον, καὶ ἀμέγεθες, καὶ ἀόριστον; Πῶς ποιωθήσεται τὸ ἀνείδεον; Πῶς χρωματουρηθήσεται τὸ ἀσώματον; Τί οὖν τὸ μυστικῶς μνημόμενον; Δῆλον ὡς, ὅταν ἴσῃς διὰ δὲ γενόμενον ἀνθρώματον, τότε δράσεις τῆς ἀνθρωπίνης μορφῆς τὸ ἐκτύπωμα. ὅταν δροτὸς σαρκὶ ὁ ἀόρατος γένηται, τότε εἰκονίσεις τὸ τοῦ δραθέντος δμοίωμα. [...] Ἐτερον γάρ ἐστιν ἡ λατρείας προσκύνησις, καὶ ἕτερον ἡ ἐκ τιμῆς προσαγομένη τοις κατὰ ἀξίωμα ὑπερέχουσιν. (I, 8) In: DAMASCENI, S. Joannis. *Oratio Apologetica Prior. Adversus Eos'Qui Sacras Imagines Abjiciunt*. In: *Patrologiae Graecae Tomus XCIV*. S. Joannes Damascenus. p. 1237-1240.

<sup>215</sup> DAMASCENO, João. Ἄλλ' ἐπειδὴ περὶ εἰκόνοσ ὁ λόγος, καὶ προσκυγήσεωσ, φέρε τὸν περὶ τούτων λόγον διευκρινήσωμεν. Εἰκὼν μὲν οὖν ἐστὶν δμοίωμα χαρακτηρίζον τὸ πρωτότυπον, μετὰ τοῦ καὶ τινεδιαφορὰν ἔχειν πρὸς αὐτό. Οὐ γὰρ κατὰ πατὰ πάντα ἡ εἰκὼν ὁμοιοῦται πρὸς τὸ ἀρχέτυπον. Εἰκὼν τοίνυν ζῶσα, φυσικὴ καὶ ἀπαράλλακτοσ τοῦ ἀοπάτου Θεοῦ, ὁ Γιὸς, ὅλον ἐν ἐαυτῷ φέρον τὸν Πατέρα, κατὰ ἔχων τὴν πρὸς αὐτὸν ταυτότητα, μόνῳ δὲ διαφέρων τῷ αιτιατῷ. Αἰτιον μὲν γάρ φυσικὸν, ὁ Πατὴρ αιτιατὸν δὲ, ὁ Γιὸς. Οὐ γὰρ Πατὴρ ἐξ Γιου, ἀλλὰ Γιὸς ἐκ τοῦ Πατρός. Εξ αὐτοῦ γάρ, εἰ καὶ μὴ μετ' αὐτὸν ἔχει τὸ εἶναι ὅπερ ἐστὶν ὁ γεννήσαρ. (I, 9) In: DAMASCENI, S. Joannis. *Oratio Apologetica Prior. Adversus Eos'Qui Sacras Imagines Abjiciunt*. In: *Patrologiae Graecae Tomus XCIV*. S. Joannes Damascenus. p. 1240.

que foi de bom. Dessa forma, faz distinção entre dois tipos de imagens para os nossos diversos sentidos, isto é, a escrita em livros por meio de palavras e as produzidas para o sentido da visão:

Mais uma vez, é dito que deve ser imagem o que é passado, tanto a memória de um certo milagre, ou honra, ou vergonha, ou virtude, ou vício, para o benefício daqueles que as contemplam mais tarde, de modo que possam fugir do que é perverso e serem zelosos com o que é bom. Este tipo de imagem é duplo: por meio de palavras escritas nos livros, como Deus gravou a Lei e ordenou as vidas dos homens amados de Deus a serem gravadas; e através de coisas vistas pelo sentido da visão, como quando ele ordenou o vaso e a vara para serem colocados na arca como um memorial. Então, agora nós registramos as imagens e as virtudes do passado. Portanto, destruam cada imagem e estabeleçam leis contra quem ordenou que estas coisas deveriam ser feitas, ou recebam cada qual na razão e forma conveniente de cada um. (I, 13)<sup>216</sup>

Logo após, discute a existência de diferentes formas de veneração, como a veneração de culto que deve ser dada apenas a Deus e a veneração de oferecimento (προσκύνεσις), dada a santos e servos do Senhor em sinal de honra:

A veneração (curvando-se para baixo) é um símbolo de submissão e honra. E nós sabemos que há diferentes formas disso. A primeira é como uma forma de culto, que oferecemos a Deus, sozinho por natureza, digno de veneração. Depois, há a veneração oferecida, por conta de Deus, que é venerado naturalmente, aos seus amigos e servidores, como Jesus, filho de Nave e Daniel, venerou o anjo; ou a locais de Deus [...] Ou, por isso, rejeitam todos os tipos de veneração ou aceitam todas essas formas (de veneração) com a sua boa razão e maneira. (I, 14)<sup>217</sup>

<sup>216</sup> DAMASCENO, João. Πάλιν, εἰκὼν λέγεται τῶν γεγονότων, ἢ κατὰ τινος θαύματος μνήμην, ἢ τιμῆς, ἢ αἰχύνης, ἢ ἀρετῆς, ἢ κακίας, πρὸς τὴν ὕστερον τῶν θεωμένων ὠφέλεται, ὡς ἂν τὰ μὲμ κακὰ φεύγωμεν, τὰς δὲ ἀ ἀρετάς ζηλώσωμεν. Διπλὴ δὲ αὕτη, διὰ τε λόγου ταῖς βίβλοις ἐγγραφομένου, ὡς ὁ Θεὸς τὸν νόμος ταῖς πλαξίν ἐνεκόλαψε, καὶ τοὺς τῶν θεοφιλῶν ἀνδρῶν βίους ἀναγράπτους γενέσθαι προσέταξε, καὶ δια θεωρίας αἰσθητῆς, ὡς τὴν στάμνον καὶ τὴν ῥάβδον ἐν τῷ κιβωτῷ τεθῆναι προσέταξεν εἰς μνημόσυνον. Οὕτω καὶ νῦν τὰς εἰκόνας τῶν γεγονότων, καὶ τὰς ἀρετάς διαγράφομεν. Ἡ τοίνυν πᾶσαν εἰκόνα ἀνελε, καὶ ἀντινομοθετεῖ τῷ ταύτας προστίζαντι γεγενῆσθαι. Ἡ ἐκάστην δέγου, κατὰ τὸν ἐκάστην πρέποντα λόγον καὶ τρόπον. (I, 13) In: DAMASCENI, S. Joannis. *Oratio Apologetica Prior. Adversus Eos Qui Sacras Imagines Abjiciunt*. In: *Patrologiae Graecae Tomus XCIV*. S. Joannes Damascenus. pp. 1241-1244.

<sup>217</sup> DAMASCENO, João. Ἡ προσκύνεσις ὑποπτώσεως καὶ τιμῆς ἐστὶ σύμβολον. καὶ ταύτης διαφορὸς ἐγνωμεν πρόπους, πρώτην, τὴν κατὰ λατρείαν, ἣν προσάγομεν μόνῳ τῷ φύσει προσκυνητῷ Θεῷ. Ἐπειτα, τὴν διὰ τὸν φύσει προσκυνητὸν Θεὸν προσαγομένην τοῖς αὐτοῦ φίλοις καὶ θεράποισιν, ὡς τῷ ἀγγέλῳ Ἰησοῦς ὁ τοῦ Ναυῆ, καὶ Δανιὴλ προσεκύνησαν. ἢ τοῖς θεοῦ τόποις, ὡς φησὶν ὁ Δαβὶδ. [...] Ἡ τοίνυν πᾶσαν προσκύνεσιν ἀνελε, ἢ πᾶσας δέγου, μετὰ τοῦ ὀφειλοντος λόγου καὶ τρόπου. (I, 14) In: DAMASCENI, S.

Em relação à materialidade das imagens, Damasceno defende que a matéria não é desonrosa, e por isso não deve ser desprezada, pois é a partir da mesma que se tem a possibilidade de se representar Cristo encarnado. Salienta que não reverencia a matéria como Deus, mas como algo que irá levá-lo à salvação. Como os iconoclastas substituíam as imagens pela cruz, Damasceno compara ambas e afirma que a cruz, tal como as imagens, é feita a partir da matéria, e como tal é adorada, da mesma forma que as imagens também podem ser adoradas. Sendo assim, afirma que ou se reverencia e venera todas essas “matérias” seguindo a tradição da Igreja, ou se abole de uma vez com toda reverência e veneração:

Eu não venero a matéria, eu venero o criador da matéria, que se tornou matéria por minha causa e aceitou habitar na matéria, e através da matéria trabalhou minha salvação, e eu não deixarei de reverenciar a matéria, através da qual a minha salvação foi trabalhada. [...] Portanto, eu reverencio e respeito o resto da matéria por meio da qual, veio minha salvação, porque ela está cheia de energia divina e Graça. Não é matéria a madeira três vezes preciosa e três vezes abençoada? Não é matéria a montanha sagrada e majestosa, bem como o local do calvário? Não é matéria o dom da vida e comportamento perante uma vida árdua, o túmulo sagrado e a fonte da ressurreição? Não é matéria a tinta e o livro santíssimo dos Evangelhos? Não é matéria a tábua da vida, que nos oferece o Pão da vida? Não é o ouro e a prata, dos quais cruces, mesas e taças são moldadas? E, antes de todas essas coisas, não é matéria o corpo e o sangue do meu Senhor? Ou acabam com a reverência e a veneração de tudo isso ou submetem à tradição da Igreja e permitam a veneração de imagens de Deus e dos apóstolos, santificados pela fé, portanto, encobertos pela graça do espírito divino. Não abuse da matéria; pois ela não é desonrosa; esta é a visão dos maniqueístas. (I, 16)<sup>218</sup>

---

Joannis. *Oratio Apologetica Prior. Adversus Eos Qui Sacras Imagines Abjiciunt*. In: *Patrologiae Graecae Tomus XCIV*. S. Joannes Damascenus. p. 1241.

<sup>218</sup> DAMASCENO, João. Οὐ προσκυνῶ τῇ ὕλῃ, προσκυνῶ δὲ τὸν τῆς δημιουργῶν, τὸν ὕλην δι' ἐμέ γενόμενον, καὶ ἐν ὕλῃ κατοικήσαι καταδεξάμενον, καὶ δι' ὕλης τὴν σωτηρίαν μου ἐργασάμενον, καὶ σέβων οὐ παύσομαι τὴν, δι' ἧς ἡ σωτηρία μου εἰργασται. [...] Τὴν δὲ γε λοιπὴν ὕλην σέβω, καὶ δι' αἰδοῦς ἄγω, δι' ἧς ἡ σωτηρία μου γέγονεν, ὡς θείας ἐνεργείας καὶ χάριτος ἐμπλεων. Ἡ οὐχ ὕλη τὸ τοῦ σταυροῦ ξύλον, τὸ τρισόλβιον καὶ τρισμακάριστον; Ἡ οὐχ ὕλη τὸ ὄρος τὸ σεπτὸν καὶ ἄλιον; Ὁ τοῦ Κρανίου τόμος; Ἡ οὐχ ὕλη ἡ φερέσβιος πέτρα καὶ ζωηφόρος, ὁ τόφος ὁ ἅγιος, ἡ πηγὴ ἀναστάσεως; Ἡ οὐχ ὕλη τὸ μέλαν, καὶ ἡ τῶν Εὐαγγελίων παναγία βίβλος; Ἡ οὐχ ὕλη ἡ ζωηφόρος τράπεζα, ἡ τὸν ἄρτον ἡμῖν τῆν; ζωῆς χορηγοῦσα; Ἡ οὐχ ὕλη, ὁ χρυδός τε καὶ ὁ ἀργυρός, ἐξ ὧν σταυροὶ καὶ πίνακες κατασκευάζονται, καὶ ποτήρια; Ἡ οὐχ ὕλη πρὸ τούτων ἀπάντων τὸ τοῦ Κυρίου ἡμῶν σῶμα καὶ αἷμα; Ἡ πάντων τούτων ανελε τὸ σέβω; καὶ τὴν προσκύνησιν, ἡ παραχώρει τῇ ἐκκλησιαστικῇ παρακδόσει καὶ τὴν τῶν εἰκόνων προσκύνησιν, Θεοῦ καὶ φίλων Θεοῦ ὀνόματι ἁγιαζομένων, καὶ διὰ τοῦτο θείου Πνεύματος ἐπισκιαζομένων

Com isso, novamente Damasceno afirma que a imagem é um memorial, e equivale para os analfabetos o que o livro é para os alfabetizados. Dessa forma, elas foram criadas para serem honradas e para honrar a memória daqueles que tiveram atitudes honrosas:

Eu digo que em todos os lugares nós usamos os nossos sentidos para produzir uma imagem do próprio Deus encarnado, e exaltamos o primeiro dos sentidos (sendo a visão considerada o primeiro dos sentidos), assim como pelas palavras a audição é santificada. Pois a imagem é um memorial. O que o livro faz para aqueles que entendem as letras, a imagem faz para os analfabetos; a Palavra encanta os ouvidos, a imagem encanta a visão, que transmite compreensão. [...] Porque as imagens foram criadas como memoriais, e foram honradas, não como Deuses, mas como levando a uma lembrança de atividades divinas. (I, 17)<sup>219</sup>

Damasceno defende ainda, através das palavras de Santo Basílio, que “a honra dada à imagem passa para o arquétipo”, ou seja, Deus, atribuindo, assim, às imagens um significado que vai além da mera tarefa de representação, já que através dela pode-se chegar a Deus:

"A honra dada à imagem passa para o arquétipo", diz o divino Basílio. (I, 21)<sup>220</sup>

No que se refere à questão da tradição, ele explica que as resoluções da Igreja foram transmitidas não somente através de escritos, mas também através da tradição não escrita, seja ela oral ou outra. Faz essa afirmação a partir de Santo Basílio que afirma que os dogmas e as pregações foram escritos e preservados na

---

χάριτι. Μη κάκιζε τὴν ὕλην οὐ γὰρ ἀτιμος. Οὐδὲν γὰρ ἀτομον, ὃ παρὰ Θεοῦ γεγένηται. Τῶν Μαιχαιῶν τοῦτο τὸ φρόνημα. (I, 16) In: DAMASCENI, S. Joannis. *Oratio Apologetica Prior. Adversus Eos Qui Sacras Imagines Abjiciunt*. In: *Patrologiae Graecae Tomus XCIV*. S. Joannes Damascenus. p. 1245.

<sup>219</sup> DAMASCENO, João. Καὶ αισθητῶς μὲν τὸν αὐτοῦ χαρακτῆρα προτίθεμεν ἀπανταχῆ, καὶ τὴν πρώτην ἀγαζόμεθα πρώτη γὰρ αισθήσεων, ὄρασις ὡσπερ καὶ τοὶς λόγοις τὴν ἀκοήν ὑπόμνημα γὰρ ἐστὶν ἢ εἰκὼν καὶ ὅπερ τοὶς γράμμασι μεμνημένοις ἢ βιβλῶς, τοῦτο καὶ τοὶς ἀγραμμάτοις ἢ εἰκὼν καὶ ὅπερ καὶ ὅπερ τῆ ἀκοῆ ὁ λόγος τοῦτο τῆ ὄρασει ἢ εἰκὼν νοητῶς δὲ αὐτῇ ἐνούμεθα. [...] Εἰκόνες γὰρ ἦσαν πρὸς ὑπόμνησιν κείμενοι, οὐχ ὡς θεοί, ἀλλ' ὡς θείας ἐνεργείας ὑπόμνησιν ἄγουσαι. (I, 17) In: DAMASCENI, S. Joannis. *Oratio Apologetica Prior. Adversus Eos Qui Sacras Imagines Abjiciunt*. In: *Patrologiae Graecae Tomus XCIV*. S. Joannes Damascenus. p. 1248.

<sup>220</sup> DAMASCENO, João. Ἡ γὰρ τὴν εἰκόνας τιμὴ πρὸς τὸ πρωτότυπον διαβαίνει, φησὶν ὁ θεὸς Βασίλειος (I, 21) In: DAMASCENI, S. Joannis. *Oratio Apologetica Prior. Adversus Eos Qui Sacras Imagines Abjiciunt*. In: *Patrologiae Graecae Tomus XCIV*. S. Joannes Damascenus. p. 1252.

Igreja, enquanto que outros foram recebidos pela tradição oral. Afirma ainda que ambas as tradições têm a mesma importância para a Igreja:

Não só os ritos religiosos da Igreja foram transmitidos por escrito, mas também nas tradições não escritas. Portanto, o divino Basílio diz no vigésimo sétimo capítulo de seus trinta capítulos sobre o Espírito Santo a Amphilochius, palavra por palavra, deste modo: dos dogmas e pregações preservados na Igreja, temos alguns do ensino escrito, outros recebidos da tradição dos Apóstolos, transmitidos a nós em segredo, ambos tendo a mesma força para a devoção. [...] Portanto, o divino apóstolo diz: "Assim, pois, irmãos, permaneçam firmes e conservem as tradições que vos foram ensinadas por nós, seja por palavra da boca ou por nossas letras". Uma vez que muitas dessas coisas foram proferidas em forma tácita na Igreja e preservadas até agora, por que questionar as imagens? (I, 23)<sup>221</sup>

Damasceno faz também diferenciação entre o culto cristão de imagens e o culto pagão, afirmando que não é necessário abolir a prática piedosa de cultuar imagens devido à prática dos gregos idólatras:

As práticas que você menciona não fazem da nossa veneração das imagens, repugnantes, mas as dos gregos idólatras. Não é necessário, por conta do abuso pagão, abolir a prática piedosa. Encantadores e feiticeiros praticam exorcismos, a Igreja também exorciza catecúmenos; mas eles invocam demônios, enquanto a Igreja clama a Deus contra os demônios. Gregos dedicam imagens de demônios e chamam-nos deuses, enquanto nós (dedicamos imagens) para o verdadeiro Deus encarnado e os servos e amigos de Deus para afastar o exército dos demônios. (I, 24)<sup>222</sup>

<sup>221</sup> DAMASCENO, João. Οὐ μόνον γράμμασι τὴν ἐκκλησιαστικὴν θεομοθεσίαν παρέδωκαν, ἀλλὰ καὶ ἀγράφοις τισὶ παραδόσεας Φησι γοῦρ ὁ θεὸς Βασιλείος ἐν εἴκοστῳ ἑβδόμῳ τῶν πρὸς Ἀμφιλόχιον περὶ ἁγίου πνεύματος τριάκοντα κεφαλαίων ἐπιλέξεως οὕτως. Τῶν ἐν τῇ Ἐκκλησίᾳ πεφυλαγμένων δογμάτων καὶ κηρυγμάτων, τὰ μὲν ἐκ τῆς ἐγγράφου διδασκαλίας εκομεν. [...] Ἀπόστολος Παῦλος φησὶν. Ἄρα οὖν, ἀδελφοί, στήκετε καὶ κρατεῖτε τὰς παραδόσεις ἃς ἐδιδάχθητε, εἴτε δια λόγου, εἴτε δι' ἐπιστολῆς ἡμῶν. Πολλῶν τοιγαροῦν καὶ τοσοῦτων ἀγράφοις τῇ ἐκκλησίᾳ παραδεδομένων, καὶ μέχρι τοῦ νῦν πεφυλαγμῆτων, τί περὶ τῶν εικόνων μικρολογεῖς (I, 23) In: DAMASCENI, S. Joannis. *Oratio Apologetica Prior. Adversus Eos Qui Sacras Imagines Abjiciunt*. In: *Patrologiae Graecae Tomus XCIV*. S. Joannes Damascenus. p. 1256.

<sup>222</sup> DAMASCENO, João. Ἄς μέντοι χρήσεις παράγει, οὐ τῶν παρ' ἡμῖν εικόνων βδελύσσονται τὴν προσκύνησιν, ἀλλὰ τῶν ταύτας θεοποιούντων Ἑλλήνων. Οὐ δεῖ τῶν διὰ τὴν Ἑλλήνων χρῆσιν, καὶ τὴν ἡμετέραν εὐσεβῶς γενομένην, ἀναίρειν. Ἐφορκίζουσιν ἐπασιδοῖ τε καὶ γόητες, εφορκίζει καὶ τοὺς κατηχουμένους ἢ Ἐκκλησία ἀλλ' ἐκεῖνοι μὲν ἐπικαλοῦνται δαίμονας, αὐτὴ δὲ, Θεὸν δαιμόνων δαίμοσι τὰς εικόνων ἀνατιθέασιν Ἑλληνας, καὶ θεοὺς ταύτας προσαγορεύουσιν, ἡμεῖς δὲ ἀλεθεὶ Θεῶ σαρκωθέντι, καὶ Θεοῦ δούλοις καὶ φίλοις, δαιμόνων ἀπελαύνουσι στίφη. (I, 24) In:

Aqui, mais uma vez, assim como fez com os judeus, Damasceno denigre o outro, no caso os gregos, para justificar a passagem contrária às imagens das Escrituras. Como os iconoclastas também se apoiaram e utilizaram os textos Sagrados e patrísticos para justificar a abolição das imagens, Damasceno alerta para o cuidado que se deve ter ao estudar certas obras que poderiam ter sido forjadas contra as imagens, citando Santo Epifânio como exemplo:

Se você disser que o Epifânio divino e maravilhoso claramente proibia estas imagens, então primeiro o trabalho em questão é talvez espúrio e forjado, sendo obra de um e com o nome de outro, o que muitas vezes acontece. Em segundo lugar, sabemos que o bem-aventurado Atanásio opôs-se a colocar as relíquias dos santos em um sarcófago, ordenando sim que elas devam ser enterradas debaixo da terra, no intuito de abolir o costume absurdo dos egípcios, que não enterram os seus mortos debaixo da terra, mas os colocam em camas e palhetas. Talvez, se admitirmos que o trabalho é dele, Epifânio, o Grande queria corrigir uma prática semelhante, proibindo a tomada de imagens. No entanto, há o testemunho da própria igreja do divino Epifânio, que seu propósito não era de abolir as imagens, pois estavam decoradas até a nossa própria época. Em terceiro lugar, na isolada instância não se fazem leis para a Igreja "uma única andorinha não faz verão", como diz Gregório, o Teólogo, e a verdade declara. Também não se pode uma palavra derrubar toda a tradição da Igreja, que se estende desde uma extremidade da terra até a outra. (I, 25)<sup>223</sup>

O tratado é finalizado com a afirmação de que se deve aceitar o ensino de ambas as práticas bíblicas e patrísticas, com a citação de uma passagem das Escrituras, na qual se afirma que não se deve impedir a veneração de coisas feitas

---

DAMASCENI, S. Joannis. *Oratio Apologetica Prior. Adversus Eos'Qui Sacras Imagines Abjiciunt*. In: *Patrologiae Graecae Tomus XCIV*. S. Joannes Damascenus. pp. 1256-1257.

<sup>223</sup> DAMASCENO, João. Εἰ δὲ φῆς, τὸν θεῖον καὶ θαυμαστὸν Ἐπιφάνιον, διαρρήδην ταῦτα; ἀπαγορεῦσαι, πρῶτον μὲν τυχὸν παρεγγεγραμμένος καὶ ἐπίπλαστος ὁ λόγος, ἄλλου μὲν ὦν πόνος, ἑτέρου δὲ τὴν ἐπωνυμίαν ἔχων, ὃ πολλοῖς αἰθισται δραν. Δεύτερον, ἴσμεν τὸν μακάριον Ἀθανάσιον, ἀκηγορευκότα τὸ ἐν λάρναξι τιθέναι τὰ τῶν ἁγίων λείψανα δὲ προστάττοντα ὑπὸ γῆν ταῦτα καλύπτειν, τὸ ἄτομον ἔθος τῶν Αἰγυπτίων καταργῆσαι βουλόμενον, οἱ τοὺς ἑαυτῶν νεκροὺς οὐχ ὑπὸ γῆν ἔκρυπτον, ἀλλ' ἐπὶ κλινῶν καὶ σκιμτοῶν ἐτίβον τάχα τοιοῦτό τε καὶ ὁ μέγας Ἐπιφάνιος ἐπιδιορθώτασθαι θέλων, τὸ μὴ χρῆναι τοιεῖν εἰκόνας ἐνομοθέτησεν, εἰ γὰρ καὶ αὐτοῦ δῆμιεν εἶναι τὸν λόγον. Ἐπεὶ, ὅτι γε ὁ τοῦτου σκεπὸς ταύτας οὐχ ἀπεπιθέτο, μάρτυς ἢ αὐτοῦ θεπίου Ἐπιφανίου Ἐκκλησία, εἰκόσι μέχρις ἡμῶν περικεκοσμημένη. Τρίτον, οὐ τὸ σπᾶνιον νόμος τῆ Ἐκκλησία, οὐδὲ μία χελιδὼν ἕαρ ποιεῖ, ὡς καὶ τῷ θεολόγῳ Γρηγορίῳ καὶ τῇ ἀλεθείᾳ δοκεῖ οὐδὲ λόγος εἰς δυνατὸς ὄλης Ἐκκλησίας, τῆς περάτων μέχρι τῶν αὐτῆς περάτων, ἀνατρέψαι παράδοτεν. (I, 25) In: DAMASCENI, S. Joannis. *Oratio Apologetica Prior. Adversus Eos'Qui Sacras Imagines Abjiciunt*. In: *Patrologiae Graecae Tomus XCIV*. S. Joannes Damascenus. p. 1257.

de matéria, pois essas foram feitas pelas mãos humanas, devendo apenas abolir imagens de demônios, mais uma vez referindo-se às práticas gregas e judias:

Receba, portanto, o ensino firme de ambas as práticas bíblicas e patrísticas, porque, se a Escritura diz: "os ídolos das nações são prata e ouro, obras de mãos humanas", não, portanto, proíbe a veneração de coisas inanimadas ou a obras de mãos humanas, mas apenas de imagens de demônios. (I, 26)<sup>224</sup>

Como observamos neste trabalho, João Damasceno se apoia nas Escrituras, nas tradições da Igreja, tradições escritas e não escritas e nos textos patrísticos. Assim sendo, é possível constatar não só no corpo do seu texto, mas também no fim do mesmo, excertos desses escritos com comentários logo em seguida feitos pelo próprio Damasceno. Percebe-se, dessa forma, que essas passagens são utilizadas para reafirmar os seus argumentos e dar autoridade aos seus escritos, demonstrando o que já fora explanado por Andrew Louth<sup>225</sup>, sobre Damasceno não ser original e saber encontrar e escolher as melhores respostas para assuntos teológicos. Isso se repetirá nos seus dois próximos tratados que serão analisados a seguir.

### 2.3.2. O Segundo Tratado

João Damasceno inicia seu segundo tratado discorrendo acerca do perdão, que ele deve ser dado a quem pede e, novamente, se coloca em posição de indignidade, como escravo de Deus e da Igreja. Mais uma vez também se coloca como zelador da verdade (αλήθεια), que segundo ele é a única que pode levar à salvação (σωτηρία). Afirma ter Deus como sua testemunha e pede que o seu segundo discurso sobre as imagens seja aceito, pois foi necessário fazê-lo, em razão de que alguns filhos da Igreja o teriam pedido, já que o primeiro não teria tido a clareza necessária:

---

<sup>224</sup> DAMASCENO, João. Δέχου τῶν τῶν Γραφικῶν καὶ πνευματικῶν χρήσεων τὸν ἕσμον, ὅτι εἶ και λέγει ἡ Γραγί. Τὰ εἰδωλα τῶν ἔθνῶν ἀργύριον καὶ χρυσίον, ἐργα χειρῶν ἀλλ' οὐν οὐ τὸ μὴ προσκυνεῖν ἀψύχοις ἢ ἔργοις χειρῶν κωλύει, ἀλλὰ ταις δαιμόνων εἰκόσιν. (I, 26) In: DAMASCENI, S. Joannis. *Oratio Apologetica Prior. Adversus Eos Qui Sacras Imagines Abjiciunt*. In: *Patrologiae Graecae Tomus XCIV*. S. Joannes Damascenus. p. 1257.

<sup>225</sup> LOUTH, 2002.

Concedei o perdão a quem pede, meus mestres, e recebi uma palavra de garantia de mim, o menor e mais inútil escravo da Igreja de Deus. Pois, como Deus é minha testemunha, não é por causa de glória ou ostentação que eu sou instigado a falar, mas pelo zelo pela verdade. Pois eu possuo isso como a minha esperança de salvação, e com ela eu espero encontrar o Senhor Cristo e rezo para que eu possa oferecer isso a ele em expiação pela forma monstruosa em que errei. [...] Mas dê-me um ouvido para escutar e coloque as tábuas de seus corações para receber o meu discurso e julgar por si mesmo o poder do que eu digo, neste segundo discurso sobre imagens que coloquei junto. Alguns dos filhos da Igreja têm me intimado a fazer isso porque o primeiro não estava completamente claro para todos. Mas dê subsídios para mim, já que eu procuro ser obediente. (II, 1)<sup>226</sup>

Logo depois, salienta que só a verdade pode evitar que se seja levado ao erro e ensina que há somente um Deus, uma natureza em três pessoas - Pai, Filho e Espírito Santo. Afirma ainda que o mal não é um ser, mas sim um acidente contrário à lei de Deus, tendo existência apenas no pensamento, desaparecendo logo que este último se cessa. Ressalta que uma das partes da Trindade, isto é, Cristo, possui duas naturezas e apenas uma pessoa:

A verdade, buscando um meio termo, nega todos estes absurdos, e ensina a confissão de um só Deus, uma natureza em três pessoas: Pai, Filho e Espírito Santo. Ele diz que o mal não é o ser, mas um acidente, uma certa ideia e razão e ação contrária à lei de Deus, tendo a sua existência no pensamento e raciocínio, desaparecendo logo que estes cessam. E proclama que um da Santíssima Trindade, Cristo, é duas naturezas e uma pessoa. (II, 3)<sup>227</sup>

<sup>226</sup> DAMASCENO, João. Δότε συγγνώμην αιτουῦντι δεσπόταις μου, καὶ δέξασθε πληροφορίας λόγον, παρ' ἐμοῦ τοῦ ἀχρείου καὶ ἐλαχίστου δούλου τῆς Θεοῦ Ἐκκλησίας. Οὐ γὰρ δόξης ἔνεκεν, ἢ φανητισμοῦ πρὸς τὸ λέγειν ὠρμησα. Θεός μάρτυς ἀλλὰ ζήλω ἀληθείας. Αὐτὸν γὰρ μόνον ἐλπίδα σωτηρίας κέκτημαι, καὶ σὺν αὐτῷ ὑπαντήσαι τῷ Δεσπότη Χριστῷ, ἐλπίζω καὶ εὐχομαι, τοῦτον αὐτῷ προσφέρων, τῶν ἀτόπως μοι πεπλημελημένων γεγέσθαι ἐξίλκομα. [...] Ἀλλὰ δότε μοι οὐς ἀκροάσεως, καὶ τάς τραπέζας τῶν καρδῶν ἀναπετάσαντες, δέξασθέ μοι τὸν λόγον, καὶ εἰλικρινῶς διακρίνατε τῶν λεγομένων τὴν δύναμιν. Δεύτερον δὲ τοῦτον τὸν λόγον περὶ εἰκόνων συντάξα. Τινὲς γὰρ τῶν τέκνων τῆς Ἐκκλησίας ὑπέθεντό μοι τοῦτο ποιῆσαι, διὰ τὸ μὴ πάνυ εὐδιάγνωστον τοῖς παλλαις τὸν πρῶτον εἶναι ἀλλὰ καὶ ἐν τούτῳ συγγνωτέ μοι, ὑπακοὴν ἐκπληρώσαντι. (II, 1) In: DAMASCENI, S. Joannis. *Oratio II. Adversus Eos* 'Qui Sacras Imagines Abjiciunt'. In: *Patrologiae Graecae Tomus XCIV*. S. Joannes Damascenus. p. 1284.

<sup>227</sup> DAMASCENO, João. Ἡ δὲ ἀλήθεια, μέσην ὁδὸν βαδιζουσα, πάντα ταῦτα ἀπαρνείται τὰ ἄτοπα, καὶ διδάσκει, ἓνα Θεὸν ὁμολογεῖν, μίαν φύσιν ἐν τρισὶν ὑποστάσεσι, Πατρὶ καὶ Γιῶ καὶ ἀγιῶ Πνεύματι τὴν δὲ κακίαν, οὐκ οὐσίαν, ἀλλὰ συμβεβηκός θησιν, ἐννοιάν τινα, καὶ λόγον, καὶ πράξιν παρὰ τὸν νόμον τοῦ Θεοῦ, ἐν τῷ ἐννοεῖσθαι, καὶ πράττεσθαι καὶ λέγεσθαι, καὶ πράττεσθαι τὴν ὑπαρξιν ἔχουσαν, καὶ ἅμα τῷ πκύσασθαι ἀφανιζομένην. Ἐτι δὲ καὶ τὸν ἓνα τῆς ἀγίας Τριάδος τὸν Χριστὸν, δύο φύσεις κηρύττει,

Damasceno alega que a ordem contra as imagens seria uma artimanha do diabo que é o inimigo da verdade e contrário à salvação dos homens, os instruindo a esculpir as imagens dos demônios:

Mas o inimigo da verdade, que luta contra a salvação dos seres, que uma vez ensinou não só as nações a fazer imagens de demônios e seres humanos maus bem como de pássaros e animais selvagens e répteis e os veneram como deuses, mas também muitas vezes os filhos de Israel, agora que a Igreja de Cristo tem paz, estão ansiosos para agitá-la misturando o mal com palavras divinas através de lábios injustos e uma língua astuta, tentando encobrir sua escuridão e sua deformidade e agitar os corações dos instáveis a partir dos verdadeiros costumes transmitidos pelos Padres. [...] Alguém, que tem conhecimento divino e compreensão espiritual, não reconhece que esta é uma artimanha do diabo? Pois ele não deseja sua derrota e vergonha sejam espalhadas, nem a glória de Deus e seus santos registrada. (II, 4)<sup>228</sup>

Assim como no primeiro tratado, defende que o pecado está em produzir uma imagem do Deus invisível, impossível de descrever por ser incorpóreo e sem forma. Que seria sim um sacrilégio, se fizessem imagens de seres humanos e venerassem-nas como deuses. Mais uma vez observamos a repulsa de Damasceno pelas práticas que ele considera pagãs. Afirma ainda a possibilidade de representar o Deus encarnado, por já ter estado na terra. Utiliza a afirmação de Gregório de que a imagem é um espelho adequado para o intelecto cansado, incapaz de ver além do corpo:

Porque, se fôssemos fazer uma imagem do Deus invisível, nós realmente iríamos pecar; pois é impossível descrever aquele que é incorpóreo e sem forma, invisível e não circunscrito. E ainda: se tivéssemos de fazer imagens de seres humanos e considerá-las e venerá-las como deuses, nós seríamos verdadeiramente

---

καὶ μίαν ὑπόστασιν. (II, 3) In: DAMASCENI, S. Joannis. *Oratio II. Adversus Eos'Qui Sacras Imagines Abjiciunt*. In: *Patrologiae Graecae Tomus XCIV*. S. Joannes Damascenus. p. 1285.

<sup>228</sup> DAMASCENO, João. Ἄλλ' ὅ τῆς ἀληθείας ἐχθρὸς, καὶ τῆς σωτηρίας τῶν ἀνθρώπων πολέμιος δαίμων, καὶ φθαρτῶν ἀνθρώπων, καὶ πετεινῶν; καὶ κνωδάλων, καὶ ἔρπετῶν εικόνας ποιεῖν, καὶ ταύταις ὡς θεοὶς προσκυνεῖν, οὐ μόνον τὰ ἔθνη, ἀλλὰ καὶ τοὺς υἱοὺς Ἰσραὴλ πολλάκις πλανήσας; νῦν εἰρηνεύουσιν τὴν τοῦ Χριστοῦ Ἐκκλησίαν συνταράξει, διὰ χειλέων ἀδίκων, καὶ γλώσσης δολίας θείοις τὴν κακίαν παραρτύων, καὶ ταύτης τὸ ἄσχημον καὶ σκοτεινὸν εἶδος ἐπικαλύπτειν, καὶ τὰς καρδίας τῶν ἀστηρίκτων σαλευεῖν ἐκ τῆς ἀληθοῦς καὶ πατροπαραδότου ἀνηθείας. [...] Καὶ τίς ἔχων γνῶσιν θεῖαν καὶ σύνεσιν πνευματικὴν, οὐκ ἐπιγνώσκει, ὅτι ὑποβοᾷ τὸ διαβόλου ἐστίν; Οὐ θέλει γὰρ τὴν ἡτταν καὶ τὴν αἰσχύνην αὐτοῦ δημοσιεύεσθαι, οὐδὲ τὴν τοῦ Θεοῦ, καὶ τῶν ἁλίων δόξαν ἀνάγραπτον γίνεσθαι. (II, 4) In: DAMASCENI, S. Joannis. *Oratio II. Adversus Eos'Qui Sacras Imagines Abjiciunt*. In: *Patrologiae Graecae Tomus XCIV*. S. Joannes Damascenus. p. 1285-1288.

sacrílegos. Mas nós não fazemos nenhuma dessas coisas. Porque se fazemos uma imagem de Deus que na sua bondade inefável se encarnou e foi visto sobre a terra em carne, e habitou entre os seres humanos, e assumiu a natureza, a densidade, a forma e cor da carne, nós não nos perdemos. Pois nós ansiamos por ver a sua forma; como o apóstolo divino diz, "agora vemos surpreendentes reflexões em um espelho". Porque a imagem é um espelho e um quebra-cabeça, adequada para a densidade do nosso corpo. Porque o intelecto, muito cansado, não é capaz de passar além do corpo, como diz o divino Gregório. (II, 5)<sup>229</sup>

É nesse segundo tratado que Damasceno ataca diretamente a pessoa do imperador enquanto precursor da iconoclastia, comparando-o ora com a serpente que desviou Eva, ora com um anjo, com o aviso de que se qualquer um deles proclamasse coisas que não faziam parte da tradição da Igreja, dos Santos Apóstolos e Padres e dos sínodos, que não devesse escutá-los e que eles fossem anematizados:

Não estamos convencidos por você, demônio invejoso, aborrecedor da espécie humana. Ouvi, povos, tribos, línguas, homens, mulheres, crianças, velhos e mulheres, jovens e crianças, a nação santa dos cristãos: se alguém proclama a você outra coisa senão a que a Igreja Católica recebeu dos Santos Apóstolos e dos Padres e sínodos preservados até agora, não ouça-o, nem aceite o conselho da serpente, como Eva aceitou e colheu a morte. Se um anjo, ou um imperador, proclamarem a você outra coisa além da que foi recebida. No momento eu hesito em dizer, como o divino apóstolo disse: "Que ele seja anátema"!, pois ele pode receber a correção. (II, 6)<sup>230</sup>

<sup>229</sup> DAMASCENO, João. Εἰ μὲν γὰρ τοῦ ἀοράτου Θεοῦ εἰκόνα ἐπιποιούμεν, ὄντως ἡμαρτάνομεν. Ἀδύνατον γὰρ τὸ ἀσώματον, καὶ ἀόρατον, καὶ ἀπεριγραπτόν, καὶ ἀσχημάτιστον εἰκονισθῆναι. Καὶ πάλιν εἰ ἐποιοῦμεν εἰκόνας ἀνθρώπων, καὶ ταύτας θεοῦ ἡγούμεθα, καὶ ὡς θεοὶς ἔλατρεύομεν, ὄντως ἡσεβοῦμεν. Ἄλλ' οὐδὲν τούτων ποιούμεν. Θεοῦ γὰρ σαρκωθέντος καὶ ὀφθέντος ἐπὶ γῆς σαρκί, καὶ ἀνθρώποις συναστραφέντος δι' ἄφατον ἀγαθότητα καὶ φύσιν, καὶ πάχος καὶ οὐχίμα, καὶ χρῶμα σαρκός, ἀναλαβόντος τούτου τὴν εἰκόνα ποιοῦντες, οὐ ἀφαλλόμεθα. Ποθοῦμεν γὰρ αὐτοῦ ἰδεῖν τὸν χαπακτῆρα ὡς γὰρ φησὶν ὁ θεὸς Ἁπόστολος Ἐμ' ἐσόπτρῳ καὶ αἰνίγματι νῦν βλέπομεν. Καὶ ἡ εἰκὼν δὲ, ἔσοπτρόν ἐστι καὶ αἰνίγμα, ἀρμόζον τῇ τοῦ σώματος ἡμῶν παχύτητι. Πολλά γὰρ κάμων ὁ νοῦς, οὐ δύναται ἐκβῆναι τὰ σωματικά. (II, 5) In DAMASCENI, S. Joannis. *Oratio II. Adversus Eos Qui Sacras Imagines Abjiciunt*. In: *Patrologiae Graecae Tomus XCIV*. S. Joannes Damascenus. p. 1288.

<sup>230</sup> DAMASCENO, João. Ὡ ἀπὸ σοῦ, φθονερὲ διάβολε, φθονεῖς ἡμῖν ἰδεῖν τὸ τοῦ Δεσπότης ἡμῶν ὁμοίωμα, καὶ δι' αὐτοῦ ἀγασθῆναι, καὶ ἰδεῖν αὐτοῦ τὰ σωτήρια πάθη, καὶ θαυμάσαι αὐτοῦ τὴν συγκατάβασιν, καὶ θεωρεῖν αὐτοῦ τὰ θαύματα, καὶ δοξάζειν αὐτοῦ τὴν τῆς θεότητος δύναμιν. Φθονεῖς τοῖς ἀγίοις τῆς παρά Θεοῦ δεδομένης αὐτοῖς τιμῆς. Οὐ θέλεις ὄραν ἡμᾶς τὴν αὐτῶν δόξαν ἀνάγκη, καὶ ζηλωτὰς γίνεσθαι τῆς αὐτῶν ἀνδρείας καὶ πίστεως. Οὐ πειθόμεθα σοι, δαίμον φθονερὲ καὶ μισάνθρωπε. Ἀκούσατε λαοὶ, φυλαὶ, γλῶσσαι, ἄνδρες, γυναῖκες, καὶ παῖδες πρεσβύται, νεανίσκοι τε καὶ νήπια, τὸ ἔθνος τῶν Χριστιανῶν τὸ ἅγιον εἰ τις εὐαγγελίζεται ὑμᾶς παρ' ὃ παρῆλαβεν ἢ καθολικῇ Ἐκκλησίᾳ παρὰ τῶν ἁγίων ἀποστόλων, Πατέρων, καὶ συνόδων, καὶ μέχρι

Posteriormente, através da passagem do Antigo Testamento que proíbe a fabricação de imagens, fazendo, mais uma vez, alusão às ordens iconoclastas, Damasceno afirma que eles não procuram o significado na Escritura e que é preciso fazê-lo, já que Deus não mente. Se utiliza da metáfora do doente e do remédio, na qual se diz que a cada paciente e doença cabe um determinado remédio e dose, para defender que a proibição das imagens na Escritura foi feita para aqueles que são propensos à doença da idolatria, que veem ídolos como deuses e os veneram e rejeitam a veneração a Deus, oferecendo a sua glória para a criação e não para o Criador:

Mas aqueles que não procuram o significado da Escritura, dizem que Deus disse através de Moisés, o legislador, "Não faça qualquer semelhança, seja de coisas no céu ou de coisas na terra". [...] Portanto, o que é que vamos dizer a eles, o que mais, salvo o que foi dito pelo Senhor para os judeus: "Examinais as Escrituras"? É bom procurar na escritura. Mas tome cuidado para fazê-lo criteriosamente. [...] Veja que Deus falou muitas vezes e de várias maneiras. Pois, assim como o médico nem sempre sabe dar o mesmo remédio para tudo, mas dá a cada um o que é adequado, determinando um medicamento apropriado à doença ao tempo e ao lugar, isto é, estação, condição e tempo de vida, e, portanto, oferece uma coisa a um bebê, outra coisa para alguém adulto, de acordo com o tempo de vida, uma coisa para o doente, outra coisa para o saudável, e para cada um dos que estão doentes não é a mesma oferta, mas algo de acordo com sua condição e doença, e uma coisa no verão e outra no inverno, ou no outono ou na primavera, e em cada lugar e em conformidade com o que é adequado para o local. Portanto, o melhor médico das almas proíbe de fazer imagens aqueles que ainda são crianças e doentes com uma inclinação doentia para a idolatria, suscetíveis a considerarem ídolos como deuses e venerá-los como deuses e rejeitarem a veneração a Deus e oferecerem a sua glória para a criação. (II, 7)<sup>231</sup>

---

τοῦ νοῦν δεφυλάξε, μή ἀκούσντε αὐτοῦ, μηδὲ δέξησθε τήν συμβουλήν τοῦ ὄφρα, ὡς ἐδέξατο Εἷνα, καὶ ἐτρύγησε θάνατον. Κἄν ἄγγελος, κἄν βασιλεύς εὐαγγελίζεται ὑμᾶς παρ' ὃ παρελάβετε, κλεισατε τὰς ἀκάς ὀκνῶ γὰρ τέως εἶπειν, ὡς ἔφη ὁ θεῖος Ἀπόστολος, Ἀνάθεμα ἔστω, ἐκδεχόμενος τήν διόρθωσιν. (II, 6) In: DAMASCENI, S. Joannis. *Oratio II. Adversus Eos Qui Sacras Imagines Abjiciunt*. In: *Patrologiae Graecae Tomus XCIV*. S. Joannes Damascenus. p. 1288.

<sup>231</sup> DAMASCENO, João. Ἄλλα λέγουσιν, οἱ μὴ ἐρενωῶντες τὸν νοῦν τῆς Γραφῆς, ὅτι εἶπεν ὁ Θεὸς Μωϋσέως τοῦ νομοθέτου. Οὐ ποιήσεις πᾶν ὁμοίωρα, δασ ἐν νῶ οὐρανῶ, καὶ δσα ἐν τῇ γῆ. [...] οὐκ ἐμὸς ὁ λόγος ἐστὶ τὸ Πνεῦμα τὸ ἅγιον διὰ Παύλου τοῦ ἀγίου ἀποστόλου ἀπεφήνατο. Πολυμερῶ; καὶ πολυτρόπως πάλαι ὁ Θεὸς λαλήσας τοῖς πατράσιν ἐν τοῖς προφήταις. Ὁρκ ὅτι πολυμερῶς καὶ πολυτρόπως ἐλάλησεν ὁ Θεός. Ὡσπερ γὰρ ἐπιστήμων ἰατρός οὐ τὸ αὐτὸ εἶδος πᾶσι διδωσιν, οὐδὲ πάντοτε, ἀλλ' ἐκάστω κατὰ τὴν ἔξιν παρέχει τὸ φάρμακον, διακρίνων, καὶ χῶρεν, καὶ νόσον, καὶ καιρὸν, καὶ ἡλικίαν καὶ τῶ μὲν νηπιῶ, ἕτερον, τῶ δὲ τελείῳ κατὰ τὴν ἡλικίαν, ἕτερον ἄλλο τῶ ἀσθενετ, καὶ ἄλλο τῶ ὑθγαίνοντι, καὶ ἐκάστω τῶν ἀσθενούντων, οὐ τὸ αὐτὸ, ἀλλὰ πρὸς τὴν ἔξιν καὶ τὴν νόσον καὶ ἄλλο τῶ θέρει, καὶ χειμῶνι ἕτερον. μετοπώρη τε καὶ ἐν ἐκάστῳ τύπῳ κατὰ

Salienta que a Escritura torna-se clara para aqueles que realmente a buscam, fazendo, novamente, apelo à verdade. Explica que todas as coisas citadas na Escritura são de verdade, com o objetivo de se obter a glória de Deus e dos santos, a salvação e a rejeição ao mal, aos abomináveis escritos pagãos e maniqueístas e todos os hereges. Mais uma vez afirma que se alguém se atreve a fazer uma imagem do Deus Todo-Poderoso que é espírito puro, seja rejeitado, assim como aquele que fizer imagens para a honra e adoração do diabo e dos seus anjos. Defende ainda que aquele, independente de quem seja, isto é, parte da Igreja ou não, que substituir uma imagem de Cristo, de Sua Mãe ou dos santos por qualquer outra imagem ou a do próprio diabo, é um inimigo de Cristo, defensor do diabo e de sua equipe. Finaliza defendendo que a imagem é um hino de louvor, manifestação e símbolo daqueles que lutaram contra o mal:

Você sabe como o propósito da Escritura é claro para aqueles que a buscam de forma inteligente. Porque é necessário saber, amados, que em cada ação, verdade, falsidade e o propósito de quem age, sejam eles bons ou maus, estão suscetíveis a serem procurados. Porque no Evangelho, Deus, o anjo, o ser humano, os céus, a terra, a água, o fogo, o sol, a lua, as estrelas, a luz, a escuridão, Satanás e seus demônios, as serpentes, os escorpiões, a morte, Hades, as virtudes, os vícios e tudo que é bom e ruim estão escritos. Mas uma vez que tudo dito sobre eles é verdadeiro e o objetivo é a glória de Deus e dos santos glorificados por ele, e nossa salvação e a derrubada e desgraça do diabo e seus demônios, todos estes nós veneramos, abraçamos e beijamos com os olhos e lábios e somos fiéis em nossos corações, igualmente, à totalidade do Antigo e do Novo Testamento e às palavras dos santos e escolhemos Padres, mas a escrita vergonhosa e imunda dos malditos Maniqueístas e gregos e do resto das heresias que a cospem fora e a rejeitam como se tivesse mentiras e vazio, concebida para a glória do diabo e seus demônios e seu prazer, ainda que tenha o nome de Deus. Assim também na questão de imagens, é necessário procurar a verdade e o propósito de quem as faz, e, se elas tornam-se verdadeiras e íntegras, promovendo a glória de Deus e de seus santos, e inspirando virtude e afastando o vício, e conduzindo à salvação das almas, então aceitá-las e honrá-las como imagens e cópias e semelhanças e livros para os

---

τὴν τοῦ τόπου ἐπιτηδείτητα οὕτω καὶ ὁ ἄριστος τῶν ψυχῶν ἰατρός, τοῖς ἔτι νηπίοις, καὶ ἄρρωστοῦσι τὴν πρὸς εἰδωλαλατρείαν νότον, καὶ τὰ εἰουλα θεοῦς ἠγουμένοις, καὶ ὡς θεοὶς αὐτοῖς προσκυνοῦσιν, καὶ αθετοῦσιν τὴν τοῦ Θεοῦ προσκύνησιν, καὶ τὴν αὐτοῦ δόξαν τῇ κτίσει προσάγουσιν, ἀπηγόρευσε τοῦτο ποιεῖν. (II, 7) In: DAMASCENI, S. Joannis. *Oratio II. Adversus Eos'Qui Sacras Imagines Abjiciunt*. In: *Patrologiae Graecae Tomus XCIV*. S. Joannes Damascenus. pp. 1288-1289.

analfabetos e venerá-las e beijá-las com olhos e lábios, e ser fiel a elas em nossos corações, como uma semelhança de Deus encarnado, ou de sua mãe, ou de santos que compartilharam dos sofrimentos e da glória de Cristo e foram vencedores, que derrubaram o diabo e os demônios e seus erros, mas se alguém se atreve a fazer uma imagem da divindade imaterial, incorpórea, invisível, sem forma e sem cor, nós a rejeitamos por considerarmos falsa. (II, 10)<sup>232</sup>

Posteriormente, ataca mais uma vez a pessoa do imperador com a afirmativa de que não é dever do imperador legislar sobre a Igreja, que para tanto existem os seus trabalhadores:

Não é dever dos imperadores legislar para a Igreja. Olhe o que o apóstolo divino diz: "E que Deus estabeleceu na Igreja primeiramente os apóstolos, em segundo lugar os profetas, em terceiro os pastores e mestres, para o equipamento dos santos", - ele não disse imperadores - e novamente "Obedeçam aos seus líderes e se submetam a eles; pois vigiam sobre as vossas almas, como homens que terão de prestar contas ". (II, 12)<sup>233</sup>

<sup>232</sup> DAMASCENO, João. Εἶδες πῶς ἀνεφάνη ἡ σκοπὸς τῆς Γραφῆς τοῖς συνετώσι; Δεῖ γὰρ γινώσκειν, ἀγαπητοί, ὅτι ἐν παντὶ πράγματι ἡ ἀλήθεια ζητεῖται, καὶ τὸ ψεῦδος, καὶ ὁ σκοπὸς τοῦ ποιούντος, εἰ καλὸς ἐστίν, ἢ κακός. Ἐμὲ μὲν γὰρ τῷ Εὐαγγελίῳ, καὶ Θεῷ καὶ ἄγγελος καὶ ἄνθρωπος, καὶ οὐρανός, καὶ γῆ, καὶ ὕδωρ, καὶ πῦρ, καὶ ἄηρ, καὶ ἡλιος καὶ σελήνη καὶ ἄστρα, καὶ φῶς καὶ σκότος, καὶ Σατανᾶς καὶ δαίμονες, καὶ δφεις, καὶ σκορπίοι, καὶ θάνατος, καὶ ἄδης, καὶ ἄρεται, καὶ κακίαι, καὶ πάντα καλὰ τε καὶ κακά εἰσιν ἐγγεγραμμένα. Ἄλλ' ὅμως, ἐπειδὴ πάντα τὰ περὶ αὐτῶν λεγόμενα ἀλεθῆ εἰσι, καὶ ὁ σκοπὸς πρὸς δόξαν Θεοῦ ἐστίν, καὶ τῶν ὑπ' αὐτοῦ δοξαζομένων ἁγίων, καὶ πρὸς σωτηρίαν ἡμῶν, καὶ καθαίρεσιν, καὶ αἰσχύνῃν τοῦ διαβόλου καὶ τῶν δαιμόνων αὐτοῦ, προσκυνοῦμεν, καὶ περιπτυσσόμεθα, καὶ καταφιλοῦμεν, καὶ δφθαλμοῖς, καὶ χεῖλεσι, καὶ καρδίαις ἀσπαζόμεθα ὁμοίως καὶ πᾶσαν τὴν Παλαιάν καὶ Καινὴν Διαθήκην, τούτους λόγους τῶν ἁγίων καὶ ἐκκριτῶν Πατέρων. Τὴν δὲ αἰσχρὰν, καὶ μυσαρὰν, καὶ ἀκάθαρτον γραφὴν τὴν καταράτων Μανιχαίων τε καὶ Ἑλλήνων, καὶ τῶν λοιπῶν αἰρέσεων, ὡς ψενδῆ καὶ μάταια περιέχουσιν, καὶ πρὸς δόξαν τοῦ διαβόλου καὶ τῶν δαιμόνων αὐτοῦ, καὶ χαρὰν αὐτῶν ἐφευρεθείσαν, ἀποπτύομεν καὶ ἀποδαλλόμεθα, καί οἱγε καὶ ὄνομα Θεοῦ περιέχουσιν. Οὕτω καὶ ἐν τῷ πράγματι τῶν εἰκόνων, χρὴ ἐρευνᾶν τὴν ἀλήθειαν, καὶ τὸν σκοπὸν τῶν ποιούντων. Καὶ εἰ μὲν ἀληθῆς καὶ ὀρθός, καὶ πρὸς δόξαν Θεοῦ καὶ τῶν ἁγίων αὐτοῦ, καὶ πρὸς ζῆλον ἀρετῆς καὶ ἀποφυγὴν κακίας, καὶ σωτηρίαν ψυχῶν γίνονται, ἀποδέχεσθαι, ὡς εἰκόνας, καὶ μιμήματα, καὶ ὁμοιώματα, καὶ βιβλους τῶν ἀγραμμάτων, καὶ προσκυνεῖν, καὶ καταφιλεῖν, καὶ ὀρθαλοῖς, καὶ χεῖλεσι, καὶ καρδίαις ἀσπάξεσθαι, ὡς σεσαρκωμένου Θεοῦ ὁμοίωμα, ἢ τῆς τούτου μητρὸς ἢ τῶν ἁγίων τῶν κοινῶν τῶν παθημάτων καὶ τὴν δόξης τοῦ Χριστοῦ, καὶ νικητῶν, καὶ καθαιρετῶν τοῦ διαβόλου καὶ τῶν δαιμόνων καὶ τῆς πλάνης αὐτῶν. Εἰ δὲ Θεότητος τῆς ἄυλου, καὶ ἀσωμάτου, καὶ ἀοράτου, καὶ ἀσχηματίστου, καὶ ἀχρωματίστου, εἰκόνα τις τολμήσει ποιῆσαι, ὡς ποιῆσαι, ὡς ψευδῆ ἀποβαλλόμεθα. (II, 10) In: DAMASCENI, S. Joannis. *Oratio II. Adversus Eos Qui Sacras Imagines Abjiciunt*. In: *Patrologiae Graecae Tomus XCIV*. S. Joannes Damascenus. p. 1293.

<sup>233</sup> DAMASCENO, João. Οὐ βασιλέων ἐστὶ νομοθετεῖν τῇ Ἐκκλησίᾳ. Τί φησιν ὁ θεῖος Ἀπόστολος; Καὶ οὐκ ἐθέτο εἰ Θεὸς ἐν τῇ Ἐκκλησίᾳ πρῶτον, ἀποστολόους δεύτερον, προφήτας τρίτον, ποιμένας καὶ διδασκάλους, πρὸς τὸν καταρτισμὸν τῆς Ἐκκλησίας. Οὐκ εἶπε, βασιλεῖς. Καὶ πάλιν. Πειθεσθε τοῖς ἡγουμένοις ὑμῶν, καὶ ὑπέικετε. (II, 12) In: DAMASCENI, S. Joannis. *Oratio II. Adversus Eos Qui Sacras Imagines Abjiciunt*. In: *Patrologiae Graecae Tomus XCIV*. S. Joannes Damascenus. p. 1296.

Em seguida, assim como no primeiro tratado, ele defende que a Igreja não proferiu Leis somente em forma de escritos, ressaltando a importância da tradição não escrita, citando lugares santos que só se conhece através da tradição oral como exemplos:

As testemunhas oculares e ministros da palavra, não só transferiram a Lei da Igreja nos escritos, mas também em certas tradições não escritas. [...] Qual é a origem do batismo tríplice, isto é, com três imersões? Donde vem o hábito de rezarmos voltados para o Oriente? Donde vem a veneração da cruz? Eles não são da tradição tácita? Por isso o apóstolo divino diz: "Assim, pois, irmãos, permaneçam firmes e conservem as tradições que vos foram ensinadas por nós, seja por palavra de nossas bocas ou por nossas escritas". Uma vez que muitas coisas foram proferidas de maneira tácita na Igreja e preservadas até agora, porque vocês discutem sobre as imagens? (II, 16)<sup>234</sup>

Destaca outra vez que os escritos contra as imagens atribuídos a Epifânio só podem ter sido forjados:

Se você diz que o bendito Epifânio claramente proibiu nossas imagens, então saiba que a obra em questão é forjada, sendo o trabalho de outro usando o nome do Epifânio divino, o que muitas vezes acontece. (II, 18)<sup>235</sup>

Logo após, faz mais um ataque aos judeus, afirmando que se ele venera a cruz, a lança e a esponja que os judeus utilizaram para matar o Senhor, por que então ele não deveria venerar as imagens de Cristo? Explica ainda que, ao venerar as imagens da cruz feita a partir de qualquer madeira, ele não estará venerando a matéria em si, mas sim aquele que foi crucificado na mesma:

<sup>234</sup> DAMASCENO, João. Οὐ μόνον δὲ γράμμασι τὸν ἐκκλησιατικὸν θεσμὸν παρέδωκαν οἱ αὐτόπται καὶ ὑκηρεῖται τοῦ Λόγου, ἀλλὰ καὶ ἀγράφοις τισὶ παραδόσεσι. [...] Πόθεν τὸ τρίτον βαπτίζειν, τουτέστι, διὰ τριῶν καταδύσεων; Πόθεν τὸ προσκυνεῖν σταυρόν; οὐκ ἐκ τῆς ἀγράφου παραδόσεως; Διὸ καὶ ὁ θεὸς ἀπόστολος Παῦλός φησιν. Ἔρα οὖν ἀδελφοί, στήκετε καὶ κρατεῖτε τὰς παραδόσεις, ἃς ἐδιδάχθητε, εἴτε διὰ λόγου, εἴτε δι' ἐπισημοῦς ἡμῶν. Πολλῶν τοιγαροῦν ἀγράφως τῆς Ἐκκλησίας παραδεμένων, καὶ μέχρι τοῦ νῦν πεφυλαγμένων, τί περὶ τὰς εἰκόνας; σμικρολογεῖτε; (II, 16) In: DAMASCENI, S. Joannis. *Oratio II. Adversus Eos Qui Sacras Imagines Abjiciunt*. In: *Patrologiae Graecae Tomus XCIV*. S. Joannes Damascenus. p. 72-1301.

<sup>235</sup> DAMASCENO, João. “Εἰ δὲ λέγεις τὸν μακάριον Ἐπιφόνιον τρανῶς τὰς παραλήμιν ἀπαγορευῆσαι εἰκόνας, γινῶθι ὡς ἐπίπλαστος ὁ λόγος, ἄλλου τινὸς τῷ τοῦ θεοῦ Ἐπιφαντείου χρησαμίνου ὀνόματι, οἷα πολλά συμβαίνει γίνεσθαι. (II, 18) In: DAMASCENI, S. Joannis. *Oratio II. Adversus Eos Qui Sacras Imagines Abjiciunt*. In: *Patrologiae Graecae Tomus XCIV*. S. Joannes Damascenus. pp. 1304-1305.

Se eu venero e reverencio a cruz e a lança e a vara e a esponja, com os quais os judeus decididos insultaram meu Senhor e o mataram, como a causa da minha salvação, não hei de venerar as imagens dos sofrimentos de Cristo, formadas com um bom propósito por aqueles que acreditam em sua glória e em sua memória? Se eu venerar a imagem da cruz, feita de qualquer madeira, não hei de venerar a imagem do crucificado, mostrando a cruz salvadora? Que eu não venero a matéria é fato. Dessa vez a cruz típica é destruída, e (dizem) é feita de madeira, em seguida, vou entregar a madeira para o fogo, e o mesmo farei com as imagens. (II, 19)<sup>236</sup>

Logo após, Damasceno ressalta que as imagens e sua veneração não são práticas novas, sendo uma antiga tradição da Igreja:

Que esta invenção de imagens e sua veneração não são nada novas, mas uma antiga tradição da Igreja, aceita a partir de uma série de provérbios bíblicos e patrísticos. (II, 20)<sup>237</sup>

Damasceno termina o tratado com a afirmação de que tudo que se tem feito em relação à fabricação de imagens e sua veneração está de acordo com a Lei da Igreja e que elas são uma forma de se chegar às realidades ininteligíveis:

Veja que a Lei e tudo feito de acordo com ela, assim como a nossa adoração, são coisas sagradas feitas à mão que nos levam por meio da matéria ao Deus imaterial, e que a Lei e tudo feito em conformidade com ela foi uma espécie de sombra da imagem advinda, isto é, da nossa veneração, e que a nossa adoração é uma imagem das coisas boas que surgem, as próprias realidades, que é a Jerusalém elevada, imaterial e não feita à mão, como o mesmo apóstolo divino diz, "Porque não temos aqui nenhuma cidade permanente, mas buscamos aquela que é de Deus". Tudo de acordo com a lei, e tudo em

<sup>236</sup> DAMASCENO, João. Εἰ σταυρὸν, καὶ λόγχην, καὶ κάλαμον, καὶ σπόγγον, δι ᾧν οἱ θεοκτόνοι. Ἰουδαῖοι τὸν Κύριόν μου ἐνύβρισαν καὶ ἀπέκτειναν, ὡς αἴτια σωτηρίας προσκυνῶ καὶ σέβω, τὰς ἐπὶ δόξη καὶ μνήμῃ τῶν τοῦ Χριστοῦ παθημάτων ἀγαθῶ σκοπῶ ὑπὸ τῶν πιστῶν κατασκευαζόμενα; εἰκόνας οὐ προσκυνήσω; Εἰ σταυροῦ εἰκόνα ἐξ οἴασούν ὕλης κατασκευασθεῖσον προσκυνῶ, τοῦ σταυρωθέντος, καὶ τὸν σταυρὸν σωτήριον δειξάντος τῆς εἰκόνα οὐ προσκυνήσω; Ο ἄπανθρωπίας. Ὅτι δέ τῇ ὕλῃ προσκυνῶ, δῆλον καταλυθέντος γὰρ τοῦ ἐκτυπώματος τοῦ σικυροῦ, εἰ τύχοι ἐκ ξύλου κατασκευασμένου, πυρὶ τὸ ξύλον παραδίδομι, ὁμοίως καὶ τῶν εικόνων. (II, 19) In: DAMASCENI, S. Joannis. *Oratio II. Adversus Eos Qui Sacras Imagines Abjiciunt*. In: *Patrologiae Graecae Tomus XCIV*. S. Joannes Damascenus. p. 1305.

<sup>237</sup> DAMASCENO, João. Κ' Ὅτι δὲ νέον τὸ τῶν εικόνων ἐφεύρημα, καὶ ἡ τούτων προσκύνησις, ἀλλ' τῆς Ἐκκλησίας παράδοσις, δέχου τῶν Γπραφικῶν καὶ Πατριῶν χηρήσεων τὸν ἔσμὸν. (II, 20) In: DAMASCENI, S. Joannis. *Oratio II. Adversus Eos Qui Sacras Imagines Abjiciunt*. In: *Patrologiae Graecae Tomus XCIV*. S. Joannes Damascenus. p. 1305.

conformidade com a nossa adoração, aconteceu para o nosso próprio bem. A ele seja a glória para todo o sempre. (II, 23)<sup>238</sup>

É possível perceber, assim, como os dois primeiros tratados são parecidos de uma forma geral e como Damasceno se aprofunda nos argumentos relativos à veneração e encarnação. Em suma, o que esse segundo tratado traz de diferente é a crítica direta à pessoa do imperador e uma crítica mais contundente aos judeus e ao maniqueísmo.

### 2.3.3. O Terceiro Tratado

João Damasceno inicia o seu terceiro e último tratado reiterando a afirmação de que não se deve receber nenhuma ordem acerca dos assuntos eclesiásticos que não seja dada pela própria Igreja Católica, através dos Santos Apóstolos, Padres e sínodos, mesmo que essas ordens venham a partir de um anjo ou imperador:

Se um anjo, ou um imperador, proclamar a você, além do que foi recebido, fechai os ouvidos. No momento eu hesito em dizer, como o divino apóstolo disse: "Que ele seja anátema!", Pois ele pode receber a correção. (III, 3)<sup>239</sup>

Alega também que aquele que destrói uma imagem feita em memória de Cristo, Sua Mãe ou dos santos é um inimigo de Cristo, Sua Mãe e dos santos e,

<sup>238</sup> DAMASCENO, João. Ὅρα ὅτι καὶ ὁ νόμος καὶ πάντα τὰ κατ' αὐτὸν, πᾶσά τε ἢ καθ' ἡμᾶς λατρεία, χειροποιήτα εἰσὶν ἅγια, δι' ὕλη; προσάγοντα ἡμᾶς τῷ ἁγίῳ Θεῷ. Καὶ ὁ μὲν νόμος, καὶ πάντα τὰ κατὰ τὸν νόμον, σκιαγραφία τις ἦν τῆς μελλούσης εἰκόνης, τουτέστι τῆς καθ' ἡμᾶς λατρείας· ἡ δὲ καθ' ἡμᾶς λατρεία, εἰκὼν τῶν μελλόντων ἀγαθῶν ἀγαθῶν αὐτά δὲ τὰ πράγματα, ἡ ἄνω Ἱερουσαλήμ, ἁγίος καὶ ἀχειροποιήτος, καθύψιστος φησὶν ὁ αὐτὸς θεὸς Ἀπόστολος. Οὐ γὰρ ἔχομεν ὠδε μένουσαν πόλιν, ἀλλὰ τὴν μέλλουσαν ἐπιζυνοῦμεν, ἣτις ἐστὶν ἡ ἄνω Ἱερουσαλήμ, ἡς τεχνίτης καὶ δημιουργὸς ὁ Θεός. Πάντα γὰρ τὰ τε κατὰ τὸν νόμον, καὶ τὰ κατὰ τὴν ἡμετέραν λατρείαν, ἐκείνης χάριν ἐγένοντο αὐτῷ ἢ δόξα εἰς τοὺς αἰῶνας αἰώνων. (II, 23) In: DAMASCENI, S. Joannis. *Oratio II. Adversus Eos Qui Sacras Imagines Abjiciunt*. In: *Patrologiae Graecae Tomus XCIV*. S. Joannes Damascenus. p. 1309.

<sup>239</sup> DAMASCENO, João. Κἄν ἄγγελος, καν βασιλεύς ἐγγελίζεται ὑμᾶς παρ' ὃ παρελάδετε, κλείσατα τὰς ἀκοάς ὀκνῶ γὰρ τέως εἰπεῖν, ὡς φησὶ ὁ θεὸς Ἀπόστολος. Ἀνάθεμα ἔστω, ἐκδεχόμενος τὴν διόρθωσιν. (III, 3) In: DAMASCENI, S. Joannis. *Oratio III. Adversus Eos Qui Sacras Imagines Abjiciunt*. In: *Patrologiae Graecae Tomus XCIV*. S. Joannes Damascenus. p.1321.

defensor do Diabo e de seus demônios. Defende que a imagem é um triunfo, manifestação e memória da vitória dos mais bravos e vergonha dos derrubados:

Que todos saibam, portanto, que qualquer um que tenta destruir uma imagem trazida à existência fora do anseio divino e zelo pela glória e memória de Cristo, ou de sua Mãe divina Theotokos, ou de um dos santos, ou ainda para desgraça do diabo, da derrota do mesmo e de seus demônios, que foi, veementemente retratada, venerada, honrada ou saudada como imagem tão preciosa e não como Deus, é um inimigo de Cristo e da Santa Mãe de Deus e dos santos, é um defensor do diabo e seus demônios, e mostra por seu ato seu infortúnio e que Deus e seus santos são honrados e glorificados, e o diabo desonrado. (III, 10)<sup>240</sup>

Logo após, através de uma passagem das Escrituras, Damasceno explica que os Apóstolos viram Cristo corpóreo, o que Ele sofreu e os Seus milagres, já que Ele estava presente para eles. Como Ele não está presente para nós de forma corpórea, somos abençoados por Cristo através dos Seus livros, que devem ser honrados, assim como a Sua representação por meio de imagens, pelas quais podemos ver Cristo corporalmente, pois contemplando a Sua forma física é possível compreender a glória de Sua divindade:

O Senhor abençoou os seus discípulos, dizendo: "Muitos reis e profetas desejaram ver o que você vê, e eles não viram, e ouvir o que ouvis, e não ouviram. Bem-aventurados são os vossos olhos, porque veem, e os vossos ouvidos, porque ouvem ". Portanto, os apóstolos viram Cristo corpóreo e o que ele sofreu e seus milagres e ouviram as suas palavras; nós também desejamos ver e ouvir e ser abençoados. Eles viram face a face, uma vez que ele se fez presente para eles fisicamente; no nosso caso, no entanto, uma vez que ele não está presente corporalmente, mesmo quando nós ouvimos as suas palavras através de livros e somos santificados em nossos ouvidos e através dele nós somos abençoados em nossa alma, e veneramos e honramos os seus livros, por meio dos quais nós ouvimos as suas palavras, assim também por meio da representação de imagens contemplamos a forma de seu caráter

<sup>240</sup> DAMASCENO, João. Γινωσκέτω οὖν πᾶς ἄνθρωπος, ὡς ὁ τὴν εἰκόνα τὴν πρὸς δόξαν καὶ ὑπόμνησιν τοῦ Χριστοῦ καὶ τῆς τούτου Μητρὸς τῆς ἁγίας Θεοτόκου, ἢ τινος τῶν ἁγίων, ἔτι δὲ πρὸς αἰσχύνην τοῦ διαβόλου καὶ τῆς ἡττητῆς αὐτοῦ καὶ τῶν δαιμόνων αὐτοῦ, ἐκ θείου πόθου καὶ ζήλου γενομένην, καταλύειν ἐπιχειρῶν, καὶ μὴ προσκυνῶν καὶ τιμῶν καὶ ἀσπαζόμενος πόθῳ τοῦ εἰκονιζομένου, ὡς εἰκόνα, καὶ οὐχ ὡς Θεὸν, ἐχθρὸς ἰέστι Χριστοῦ, καὶ τῆς ἁγίας Θεοτόκου, καὶ τῶν ἁγίων, ἐκδικητῆς δὲ τοῦ διαβόλου καὶ τῶν δαιμόνων αὐτοῦ, ἔργῳ ἐπιδεικνύμενος τὴν λύπην, ὅτι ὁ Θεὸς καὶ οἱ ἅγιοι αὐτοῦ τιμῶνται καὶ δοξάζονται, ὁ δὲ διὰ βολος καταισχύνεται. (III, 10) In: DAMASCENI, S. Joannis. *Oratio III. Adversus Eos Qui Sacras Imagines Abjiciunt*. In: *Patrologiae Graecae Tomus XCIV*. S. Joannes Damascenus. pp. 1332-1333.

corporal e os milagres e tudo o que ele suportou, e somos santificados e assegurados, e nos alegramos e somos abençoados, e reverenciamos, honramos e veneramos seu caráter corporal. (III, 12)<sup>241</sup>

Assim como no segundo tratado, afirma que o seu discurso é sobre imagem e veneração, e, como tal, é necessário responder a algumas questões acerca de ambas. Dessa forma, inicia com a interrogação acerca do que é imagem, respondendo, em seguida, que imagem é uma semelhança de algo que é retratado, mas não de forma idêntica como um arquétipo:

Em primeiro lugar, o que é imagem? Uma imagem é, portanto, uma semelhança, padrão e impressão de algo, mostrando em si mesma o que é retratado; no entanto, a imagem certamente não é como o arquétipo, isto é, o que é descrito, em todos os aspectos - pois as imagens são uma coisa e o que ela descreve é outra - e, certamente, a diferença é vista entre eles, uma vez que eles não são idênticos. (III, 16)<sup>242</sup>

A segunda questão feita por Damasceno é sobre a finalidade da imagem, entendida por ele como um manifesto que leva a algo oculto:

Em segundo lugar, qual é a finalidade da imagem? [...] a imagem foi elaborada para nos guiar ao conhecimento e para manifestar e abrir o que está oculto, certamente para nosso

<sup>241</sup> DAMASCENO, João. Ὁ Κύριος μακαρίζων τούς μαθητάς, εἶπε. Πολλοὶ βασιλεῖς καὶ προφῆται ἐπεθύμησαν ἰδεῖν ἃ βλέπετε, καὶ οὐκ εἶδον, καὶ ἀκούσαι ἃ ἀκούετε, καὶ οὐκ ἤκουσαν. Ἐγὼ δὲ μακάριοι εἰσιν οἱ ὀφθαλμοὶ, ὅτι βλέπουσι, καὶ ὠτα, ὅτι ἀκούουσιν. Εἶδον οὖν οἱ ἀπόστολος σωματικῶς τὸν Χριστὸν, καὶ τὰ πάθη, καὶ τὰ θαύματα αὐτοῦ, καὶ ἤκουσαν τῶν λόγων αὐτοῦ. ἐπιθυμοῦμεν καὶ ἡμεῖς ἰδεῖν, καὶ ἀκούσαι, καὶ μακαρισθῆναι. Εἶδον ἐκεῖνοι πρόσωπον πρὸς πρόσωπον, ἐπειδὴ παρῆν σωματικῶς ἡμεῖς δὲ, ἐπειδὴ σωματικῶς οὐ πάρεστιν, ὡσπερ διὰ βιβλίων ἀκούομεν τῶν λόγων αὐτοῦ, καὶ ἀγιαζόμεθα τὴν ἀκοήν, καὶ οἱ αὐτῆς τὴν ψυχὴν, καὶ μακαρίζόμεθα, καὶ προσκυνοῦμεν, τιμῶντες τὰς βίβλους, δὲ ὧν ἀκούομεν τῶν λόγων αὐτοῦ. οὕτως καὶ διὰ γραφῆς εἰκόνων θεωροῦμεν τὸ ἐκτύπωμα τοῦ σωματικοῦ χαρακτῆρος αὐτοῦ, καὶ τῶν θαυμάτων καὶ τῶν παθημάτων αὐτοῦ, καὶ ἀγιζόμεθα, καὶ πληροφορούμεθα, καὶ χαίρομεν, καὶ μακαρίζόμεθα, καὶ σέβομεν, καὶ τιμῶμεν, καὶ προσκυνοῦμεν τὸν χαρακτῆρα αὐτοῦ τὸν σωματικόν. Θεωροῦντες δὲ τὸν σωματικόν χαρακτῆρα αὐτοῦ, ἐννοοῦμεν ὡς δυνατόν καὶ τὴν δόξαν τῆς θεότητος αὐτοῦ. (III, 12) In: DAMASCENI, S. Joannis. *Oratio III. Adversus Eos Qui Sacras Imagines Abjiciunt*. In: *Patrologiae Graecae Tomus XCIV*. S. Joannes Damascenus. pp. 1333-1336.

<sup>242</sup> DAMASCENO, João. ὦτον, τι ἔστι εἰκὼν. Εἰκὼν μὲν οὖν ἔστιν ὁμοίωμα, καὶ παράδειγμα, καὶ ἐκτύπωμά τινος, ἐν ἑαυτῷ δεικνύον τὸ εἰκονιζόμενον. Πάντως δὲ οὐ κατὰ πάντα ἢ εἰκὼν τῷ πρωποτύπῳ, τουτέστι τῷ εἰκονιζομένῳ. ἄλλο γάρ ἐστιν ἢ εἰκὼν, καὶ ἄλλο τὸ εἰκονιζόμενον, καὶ πάντως ὁρᾶται ἐν αὐτοῖς διαφορά, ἐπεὶ οὐκ ἄλλο τοῦτο, καὶ ἄλλο ἐκεῖνο. Οἷόν τι λέγω. Ἡ εἰκὼν τοῦ ἀνθρώπου, εἰ καὶ τὸν χαρακτῆρα ἐκτυπύ τοῦ σώματος, ἀλλὰ τὰς ψυχικὰς δυνάμεις οὐκ ἔχει οὔτε γὰρ ζῆ, οὔτε λογίζεται, οὔτε φθέγγεται, οὔτε αισθάνεται, οὔτε μέλος κινεῖ καὶ ὁ υἱός, εἰκὼν ὧν τοῦ πατρὸς, ἔχει τι παρηλλαγμένον πρὸς αὐτὸν. Τίος γάρ ἐστι, καὶ οὐ πατήρ. (III, 16) In: DAMASCENI, S. Joannis. *Oratio III. Adversus Eos Qui Sacras Imagines Abjiciunt*. In: *Patrologiae Graecae Tomus XCIV*. S. Joannes Damascenus. p. 1337.

proveito e fazer o bem e a salvação, de modo que, à medida que aprendemos o que está oculto nas coisas gravadas e propaladas, estamos cheios de desejo e zelo para com o que é bom, e para evitar e odiar o oposto, isto é, o que é mau. (III, 17)<sup>243</sup>

Em seguida, questiona os diferentes tipos de imagem, explicando a existência de seis tipos, sendo o primeiro tipo de imagem a imagem natural, que é o que é por natureza, ou seja, o Filho do Pai; o segundo tipo é a vontade de Deus; o terceiro é o gerado por Deus, através da imitação, isto é, a espécie humana; o quarto tipo é o uso nas Escrituras de formas e figuras para a transmissão da concepção de Deus e dos anjos, descrevendo em forma corpórea o que é invisível e imaterial, sem a utilização de formas que levam a nós; o quinto tipo de imagem é a que prefigura e retrata antecipadamente o que está por vir; já o sexto e último tipo é a imagem feita para a memória, glória e honra daqueles que se sobressaíram em virtude. Explica que esse último tipo é duplo, sendo composto pelas letras que retratam as palavras e pelas coisas que podem ser vistas através do sentido da visão.

Em seguida, questiona o que deve ser ou não ser representado e como é qualquer coisa representada:

Para expor de forma simples: nós podemos fazer imagens de tudo com uma forma visível; entendemos essas coisas, assim como elas são vistas. Pois se a partir das palavras nós entendemos formas, porém pelo que vimos nós também chegamos a um entendimento deste assunto, então é também com cada um dos sentidos, a partir do olfato, paladar ou toque, que chegamos a compreender estas coisas através de palavras. (III, 24)<sup>244</sup>

<sup>243</sup> DAMASCENO, João. Δεύτερον, τίνος χάριν ἐστὶν ἡ εἰκὼν. [...] καὶ φανέρωσιν, καὶ δημοσίευσιν τῶν κεκρυμμένων, ἐπενοήθη ἡ εἰκὼν πάντως δὲ πρὸς ὠφέλειαν καὶ εὐεργεσίαν καὶ σωτηρίαν, ὅπως στηλιτευομένων καὶ θριαμδευομένων τῶν πραγμάτων, διαγνώμεν τὰ κεκρυμμένα, καὶ καλὰ ποθήσωμεν καὶ ζηλώσωμεν, τὰ δὲ ἐναντία, τουτέστι τὰ κακὰ, ἀποστραφῶμεν καὶ μισήσωμεν. (III, 17) In: DAMASCENI, S. Joannis. *Oratio III. Adversus Eos Qui Sacras Imagines Abjiciunt*. In: *Patrologiae Graecae Tomus XCIV*. S. Joannes Damascenus. p. 1337.

<sup>244</sup> DAMASCENO, João. Ἐπιπλὴ δὲ λόγῳ εἰπεῖν, δυνάμεθα ποιεῖν εἰκόνας πάντων τῶν σχημάτων, ὧν εἴβομεν δὲ ταῦτα, καθὼς ὠράθη εἰ γὰρ καὶ ἀπὸ τῶν λόγων, ἔσθ' ὅτε κατανοοῦμεν σχήματα, ἀλλ' ἐξ ὧν εἶδομεν, καὶ ἐπὶ τὴν τούτων ἐρχόμεθα κατανόησιν. Οὕτω καὶ ἐφ' ἐκάστη αἰσθήσεως, ἐξ ὧν ὠσφράνθημεν, ἢ ἐγευσάμεθα ἢ ψάμεθα, διὰ λόγων ἐπὶ τὴν τούτων ἐρχόμεθα κατανόησιν. (III, 24) In: DAMASCENI, S. Joannis. *Oratio III. Adversus Eos Qui Sacras Imagines Abjiciunt*. In: *Patrologiae Graecae Tomus XCIV*. S. Joannes Damascenus. p. 1344.

Sobre a imagem, a última questão feita por Damasceno é sobre quem primeiro teria feito imagens, sendo a resposta, Deus:

Quem primeiro produziu as imagens? O próprio Deus primeiro gerou seu Filho Unigênito e a Palavra, sua vida e imagem natural, a impressão exata de sua eternidade; então ele fez a espécie humana, de acordo com a sua imagem e semelhança. (III, 26)<sup>245</sup>

Posteriormente, inicia as questões referentes à veneração, questionando, primeiramente, o que é a mesma:

No que diz respeito à veneração: o que é veneração? Veneração, portanto, é um sinal de submissão, de subordinação e humildade. Os tipos de veneração são vários. (III, 27)<sup>246</sup>

Logo após, indaga quais são as formas de veneração, confirmando a existência de cinco, que se dividem em veneração de culto, de admiração, de ação de graça, de necessidade e de arrependimento e confissão, explicando cada uma dessas formas.

Damasceno explana ainda acerca dos objetos de veneração que são encontrados nas Escrituras e quais as formas de veneração que se deve dar a cada um deles. Termina o terceiro tratado defendendo que se deve receber a tradição da Igreja sem discussões, não se permitindo aprender uma nova fé. Novamente, afirma que venerar as imagens não é como venerar a matéria, mas sim aquele que nela é representado. Por fim, apresenta as citações patrísticas como foi feito nos dois primeiros tratados:

Não vamos nos permitir aprender uma nova fé, como se estivéssemos sentados em julgamento sobre a tradição dos santos Padres. Pois o apóstolo divino diz: "Se alguém vos pregar outro evangelho além do que já recebestes, seja anátema". Nós, portanto, veneramos as imagens, não

<sup>245</sup> DAMASCENO, João. Τις πρῶτος ἐποίησεν εἰκόνα. Αὐτός ὁ Θεὸς πρῶτος ἐγέννησε τὸν μονογενῆ Γιόν καὶ Λόγον αὐτοῦ, εἰκόνα αὐτοῦ ζῶσαν, φυσικὴν, ἀπαράλλακτον χαρακτηῖρα τῆς αὐτοῦ αἰδιότητος. ἐποίησι τε τὸν ἄνθρωπον καὶ εἰκόνα αὐτοῦ καὶ καθ' ὁμοίωσιν. (III, 26) In: DAMASCENI, S. Joannis. *Oratio III. Adversus Eos Qui Sacras Imagines Abjiciunt*. In: *Patrologiae Graecae Tomus XCIV*. S. Joannes Damascenus. p. 1345.

<sup>246</sup> DAMASCENO, João. Περὶ προσκυνήσεως τί ἐστι προσκύησις; Προσκύνησις τοίνυν ἐστὶ σημεῖον υποτάσεως, τουτέστιν, υποτάσεως καὶ ταπεινώσεως τρόποι δὲ προσκυνήσεως εἰσι πλείστοι. (III, 27) In: DAMASCENI, S. Joannis. *Oratio III. Adversus Eos Qui Sacras Imagines Abjiciunt*. In: *Patrologiae Graecae Tomus XCIV*. S. Joannes Damascenus. p. 1348.

oferecendo veneração à matéria, mas através delas para aqueles que são retratados nelas. "Pois a honra oferecida à imagem chega até o arquétipo", como diz o Basílio divino. Tendo falado da diferença entre os ídolos e imagens, e tendo ensinado a definição de imagens, eis que agora apresentarei as [patrísticas] citações, como temos vindo a desenvolver. (III, 41)<sup>247</sup>

Após a análise desse terceiro e último tratado é possível observar que os três tratados expõem sobre as mesmas questões que se referem à imagem e sua veneração. No entanto, percebemos que, nesse terceiro, Damasceno procura se aprofundar nos temas, descrevendo-os com maior riqueza de detalhes. Podemos afirmar, assim, que apesar de abordarem o mesmo assunto, os tratados seriam um complemento do outro, já que em cada um pode-se notar a inclusão de um determinado tema ou argumentos novos.

#### 2.4. Considerações sobre Damasceno e os três tratados em defesa das imagens

De uma forma geral, os três tratados escritos por São João Damasceno no decorrer da crise iconoclasta apresentam uma defesa das imagens através do apelo à verdade e tradição. Para tanto, se utiliza de outros conceitos como encarnação, veneração, memória, honra e protótipo para demonstrar a validade da fabricação e culto da imagem. Suas obras são, assim, um discurso sobre imagem e veneração, e sobre a definição de ambos esses termos. Para Andrew Louth<sup>248</sup>, mais do que uma simples defesa das imagens e de sua veneração, as obras de Damasceno foram uma defesa do lugar ocupado pelos ícones na teologia cristã.

De acordo com Isabel Maria L. C. A. Cardoso<sup>249</sup>, os escritos de João Damasceno, integrados em um grande número de obras, têm a preocupação de discutir polêmicas teológicas dentro dos ensinamentos e escritos dos Santos Padres da Igreja, por isso a inclusão do *Florilégio* no fim de cada tratado, isto é, as citações patrísticas utilizadas para comprovar os seus argumentos. A autora afirma que o objetivo do monge seria o de internalizar em seus leitores e nele

<sup>247</sup> DAMASCENO, João. Μὴ καταδεξώμεθα νέαν πίστιν μαθεῖν, ὡς κατεγνωσμένης τῆς τῶν ἁγίων Πατέρων παραδόσεως. Φησι γὰρ θεῖος Ἀπόστολος Ἐἴ τις ὑμᾶς εὐαγγελίζεται παρ' ὃ παρελάβετε, ἀνάθεμα ἔστω. Προσκυνοῦμεν οὖν ταῖς εἰκόσιν, οὐ τῇ ὕλη προσφέροντες τὴν προσκύνησιν, ἀλλὰ δι' αὐτῶν τοῖς ἐν αὐτοῖς εἰκονιζομένοις. Ἡ γὰρ τῆς εἰκότος τιμὴ ἐπὶ τὸ πρωτότυπον διαβαίνει, καθὼς φησιν ὁ θεῖος Βασίλειος. (III, 41) In: DAMASCENI, S. Joannis. *Oratio III. Adversus Eos Qui Sacras Imagines Abjiciunt*. In: *Patrologiae Graecae Tomus XCIV*. S. Joannes Damascenus. p. 1357.

<sup>248</sup> LOUTH, 2002.

<sup>249</sup> CARDOSO, 2013.

mesmo o sentimento de pertencer à comunidade cristã universal, já que Damasceno se encontra fora dos domínios bizantinos, e em um território dominado pela cultura e religião islâmica.

Cardoso afirma ainda que os três tratados consistiram em reconhecer e esclarecer o problema terminológico presente na definição dos termos imagem (εικόν) e veneração (προσκύνησις), sendo o significado de imagem a realidade representada, sendo, por isso, impossível representar Deus por este ser invisível e inatingível, já que sua representação seria considerada idolatria. Já o significado de veneração, no contexto de venerar Deus, seria o de adoração, reverência esta que só pode ser oferecida a Ele. Assim, para a autora, “a honra prestada às imagens passa ao protótipo e que há uma distinção entre adoração (λατρεία), somente prestada a Deus, e veneração (προσκύνησις)”.<sup>250</sup>

Dessa forma, Cardoso salienta que a base da argumentação de João Damasceno está na afirmação de que Deus se deixou conhecer através da encarnação de Seu Filho, que é possível de ser representado:

São João Damasceno defende que a Encarnação implica a possibilidade de representação, não tanto da natureza humana de Cristo, mas sobretudo da hipóstase do Verbo. Neste sentido, negar a representação figurativa do Senhor Jesus significa afirmar que a Encarnação não existiu.<sup>251</sup>

Renato Viana Boy<sup>252</sup> chama a atenção para a diferenciação que Damasceno faz entre o ícone e a pessoa representada no mesmo, isto é, o protótipo, procurando demonstrar a dificuldade de distinção dessas ideias para os fiéis que nem sempre tinham conhecimento das mesmas ou as compreendiam:

Damasceno tentou frisar a diferença entre o protótipo e o ícone que o representa, embora argumentasse que ambos se refiram a mesma *hipóstase*. Mesmo que os principais teólogos dos ícones tentassem definir de maneira clara e coerente que o protótipo é uma coisa e sua representação outra, o próprio culto a uma imagem depende, na consciência do fiel, dessa fusão entre a pintura e a pessoa nele representada. Besançon faz uma crítica a Damasceno, baseado no fato de ele não conseguir perceber o que diferencia a valorização da matéria do ícone em seus escritos de tais práticas supersticiosas. Era como se o ícone

---

<sup>250</sup> CARDOSO, 2013, p. 69

<sup>251</sup> *Ibidem.*

<sup>252</sup> BOY, 2008.

tivesse os atributos da pessoa representada, como, por exemplo, o poder de curar os fiéis.<sup>253</sup>

Além disso, Boy atenta também para a distinção entre adoração e veneração, afirmando que o argumento de Damasceno para o discernimento dos cristãos sobre esses termos é frágil:

Lowden observa o que esse argumento tem de superficial e frágil. Concordamos com esse autor quando ele afirma que para que essa diferenciação entre adoração e veneração fosse corretamente observada, cada cristão individualmente deveria observar essa “sutil distinção” entre as duas atitudes citadas. Por haver evidências de que, muitas vezes na história do Cristianismo, as práticas não coincidam com as idéias pregadas, vale questionar se todo cristão possuía conhecimento necessário para diferenciar um culto de veneração de uma adoração e, mais ainda, se observava essas sutis diferenciações durante sua prática de culto.<sup>254</sup>

Assim como já observamos neste trabalho em relação à utilização dos mesmos argumentos tanto pelos iconoclastas quanto por João Damasceno para a defesa de seus diferentes propósitos, Boy também observou esse aspecto quanto à argumentação de Damasceno de que a iconoclastia é que seria uma inovação que fugiria às tradições eclesiásticas e não a produção e culto das imagens:

Chama a atenção o fato de João Damasceno inverter a alegação iconoclasta de ruptura com a tradição. Os bispos iconoclastas afirmavam que os ícones eram uma invenção dos pintores, que iria de encontro a uma proibição bíblica. Na *Apologia* de Damasceno é a iconoclastia (e não o culto dos ícones) que é abordada como uma ruptura em relação a uma tradição cristã, uma inovação na Igreja. E recomenda ainda aos fiéis que não sigam esse caminho de inovações, contrárias a toda uma tradição de costumes e ensinamentos.<sup>255</sup>

Como se sabe, após o fim definitivo da iconoclastia em 843, podemos observar a origem de um período de apogeu da arte religiosa bizantina entre os séculos IX e X, no qual Boy levanta a hipótese de que

na ausência de um grande número desses ícones, os escritos do monge de Damasco teriam se tornado importantes referenciais teóricos para que a produção dessas imagens continuassem a

---

<sup>253</sup> BOY, 2008, p. 167.

<sup>254</sup> BOY, 2008, p. 165.

<sup>255</sup> *Ibidem*, pp. 166-167.

seguir um mesmo padrão após o *Synodikon* da Ortodoxia em 843.<sup>256</sup>

O autor afirma, com isso, que não despreza a relevância das tradições não escritas referentes à produção e culto dos ícones, mas sim, busca “valorizar essa obra como o primeiro esforço de um cristão na busca de uma teoria em torno de um dos mais importantes objetos da cultura material do Cristianismo Ortodoxo bizantino”.<sup>257</sup>

Neste sentido, sobre os aspectos gerais dos três tratados, o primeiro nos apresenta um debate acerca da imagem através dos conceitos de verdade e salvação, tradição escrita e não escrita, idolatria em meio a um discurso anti-judaico, veneração, honra, memória e protótipo. No *Florilégio* que surge no final do tratado podemos observar o uso de vários nomes importantes da Igreja, além das passagens citadas das Escrituras que observamos em todo o texto. O nome que aparece por mais vezes nesse primeiro tratado, tanto de forma direta quanto de forma indireta, pois João Damasceno opta por citar o nome em um parágrafo e no outro apenas usar a expressão “o mesmo”, é o de São Basílio, citado treze vezes (linhas 34; 35; 36; 37; 38; 39; 40; 42; 44; 46; 47; 51; 60); seguido por São Gregório de Nissa, quatro vezes (linhas 48; 49; 50; 52) e São Dionísio Areopagita, também quatro vezes (linhas 28; 29; 30; 32); por duas vezes São João Crisóstomo (linhas 53; 61), Leôncio de Neapólis (linhas 54; 56) e Severiano de Gabala (linhas 57; 58) e uma única vez Epifânio (linha 57), Sofrônio de Jerusalém (linha 64), Vida de Santa Eupraxia (linha 62) e Vida de Santa Maria do Egito (linha 63).<sup>258</sup>

Já o segundo tratado, apesar de abordar os mesmos conceitos utilizados no primeiro, se difere deste por apresentar ataques diretos aos imperadores Leão III e Constantino V, precursores do iconoclasmo, além de novamente expressar um discurso anti-judaico, com a inserção ainda de discursos anti-pagão e anti-maniqueísta. O *florilégio* é composto, de acordo com Andrew Louth<sup>259</sup>, pelo *florilégio* do primeiro tratado, linhas 28 a 68, com novas passagens inseridas entre

<sup>256</sup> *Ibidem*, p. 168.

<sup>257</sup> BOY, 2008, p. 168.

<sup>258</sup> É preciso esclarecer que na tese de Isabel Maria Cardoso podemos encontrar um quadro composto por esses nomes com as respectivas linhas em que os mesmos podem ser encontrados nos três tratados de São João Damasceno. No entanto, optamos por não utilizá-lo, por encontrarmos diferenças significativas quanto aos nomes citados (ao fazer a comparação faltavam ou sobravam autores) e à quantidade de vezes que os mesmos se manifestam. Concluímos que isso pode ter ocorrido devido ao uso de versões e traduções diferentes das obras. Para visualização, análise e comparação, ir em: CARDOSO, 2013, pp. 106-107.

<sup>259</sup> LOUTH, 2003, p. 78.

as linhas 63 e 64 do primeiro tratado e inseridas entre as linhas 59 e 67 do segundo tratado.

Sendo assim, o segundo tratado é composto além das citações já mencionadas do primeiro, com as linhas 60 a 66 a mais. Os autores citados são São Basílio por treze vezes (linhas 34; 35; 36; 37; 38; 39; 40; 42; 44; 46; 47; 51; 60); seguido por seis vezes São João Crisóstomo (linhas 53; 61/ 60\*; 61\*; 62\*; 63\*); São Gregório de Nissa, quatro vezes (linhas 48; 49; 50; 52) e também quatro vezes, São Dionísio Areopagita (linhas 28; 29; 30; 32); por duas vezes, Leôncio de Neapólis (linhas 54; 56) e Severiano de Gabala (linhas 57; 58) e uma única vez Epifânio (linha 57), Sofrônio de Jerusalém (linha 64), Vida de Santa Eupraxia (linha 62), Vida de Santa Maria do Egito (linha 63), Santo Ambrósio de Milão (linha 64\*), Máximo, o Confessor (linha 65\*) e Anastácio Teópolis de Antioquia (66\*).<sup>260</sup>

O terceiro tratado segue a linha do primeiro e do segundo, porém, podemos perceber um maior aprofundamento do assunto, principalmente no que concerne aos problemas referentes à imagem e à veneração. Nesse tratado também notamos que Damasceno, assim como no segundo, faz ataques aos imperadores Leão III e Constantino, mas no geral defende a figura do imperador em si. Percebemos que o *Florilégio* desse terceiro tratado é maior e também contém um maior número de autores citados. Dentre eles, o que é mencionado por mais vezes, sendo dezesseis no total é São João Crisóstomo (linhas 51; 60; 65; 66; 75; 93; 94; 95; 102; 103; 104; 105; 110; 120; 121; 122); seguido por oito vezes tanto Basílio de Cesaréia (linhas 46; 47; 48; 53; 56; 58; 106; 118) quanto Eusébio de Cesaréia (linhas 67; 69; 70; 76\*; 77\*; 78\*; 79\*; 98\*<sup>261</sup>); por seis vezes São Gregório Nazianzo (linhas 64; 74; 107; 108; 109; 119), Teodoro (linhas 90; 97; 99; 100; 101; 130) e São Leôncio de Neapólis (linhas 84; 85; 86; 87; 88; 89); por quatro vezes Teodoreto de Chipre (linhas 55; 80; 81; 96); por três vezes Severiano de Gabala (linhas 52; 122; 123), Santo Atanásio de Alexandria (linhas 59; 114; 115) e Cirilo de Alexandria (linhas 61; 62; 63); por duas vezes São Dionísio Areopagita (linhas 43; 44), São Sofrônio de Jerusalém (linhas 132; 135), Estevão

<sup>260</sup> Os números que se encontram marcados com (\*) fazem parte das citações acrescentadas ao *Florilégio* do primeiro tratado para formar o *Florilégio* do segundo tratado. Optamos por seguir esses números para melhor compreensão e porque assim o autor Andrew Louth o faz na edição dos tratados que aqui utilizamos e que ele traduziu.

<sup>261</sup> Os números que se encontram marcados com (\*) são para indicar que se trata de um menção indireta a Eusébio de Cesaréia, por meio de sua obra *Vida de São Constantino*.

de Bostra (linhas 72; 73), Anastácio de Monte Sinai (linhas 91; 133) e Anastácio de Antioquia (linhas 127; 128); por uma vez Ambrósio de Milão (linha 116), Gregório de Nissa (linha 50), Isidoro diácono (linha 124), Arcádio de Chipre (linha 92), São Metódio (linha 138), Sócrates (linha 71), São Simeão (linha 126), Cirilo de Jerusalém (linha 117), Jerônimo de Jerusalém (linha 125), São Teodoro de Pentápolis (linha 113), João Malalas de Antioquia (linha 68) e Clemente de Alexandria (linha 112).

É possível perceber através desse balanço como os textos e nomes patrísticos são importantes na composição dos três tratados em defesa das imagens de São João Damasceno e como ele os usou de forma sistemática em sua argumentação. O uso desses escritos mostra sua ligação com a tradição da Igreja, a importância que ela tem em sua vida e como é necessário que ela seja defendida até mesmo de um imperador. Assim, será no terceiro e último capítulo deste trabalho que abordaremos de forma mais profunda a relação de Damasceno com a imagem imperial e os imperadores Leão III e Constantino V que deram início à política iconoclasta.

### CAPÍTULO 3

## A DEFESA DAS IMAGENS DE SÃO JOÃO DAMASCENO: CRÍTICA E FUNDAMENTAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO DO PODER IMPERIAL EM BIZÂNCIO

Como pudemos observar no primeiro capítulo, no que se refere ao poder imperial em bizantino, este geralmente é analisado pelos pesquisadores da iconoclastia a partir do âmbito religioso, do ponto de vista teocrático, assim como as fontes sobreviventes do período, já que as mesmas foram produzidas por membros da Igreja. Os próprios tratados de João Damasceno também foram quase sempre analisados pela perspectiva religiosa<sup>262</sup>.

Por isso, nossa abordagem dessas obras será feita por meio de outra perspectiva, no intuito de propor novas ideias que possam auxiliar na compreensão não apenas da crise iconoclasta em si, mas também e, principalmente, na compreensão da percepção de Damasceno sobre o período e sobre o poder do imperador e sua atuação como tal na sociedade bizantina.

Procuramos, assim, diferentemente dos demais colegas, inserir os três tratados de Damasceno dentro não só de uma perspectiva religiosa, mas também a partir da perspectiva do poder, neste caso, do poder imperial. Nosso intuito é demonstrar que mesmo uma obra vista como toda composta por um teor religioso pode ser também uma obra sobre política/poder.

Para tanto, faremos uso das ideias de Anthony Kaldellis<sup>263</sup> e sua defesa da existência de uma república bizantina e não de um governo totalmente teocrático, o que nos mostra que o imperador possuía outras competências enquanto representante da mais importante forma de poder em Bizâncio, além de sua missão teocrática. Para o autor, ambos os regimes – teocrático e republicano – não se excluíram mutuamente em Bizâncio, mas coexistiram.

Faremos uso também da obra de Hélène Ahrweiler<sup>264</sup> que defende a ideia de nacionalismo por parte dos bizantinos, a partir da ascensão do imperador Leão

---

<sup>262</sup> Abordagens do ponto de vista religioso dessas obras podem ser encontradas em autores como Bacarrea (2010), Boy (2008), Cardoso (2013) e Louth (2002).

<sup>263</sup> KALDELLIS, 2015.

<sup>264</sup> AHRWEILER, 1975, pp. 25-36.

III e a eclosão da iconoclastia, que nos demonstra também uma certa percepção de ideais republicanos existentes em Bizâncio.

Dessa forma, nosso intuito neste capítulo é, em primeiro lugar, tratar da questão republicana bizantina, para depois mostrar essa frente do poder que acreditamos ser defendida por João Damasceno em seus tratados para, enfim, tentar compreender a percepção de Damasceno enquanto uma percepção de quem está fora do Império.

### 3.1. Além da questão teocrática: a república bizantina

Como pudemos observar em autores como Gilbert Dagron<sup>265</sup> no primeiro capítulo, a “ideologia política bizantina” é quase sempre interpretada pelos pesquisadores do tema a partir da ideia teocrática do poder imperial, muito difundida através da obra de Eusébio de Cesaréia. O problema dessa concepção teocrática se encontra no fato de que parte do pressuposto de que a maioria da população bizantina compartilhava dessas crenças, ou seja, consentia a utilização das mesmas para o funcionamento do sistema imperial. No entanto, não há evidências que apontem que essa população compartilhava dessas concepções teocráticas.<sup>266</sup>

Dessa forma, Anthony Kaldellis<sup>267</sup> faz críticas aos pesquisadores que se utilizam do termo “ideologia” para designar a noção teocrática do poder imperial, pois “ideologia” deve ser utilizada para a compreensão das operações reais do âmbito político e nem sempre as “ideologias” foram ou são fabricadas para o benefício político das elites. “Ideologia política bizantina” representaria, assim, a sobrevivência das concepções republicanas romanas nas fontes, nos usos e na legitimação do poder em Bizâncio. Isso quer dizer que o modelo de monarquia bizantina seria uma monarquia republicana e não uma monarquia constituída através do direito divino do imperador, pois a percepção de que a pessoa do imperador era a personificação da “ideologia política bizantina” é controversa.<sup>268</sup>

Se a legitimidade do poder imperial fosse, assim, concebida a partir do direito divino, não haveriam regras humanas para a nomeação do imperador,

---

<sup>265</sup> DAGRON, 2007.

<sup>266</sup> Cf. KALDELLIS, 2015, pp. 1-14.

<sup>267</sup> *Ibidem.*

<sup>268</sup> *Ibidem.*

somente regras divinas, o que não é observável no decorrer da história bizantina. Se os bizantinos fossem realmente tão ortodoxos, não seriam encontradas nas fontes relatos de críticas da população aos imperadores, como também conspirações e rebeliões tanto a favor como contrárias a eles. Vários são os relatos que retratam a fragilidade do trono, que jamais poderiam ser explicados através da ideologia dominante que afirma que em Bizâncio somente existia a autocracia. Há de se concluir que os bizantinos eram romanos e, como tal, sua base política também era romana, logo, não concebida pelo direito divino. Roma não era apenas um nome de prestígio utilizado pelos imperadores bizantinos com fins de propaganda ou diplomáticos, mas sim a matriz que concebeu a moral do governo bizantino, que fazia de Bizâncio uma “*politeia romana*”, isto é, uma república.<sup>269</sup>

Sendo assim, não é adequado traduzir *politeia* como Estado, pois o seu sentido é bem mais amplo, apesar disso ser feito. A tradução de *politeia* seria república romana. Já o Estado seria parte integrada da política, que permitiria chegar ao bem comum. Política enquanto coletividade quer dizer que cada profissão, cargo, pessoa ou até mesmo o próprio imperador, tinham suas funções bem definidas para a sobrevivência de todos. Portanto, a *politeia* e a *basileia* eram inseparáveis, pois era impossível ter política sem um Estado e este passou a ser monárquico.<sup>270</sup>

Como já foi destacado, monarquias e repúblicas são consideradas pelas definições modernas enquanto modelos de regimes mutuamente excludentes, já que os termos “República” e “Império” são utilizados para distinguir duas fases romanas. Porém, a *res publica* em uso romano e *politeia* no grego bizantino não se referem a um modelo de regime para a organização política, mas sim ao uso do poder do Estado em um contexto de soberania popular. Isto é, diz respeito ao interesse do coletivo e uma monarquia pode sim ser uma república dentro desse contexto. Neste sentido, é enganosa e ilusória a ideia de que em Bizâncio desapareceu toda e qualquer pretensão de republicanismo, restando somente a figura do imperador enquanto um monarca autocrático.<sup>271</sup>

Dessa forma, tem-se como consequência dessa falha referente à “ideologia política bizantina” a ideia de que apenas o imperador era o local político

<sup>269</sup> Cf. KALDELLIS, 2015, pp. 1-14.

<sup>270</sup> *Ibidem*, pp. 13-31.

<sup>271</sup> *Ibidem*.

relevante, com a idealização de uma política constituída a partir de uma concepção divina, com um imperador e seus instrumentos de governo e uma massa de indivíduos que se viam sem outras chances a não ser o fato de possuírem uma religião e de que eram súditos do imperador. Essa falha estaria na negação da identidade romana de Bizâncio.<sup>272</sup>

Parte desse problema estaria, assim, na divergência na utilização ou não do vocábulo “Estado” e suas implicações nas eras anteriores à Era Moderna, por se tratar de um termo moderno. No entanto, a designação de Bizâncio enquanto um Estado é aceito por quase todos os pesquisadores, – inclusive nós – sendo o “Estado” entendido enquanto um instrumento de governo, no qual o imperador não governava sozinho, sendo auxiliado por seus funcionários e soldados que tinham suas funções que visavam o bem comum dos romanos. Isto é, serviam não só ao imperador, mas à *res publica*.<sup>273</sup>

Essa ideia de “Estado” em Bizâncio pode ser ilustrada com a questão referente à divisão do público e privado que era um princípio básico para os romanos e bizantinos, estes enquanto herdeiros dos primeiros. O que era considerado público pertencia aos interesses da comunidade, enquanto o que era considerado privado aos interesses individuais. Da mesma forma havia a diferenciação do Direito público do Direito privado, na qual o Direito público respeitava o estabelecimento da *res publica* e o Direito privado dos indivíduos. Dessa maneira, os imperadores agiam de acordo com os limites de seu poder, pois faziam parte de um sistema de governo que não pertencia a eles. É preciso salientar que muitos tiveram a oportunidade de abusar de seu poder, e assim o fizeram. Porém, toda ação estatal deveria ser justificada como uma ação que dizia respeito ao bem comum, pois este era o objetivo e função do imperador.<sup>274</sup>

No que se refere ao Direito é preciso destacar o papel da lei e os seus limites na definição da concepção da “república bizantina romana”, já que há uma discussão entre pesquisadores modernos acerca do consenso de que o governante devesse ser governado pela lei, porém, ao mesmo tempo, como isso poderia acontecer se o monarca era quem emitia, mudava, anulava ou até podia ignorar a lei? Há de se destacar, por outro lado, que o monarca não era o único que poderia

---

<sup>272</sup> Cf. KALDELLIS, 2015, pp. 37-33.

<sup>273</sup> *Ibidem*.

<sup>274</sup> *Ibidem*.

agir além do estabelecido nas leis, pois quando, por exemplo, a população queria depor um imperador, ela o fazia, visto que a república era do povo.<sup>275</sup>

Neste sentido, a lei tinha como finalidade promover os valores da comunidade e proteger o bem comum dos interesses privados, sendo essa definição o que diferenciava os romanos dos bárbaros. O oposto da *politeia* segundo esse conceito de bem comum era a escravidão, já que a mesma levava à perda da liberdade que era garantida através da lei.<sup>276</sup>

No que concerne à relação do imperador com a lei, como já foi destacado, a grande questão que se faz é se o mesmo está sujeito ou acima da lei. Para ser considerado bom imperador era preciso estar submisso às leis, enquanto que para ser considerado mau imperador bastava agir por fora da lei. No entanto, há de se destacar que mesmo se submetendo às leis como a maioria dos imperadores fizeram, era certo que o imperador estava acima das mesmas, pois o imperador era a autoridade legislativa. Para escapar dessa contradição seria preciso, assim, aceitar a prevalência da ideia de *politeia*, pois no contexto da mesma, o princípio regente não era a lei em si, mas sim o bem comum da república. Nessa perspectiva a função do imperador também seria o bem comum e as leis seriam o seu instrumento para proteger a república dos interesses privados. Dessa forma, leis específicas não eram fixas, eram apenas mecanismos temporários para a proteção dos bens comuns, sendo o mesmo válido para as leis eclesiásticas.<sup>277</sup>

Como o princípio era o bem comum e não apenas a lei escrita, esta última poderia ser considerada uma má lei, enquanto um ato imperial considerado ilegal viesse a se tornar legal e elogiado pela justiça que ele representasse.<sup>278</sup> O contrário também poderia se repetir, como pudemos observar na era da crise iconoclasta, na qual a nova lei do imperador foi considerada uma lei que regia contra os princípios eclesiásticos. Assim, tanto a lei quanto o imperador podiam ser entendidos como agentes da república que deveriam trabalhar juntos em prol do bem dos romanos.<sup>279</sup>

É preciso destacar ainda o que concerne à questão da soberania do povo bizantino e como a mesma se exercia na teoria e na prática. Na teoria o povo era

---

<sup>275</sup> Cf. KALDELLIS, 2015, pp. 62-88.

<sup>276</sup> *Ibidem.*

<sup>277</sup> *Ibidem.*

<sup>278</sup> *Ibidem.*

<sup>279</sup> *Ibidem.*

soberano em Bizâncio, o que era entendido pelas pessoas e por quase todos os imperadores, menos por aqueles que queriam manter-se no poder a qualquer custo. Assim, os imperadores eram considerados legítimos apenas quando foram aclamados pela população, o que fazia de Bizâncio uma república, já que se baseava no apoio popular para a legitimação de seu líder.<sup>280</sup>

Desse modo, o termo “soberania” para Kaldellis designa a forma pela qual uma sociedade politicamente unificada fundamenta a legitimidade das suas instituições políticas. No entanto, no caso bizantino é muito utilizado pelos estudiosos o termo “soberania” para se referir à figura do imperador, o que é muito complexo, pois esse modelo não contempla o que fundamenta a legitimidade do regime, mas apenas aquele que detém o poder, neste caso, o imperador. Certamente era de se esperar que os indivíduos servissem o imperador, devido à posição do mesmo na sociedade, porém, ao mesmo tempo era esperado do imperador que ele também servisse ao povo. Constata-se, desse modo, que a relação entre imperador e súditos era uma relação complementar e assimétrica, visto que as duas partes eram de alguma forma desiguais. Assim, é preciso não confundir soberania com o governo, isto é, o exercício do poder político que o povo transmite ao imperador.<sup>281</sup>

Kaldellis faz ainda comparação entre o modelo de república e soberania defendido tanto por Rousseau quanto por Hobbes. O primeiro teria defendido que república seria qualquer Estado que fosse governado por leis, ou seja, todo governo legítimo seria republicano. Defendeu ainda que para o governo ser legítimo, o governo não deveria ser confundido com o soberano e, dessa forma, a própria monarquia poderia ser uma república. Já o segundo, diferentemente do primeiro, não teria pensado a soberania separada do governo, o que supõe que o povo não poderia questionar. Bizâncio seria, assim, uma república, pois poucos foram os imperadores que não foram questionados e acusados de injustiça. A principal diferença entre um tirano e um *basileus* legítimo seria o fato de que o tirano não recebe o poder através das pessoas, mas toma-o pela força.<sup>282</sup>

Neste sentido, como já foi observado, para ser imperador em Bizâncio era necessário ser eleito e elevado em uma cerimônia pública, pois somente assim

---

<sup>280</sup> Cf. KALDELLIS, 2015, pp. 87-117.

<sup>281</sup> *Ibidem.*

<sup>282</sup> *Ibidem.*

seria legítimo. No entanto, é preciso destacar que raramente o povo era ativo no processo de eleição dos imperadores, sendo necessário somente no processo de legitimação e/ou deposição por impopularidade. A sucessão também não era considerada uma questão legal, mas sim uma questão política.<sup>283</sup>

Já na prática não havia nenhuma lei que definia a finalidade e o âmbito do exercício monárquico dentro da república e nem constituições escritas que definissem a finalidade do poder do imperador, nem que estabelecessem limites ao mesmo ou que regulamentavam a sucessão. O legítimo poder do povo era extralegal e fora do funcionamento das instituições estatais.<sup>284</sup>

Assim sendo, o imperador respondia às intervenções populares através da submissão à vontade popular, até mesmo com pedidos de perdão para ganhar tempo ou manter a sua legitimidade. Poucos teriam sido os que não se submeteram à vontade do povo. Isso prova que Bizâncio se constituía em uma monarquia republicana, já que essas ações não teriam ocorrido se o trono fosse entendido através do modelo de monarquia pelo direito divino. Desse modo, a história política bizantina foi a história de como os imperadores mantinham a sua popularidade para manter-se legitimamente no poder.<sup>285</sup>

Nessa perspectiva, basear a política bizantina apenas do ponto de vista da ideia de monarquia pelo direito divino teria dois sérios problemas, sendo o primeiro o estabelecimento da relação entre imperador e súdito pautado apenas a partir da ideia religiosa e o segundo, a separação de Roma e o período bizantino feita pela maioria dos estudiosos, como se Bizâncio não fizesse parte da herança romana.<sup>286</sup>

Assim, é preciso destacar de onde surgiu essa ideia de monarquia pelo direito divino perpetuada pelos pesquisadores da temática política bizantina, que praticamente exclui a *politeia* governada pelo imperador em prol de uma relação deste último como Deus. Esses princípios teriam surgido a partir da análise dos escritos de Eusébio de Cesaréia, primeiro escritor cristão a tentar dar sentido ao que poderia significar um imperador cristão. Eusébio teria trabalhado a ideia imperial para fazer elogios ao imperador Constantino e, após sua obra, foi considerado enquanto o autor da “constituição bizantina”. Dessa forma, quase

---

<sup>283</sup> Cf. KALDELLIS, 2015, pp. 87-117.

<sup>284</sup> *Ibidem*, pp. 118-165.

<sup>285</sup> *Ibidem*.

<sup>286</sup> *Ibidem*, pp. 165-198.

todos os especialistas passaram a explicar e ilustrar a política bizantina através dos escritos de Eusébio e sua defesa do imperador enquanto mentor para a manutenção da verdadeira religião.<sup>287</sup>

Porém, o problema desses estudos encontra-se no fato de que esse modelo se insere em um espaço teológico entre Deus e o imperador, enquanto que as instituições estatais se inserem em um espaço histórico entre o imperador e os seus súditos, o que é complexo e parece existir apenas em uma “bolha”, sem interferências, já que é certo que a população bizantina, incluindo as elites, não tinha impasses em relação a ataques ao seu imperador “divino”, se rebelando, depondo ou até mesmo matando o mesmo. Outro problema é que não há como ter acesso às verdadeiras crenças populares para verificar se realmente acreditavam na ideia imperial por direito divino.<sup>288</sup>

Como Eusébio defendia que Deus conferiu ao imperador o dever de trabalhar em prol de seus súditos e como esse é um dos princípios fundamentais da república, é possível constatar que a ideia imperial era apenas uma expressão teológica das obrigações republicanas e serviu de máscara contra a vulnerabilidade do poder do imperador.

Desse modo, Kaldellis faz críticas à utilização do termo *cesaropapismo* e a Dagron afirmando que este fez uma excelente exposição sobre o assunto, mas que não deve ser utilizada enquanto última palavra sobre a posição do imperador e sim ser colocada em perspectiva. A ideia imperial teria surgido como resposta a uma crise de legitimidade causada pela combinação de instabilidade política e de derrotas militares, sendo esta ideia de “eleição divina” uma ideologia da crise. Assim, a ideia de poder teocrático teria sido iniciada com imperadores militares do século III que a desenvolveram para se isolar do caos que era a eleição pelos exércitos rebeldes. No entanto, salienta que esse ideal não significava nem garantia proteção ao imperador bizantino, que, como já observamos, sofreu com usurpações e assassinatos.<sup>289</sup> No caso dos imperadores iconoclastas temos duas razões para a sua não deposição pela população: a primeira se refere ao fato desses imperadores terem o apoio do exército e a segunda se refere à população, já

---

<sup>287</sup> Cf. KALDELLIS, 2015, pp. 165-198.

<sup>288</sup> *Ibidem.*

<sup>289</sup> *Ibidem.*

que não temos documentos que atestam suas crenças e seu apoio ou não aos ideais iconoclastas.

Kaldellis observa ainda que mesmo autores cristãos não compactuavam com os ideais defendidos por Eusébio de Cesaréia. Na primeira fase do iconoclasmo no século VIII, São João Damasceno (como demonstramos nesse trabalho) e Teodoro Estudita na segunda fase no século IX defendiam que não era dever do imperador agir sobre os assuntos da Igreja, apenas sobre os assuntos do Estado, tais como a cobrança de impostos.<sup>290</sup>

Neste sentido, a melhor forma para conseguir que esse ideal cristão na política bizantina deixe de ser a vigente é a recuperação da identidade romana de Bizâncio relacionada à ideia de *res publica*.<sup>291</sup>

Outra autora que também defende a existência de eventos que fundamentam a ideia da presença de princípios republicanos no Império Bizantino é Hélène Ahrweiler que defende a ideia de “nacionalismo” a partir dos eventos que ocorrem no Império a partir da ascensão da dinastia isaúrica e a eclosão da política iconoclasta. Dessa maneira, a obra jurídica *Ecloga* instituída pelo imperador Leão III seria um esforço para simplificar a legislação bizantina considerada erudita e muito ultrapassada em alguns aspectos, e esteve em vigor por mais de um século até a dinastia macedônica. A *Ecloga* teria, assim, surgido com base na vontade de um espírito de justiça social, segundo a sua introdução atribuída ao próprio imperador Leão III, com o intuito de servir os mais fracos econômica e socialmente.<sup>292</sup>

Na mesma introdução estaria descrita a ideologia defendida pelo imperador que dizia respeito à justiça que, para o mesmo, estaria em conformidade com a vontade divina. Nesta perspectiva, o fundo da política iconoclasta baseava-se na criação de uma solidariedade nacional contrária à ameaça externa oriunda da expansão árabe.<sup>293</sup>

Essa solidariedade e justiça para com os mais necessitados teria sido a forma encontrada para conquistar a população originária da Ásia Menor, essencial para a defesa territorial, devido à sua localização. A militarização do Império, da sua sociedade e das instituições fazia parte da nova política e ideologia imperial

---

<sup>290</sup> Cf. KALDELLIS, 2015, pp. 165-198.

<sup>291</sup> *Ibidem*.

<sup>292</sup> Cf. AHRWEILER, 1975, pp. 25-36.

<sup>293</sup> *Ibidem*.

instituídas pela dinastia isaúrica, para a mobilizar suas forças com o intuito de garantir a sobrevivência do Império. Para tanto, estabeleceu-se o sistema de “temas” que dividia as Províncias em distritos militares comandados por um oficial representante do imperador, que permitia um controle maior do território. A partir de então, foi transformada também a forma de alistamento do exército, que deixou de ser formado por mercenários para ser composto por cidadãos bizantinos de todas as classes sociais que atraídos pelo ganho foram defender o seu território.<sup>294</sup>

Observa-se, desse modo, o nascimento do nacionalismo bizantino, a partir de um movimento de solidariedade e justiça que uniu indivíduos de diferentes etnias e condições sociais, com o único propósito de defender o seu Império ameaçado pela expansão árabe.<sup>295</sup>

Sendo assim, é possível observar como Kaldellis tem uma percepção mais direta quanto à herança republicana romana presente em Bizâncio na forma de uma monarquia republicana e a mesma ideia de forma mais discreta em Ahrweiler que, apesar de não defender esse ideal republicano de forma clara, consegue perceber nos bizantinos os ideais de justiça social, um dos princípios da república, e a ideia de nacionalismo, presente na caracterização do Estado moderno.

### **3.2. Imagens religiosas *versus* retratos imperiais em Damasceno: um debate sobre o sagrado e a autoridade política**

Como foi constatado anteriormente, as obras em defesa das imagens escritas por São João Damasceno são, na maior parte das vezes, trabalhadas por pesquisadores da crise iconoclasta através de uma percepção religiosa. Dessa forma, o que pretendemos aqui é demonstrar as duas diferentes facetas de Damasceno, nas quais, por um lado, ele defende as imagens sagradas e faz crítica à figura imperial por esta ter iniciado a iconoclastia e, por outro, ele legitima o imperador, sua imagem e o seu poder como tal.

Para tanto, da mesma forma que abordamos as suas obras no segundo capítulo, faremos aqui, novamente, uma análise das passagens encontradas nos três tratados sobre a percepção de Damasceno acerca dos poderes religiosos e

---

<sup>294</sup> Cf. AHRWEILER, 1975, pp. 25-36.

<sup>295</sup> *Ibidem*.

políticos atribuídos ao imperador bizantino. A partir dessa análise é possível notar que Damasceno se utiliza dos mesmos argumentos para defender as imagens sagradas e a autoridade imperial. Isso pode ser observado, principalmente, nas diversas funções atribuídas aos retratos imperiais.

Porém, é preciso destacar que os ideais iconoclastas não eram contrários a todos os tipos de imagens, somente às religiosas. Muitas destas eram substituídas por motivos florais ou animais, isto é, artes as quais nenhum culto se prestava. Apenas uma única categoria de imagens, que poderia ser cultuada, foi mantida, sendo ela as imagens que se referiam ao imperador.<sup>296</sup>

Suas imagens não apenas subsistiram, mas os imperadores exigiram para elas o culto tradicional. Aumentando seu estatuto de soberano às custas de reduzir aquele do Cristo, substituem nas moedas a cruz tradicional pelo seu retrato, que passa a ocupar o anverso e o reverso. A proibição bíblica tomada ao pé da letra, não teria permitido essas imagens. Acontece que os iconoclastas usavam argumentos mais circunstanciados e seletivos.<sup>297</sup>

É possível perceber, assim, que os imperadores iconoclastas objetivavam colocar-se acima de Deus como soberano, por isso rejeitavam as imagens religiosas e mantinham os retratos imperiais, já que os mesmos significavam a expressão da presença do poder<sup>298</sup> e eram utilizadas enquanto imagens de propaganda<sup>299</sup>. A iconoclastia foi uma forma de legitimação do poder imperial em uma época conturbada para os imperadores bizantinos, sendo necessário que estes se sobressaíssem para garantir a hegemonia do Império frente às conquistas árabes. Para Damasceno, essa era também a razão para a eclosão da querela das imagens, já que, a todo o momento em seus tratados, como veremos posteriormente, ele procura demonstrar que tanto as imagens religiosas quanto os retratos imperiais eram de extrema importância para os bizantinos, de modo que cada uma tinha o seu lugar e o seu culto, não sendo necessário, dessa forma, que o imperador rejeitasse as imagens religiosas, apesar de o imperador ainda se constituir abaixo de Deus, o Rei que reina de cima.

No que concerne às funções atribuídas às imagens imperiais bizantinas, estas eram utilizadas, além de veículo de propaganda, com finalidade memorial,

---

<sup>296</sup> BESANÇON, 1997, p. 203.

<sup>297</sup> *Ibidem.*

<sup>298</sup> *Ibidem.*

<sup>299</sup> NEGRAU, 2011, pp. 63-75.

pois a pessoa histórica precisava estar visível mesmo após sua morte. O monarca deveria ser representado como um doador generoso, além da representação de sua relação para com Deus, com o propósito de ser um antídoto moral contra a corrupção do poder político.<sup>300</sup> Essas imagens eram utilizadas ainda em algumas situações nas quais era preciso substituir a verdadeira presença do imperador. Assim, em qualquer ausência do monarca, seus retratos deveriam receber respeito e honra como se o mesmo estivesse presente no lugar da própria imagem<sup>301</sup>, pois a honra prestada à imagem do imperador é passada para o protótipo, assim como ocorria com as imagens de Cristo, da Virgem e dos santos.<sup>302</sup>

Dessa forma, o conceito de autoridade absoluta do imperador bizantino podia ser percebido através de diferentes representações, que eram decoradas e idealizadas conforme um protótipo de monarca ideal. As imagens imperiais eram estampadas não só em forma de retratos, mas também em atos jurídicos, tumbas, selos e moedas. Nestes dois últimos tipos, a representação do imperador era concebida enquanto garantia de autenticidade e possuía validade jurídica.<sup>303</sup>

É preciso destacar que o imperador era sempre representado com objetos próprios para a sua função, tais como a coroa, louros e seus trajes cerimoniais. Esses objetos eram símbolos que serviam para demonstrar a verdadeira existência e substância dos monarcas. A coroa era oferecida por Deus, e apesar de ser um elemento pagão, simbolizava o poder de governar e legislar. Mesmo os imperadores iconoclastas considerados como hereges foram representados as usando.<sup>304</sup> No caso dos trajes cerimoniais, estes eram tão importantes para a representação do imperador, como veremos, que Damasceno também os cita como forma de honrar o monarca em sua ausência<sup>305</sup>.

Os principais temas ordenados pelos imperadores nas Igrejas bizantinas eram temas que se referiam à teologia política. Era possível encontrar imagens relativas à origem divina do poder imperial e à legitimidade desse poder através do dever do imperador com a fé ortodoxa, além de imagens que simbolizavam a missão do monarca de conduzir o destino de seus súditos sem desviá-los e apoiar

---

<sup>300</sup> NEGRAU, 2011, pp. 73-74.

<sup>301</sup> *Ibidem*, pp. 63-64.

<sup>302</sup> LOUTH, 2003.

<sup>303</sup> NEGRAU, 2011, pp. 63-64.

<sup>304</sup> NEGRAU, 2011, pp. 65-66.

<sup>305</sup> LOUTH, 2003.

moral e financeiramente a Igreja enquanto instituição. A arte bizantina era influenciada ainda pela hierarquia teológica e pelo ambiente monástico.<sup>306</sup>

Por último, em relação às funções dos retratos imperiais, é preciso destacar que estes podiam ainda ser mutilados ou destruídos de forma proposital, devido ao tamanho poder físico que elas adquiriam em Bizâncio. Um exemplo disso foi a destruição que se seguiu após a crise iconoclasta das imagens dos imperadores que deram início a ela, com a finalidade de restringir o poder desses monarcas e apagar a memória dos mesmos.<sup>307</sup>

Assim sendo, no que concerne aos tratados de João Damasceno em defesa das imagens, encontramos no primeiro seis passagens que fazem referência ao imperador, sendo que, dessas seis, apenas uma encontra-se no texto do tratado, pois as outras cinco se encontram na parte final do texto dedicada às citações de textos patrísticos, utilizadas pelo monge de forma comprobatória a suas ideias.

Na única passagem encontrada no texto desse primeiro tratado, Damasceno, no primeiro parágrafo, faz crítica ao poder imperial afirmando que um rei deve compreender que sua palavra tem força e causa temor sobre os seus súditos, e suas leis têm influência, já que o rei somente reina na terra, devido às constituições reais que vem do rei de cima, isto é, de Deus. Observamos aqui como Damasceno quer demonstrar ao imperador que, apesar do poder conferido a ele na terra ser o maior e mais importante, sua posição na hierarquia ainda está abaixo de Deus, porém, abaixo somente D'ele, o que reforça o ideal de sagrado atribuído ao imperador bizantino:

Pois a palavra de um rei exerce terror sobre seus súditos. Havendo alguns reis que negligenciam totalmente as constituições reais estabelecidas a partir de cima, que sabem que o rei reina sobre a terra a partir de cima, e como tal, as leis dos reis têm força. (I, 1)<sup>308</sup>

No que concerne às passagens encontradas na compilação de textos patrísticos, primeiramente Damasceno cita São Basílio, ao afirmar que a imagem do imperador é chamada de imperador por não existirem dois imperadores, pois o

<sup>306</sup> NEGRAU, 2011, pp. 73.

<sup>307</sup> *Ibidem.* p. 68.

<sup>308</sup> DAMASCENO, João. Δειὸν γὰρ βασιλέως λόγος πρὸς ὑπαγωγὴν τῶν ὑπηκόων. ὀλίγοι γὰρ ὅσοι τῶν ἀξέκαθεν, βασιλικῶν κατωλιγώρησαν θεσπισράτων, ὅσοι τὸν ἐπὶ γῆς βασιλέα, βασιλευόμενον οἶδατεν ἄνωθεν, καὶ ὡς κρατοῦσιν οἱ νόμοι τῶν βασιλέων. (I, 1) In: DAMASCENI, S. Joannis. *Oratio Apologetica Prior. Adversus Eos Qui Sacras Imagines Abjiciunt.* In: *Patrologiae Graecae Tomus XCIV.* S. Joannes Damascenus. p. 1233.

poder não pode ser dividido e nem a honra pode ser compartilhada. Afirma ainda que a honra oferecida à imagem chega ao protótipo, utilizando esse mesmo argumento tanto para a defesa dos retratos imperiais quanto para a defesa das imagens divinas, o que nos mostra que Damasceno não só faz crítica aos imperadores, mas também legitima e defende o seu poder comparando-o a todo momento ao Rei dos reis:

Porque a imagem do imperador é chamada de imperador, ainda não existem dois imperadores, pois nem é o poder dividido nem a glória compartilhada. Porque, assim como o princípio e autoridade que governa sobre nós é uma, assim também é o elogio que nós oferecemos a um e não a muitos, porque a honra oferecida para a imagem passa para o arquétipo. O que a imagem é por imitação aqui debaixo, há o Filho que é por natureza. E assim como com obras de arte a semelhança é de acordo com a forma, assim como o divino e a distinção da união natural está em comunhão com a divindade. (I, 35)<sup>309</sup>

Em seguida, Damasceno faz um comentário sobre essa passagem, no qual diz que cada imagem recebe a glória que merece de acordo com aquele que nela é representado. Dessa forma, a imagem do imperador é do imperador, a de Cristo é de Cristo e a dos santos é a dos santos. Faz crítica ao argumento iconoclasta que afirma que Deus deve ser apreendido apenas espiritualmente, mas que, ao mesmo tempo, substitui as imagens sagradas pela cruz que também é matéria. Para Damasceno, ou se abolem todas as formas materiais de reverência a Deus e a Cristo, ou se aceitem a honra prestada às imagens, pois assim como uma peça do vestuário em si não tem honra, mas no imperador ela a adquire, as demais matérias como a cruz, o incenso também não seriam dignos de veneração se não fossem uma representação do divino:

Pois estes são todos os materiais: a cruz, a esponja, a cana, a lança que feriu o lado que porta a vida. Ou retire a reverência oferecida a todos estes, ou não rejeite a honra das imagens. Graça Divina é dada às coisas materiais através do nome reportado pelo que é retratado. Assim como o corante roxo e a

<sup>309</sup> DAMASCENO, João. "Ὅτι βασιλεὺς λέγεται καὶ ἡ τοῦ βασιλέως εἰκὼν, καὶ οὐ δύο βασιλεῖς. Οὐτε γὰρ τὸ κράτος σχίζεται, οὐτε ἡ δόξα διαμερίζεται. Ὡς γὰρ ἡ κρατοῦσα ἡμῶν ἀρχὴ καὶ ἐξουσία μία, οὕτω καὶ ἡ παρ' ἡμῶν δοξολογία, μία καὶ οὐ πολλαί, διότι ἡ τῆς εἰκότος τιμὴ ἐπὶ τὸ πρωτότυπον διαβαίνει." "Ὁ οὖν ἐστὶν ἐνταῦθα μιμητικῶς ἡ εἰκὼν, τοῦτο ἐκεῖ φυσικῶς ὁ Γίος καὶ ὡσπερ ἐπὶ τῶν τεχνητῶν, κατὰ τὴν μορφήν ἢ ὁμοίωσιν, οὕτω καὶ ἐπὶ τῆς θείας καὶ ἀσυνθέτου φύσεως ἐν τῇ κοινωνίᾳ θεότητός ἐστιν ἡ ἔνωσις. (I, 35) In: DAMASCENI, S. Joannis. *Oratio Apologetica Prior. Adversus Eos Qui Sacras Imagines Abjiciunt*. In: *Patrologiae Graecae Tomus XCIV*. S. Joannes Damascenus. p. 1261-1264.

seda do vestuário que é tecido a partir deles simplesmente por si só não têm honra, mas se o imperador usa-os, suas roupas compartilham da honra que pertence a quem as veste. Então, as coisas materiais, por conta própria, não são dignas de veneração, mas se o retratado é cheio de graça, então elas se tornam participantes de Graça, na analogia da fé. (I, 36)<sup>310</sup>

Logo após, cita São Gregório de Nissa, que afirma também que uma imagem representa o arquétipo e, como tal, deve ser honrada em nome daquele que é representado. Que isso deve ser feito não somente em relação à imagem do imperador, mas também em relação às imagens divinas.

Sobre a possibilidade de representar a natureza humana, Damasceno comenta essa passagem explicando que a beleza divina não poder ser representada em cores, mas o Filho de Deus sim, pois o mesmo viveu na terra semelhante a um ser humano e que, por isso, pode ser delineado. Sendo assim, se uma imagem de um imperador é denominada imperador e a honra prestada a ela passa para o protótipo, ou seja, o imperador, Damasceno se pergunta como a imagem de Cristo não deve ser respeitada e honrada enquanto a imagem do Filho de Deus que se fez carne:

Veja, uma vez que "a beleza divina não é feita resplandecente em uma determinada figura externa através de determinadas cores bonitas", e, portanto, não é representada, enquanto que a forma humana é transferida para pedras por meio de cores. Se, então, o Filho de Deus veio a ser em forma humana, tomando a forma de um servo, e chegando a ser em semelhança aos homens, e sendo encontrado em figuras como um ser humano, como ele não pode ser representado? E se é costume "chamar a imagem de um imperador de imperador" e "a honra oferecida à imagem passa para o arquétipo", como diz o Basílio divino, como é que a imagem não é respeitada e venerada, não como Deus, mas como a imagem de Deus que se fez carne? (I, 51)<sup>311</sup>

<sup>310</sup> DAMASCENO, João. “:Ταῦτα γὰρ πάντα ὕλη. ὁ σταυρὸς ὁ τῆς σταυρώσεως σπόγγος καὶ κάλαμος, καὶ ἡ τὴν ζωηφόρον πλευρὰν νύξασα λόγχη. Ἡ τούτων ἀπάντων ἀνελε τὸ σέβας, ὅπερ ἀδύνατον, ἢ μὴ ἀπαναίνου μηδὲ τὴν τῶν εικόνων τιμὴν. Χάρις δίδοται θεία ταῖς ὕλαις διὰ τῆς τῶν εικονιζομένων προσηγορίας.” Ὡσπερ λιτὸν ἢ κογχύλη καθ’ ἑαυτὴν, καὶ ἡ μέταξα, καὶ τὸ ἐξ ἀμφοῖν ἐξυφασμένον ἱμάτιον ἂν δὲ βασιλεὺς τοῦτο περιθῆται, ἐκ τῆς προσούσης τῷ ἡμφιεσμένῳ τιμῆς, τῷ ἀμφιάσματι μεταδίδοται οὕτως καὶ αἱ ὕλαι, αὐταὶ μὲν καθ’ ἑκτάς ἀπροσκύνητοι, ἂν δὲ χάριτος εἶη πλήρης ὁ εἰκονιζόμενος, μέτοχοι χάριτος γίνονται κατ’ ἀνολογίαν τῆς πίστεως (I, 36) In: DAMASCENI, S. Joannis. *Oratio Apologetica Prior. Adversus Eos Qui Sacras Imagines Abjiciunt*. In: *Patrologiae Graecae Tomus XCIV*. S. Joannes Damascenus. p. 1264.

<sup>311</sup> DAMASCENO, João. Ὅρα, ὡς τὸ μὲν θεῖον κάλλος, οὐ σχήματί τινε διὰ τινος εὐχροίας ἐναγλαίζεται, καὶ διὰ τοῦτο οὐκ εἰκονίζεται ἢ δὲ ἀνθρωπίνη μορφή διὰ χρωμάτων ἐπὶ τοὺς πίνακας μεταφέρεται. Εἰ τοίνυν ὁ Γιὸς τοῦ Θεοῦ ἐν ἀνθρώπου μορφῇ γέγονε, μορφήν δούλου λαβὼν, καὶ ἐν ὁμοιώποων γενόμενος, καὶ σχήματι εὐρεθεὶς ὡς ἀνθρώπος, πῶς οὐκ εἰκονισθήσεται; καὶ εἰ κατὰ συνήθειαν λέγεται, ἢ τοῦ βασιλέως εἰκὼν,

Na sexta e última passagem que encontramos no primeiro tratado, Damasceno critica não só o imperador, mas também muitos sacerdotes por esses terem conhecimento e sabedoria sobre as questões que estão sendo discutidas em torno da legitimidade das imagens, devido à posição que ocupam, mas que não fazem nenhum esforço para explicá-las. Dessa forma, afirma que os cristãos não devem seguir essas novas leis, pois estas querem ensinar uma nova fé, objeto de uma constituição imperial que objetiva destruir a tradição eclesiástica. Faz crítica ao imperador com a afirmação de que os imperadores piedosos não derrubam as leis da Igreja. Defende ainda que não foi aos imperadores que Deus deu o direito de interferir nos assuntos religiosos, mas sim aos apóstolos e aos seus sucessores. Assim, mesmo que um anjo anuncie outro Evangelho que não seja o ensinado pela antiga tradição da Igreja, deve-se manter-se em silêncio no aguardo por sua conversão. É possível observar nessa citação a percepção de Damasceno sobre o imperador, na qual este último é considerado um tirano que age de forma contrária aos ideais do monge e da Igreja:

Uma vez que muitos sacerdotes e imperadores foram dotados de sabedoria que vem para os cristãos do alto, de Deus, e foram distinguidos pela sua piedade, sua doutrina e as suas vidas, e muitos sínodos de pais santos e divinamente inspirados têm tido lugar, por que ninguém faz um esforço para explicar essas coisas? Nós não experimentaremos uma nova fé para ser ensinada. [...] Nós não sofreremos o costume dos pais de estarem sujeitos a uma constituição imperial que visa derrubá-los. Pois imperadores piedosos não derrubam leis eclesiásticas. [...] Essas coisas são questões para sínodos, não para imperadores, como disse o Senhor, "Onde dois ou três estiverem reunidos em meu nome, ali estou eu no meio deles". Não foi aos imperadores que Cristo deu a autoridade para unir e soltar, mas aos apóstolos e aos que lhes sucederam como pastores e professores. "E se um anjo", diz o Apóstolo Paulo, "anunciar outro evangelho além do que recebeu": nós manteremos o silêncio sobre o que se segue, poupando-os e esperando por sua conversão. Mas se vemos que sua loucura continua sem conversão, então vamos trazer o que resta; mas pode não ser necessário! (I, 66)<sup>312</sup>

---

βασιλεύς, καὶ ἡ τῆς εἰκόνης τιμὴ ἐπὶ τὸ πρωτότυπον διαβαίνει, ὡς φησιν ὁ θεὸς Βασιλείου, πῶς ἡ εἰκὼν οὐ τιμηθήσεται καὶ προσκυνηθήσεται; οὐκ ὡς θεός, ἀλλ' ὡς Θεοῦ σεσαρκωμένου εἰκὼν. (I, 51) In: DAMASCENI, S. Joannis. *Oratio Apologetica Prior. Adversus Eos'Qui Sacras Imagines Abjiciunt*. In: *Patrologiae Graecae Tomus XCIV*. S. Joannes Damascenus. p. 1269.

<sup>312</sup> DAMASCENO, João. Πολλῶν τοίνυν ἀνέκαθ'ἐν ἱερέων τε καὶ βασιλέων Χριστιανοῖς δεδωρημένων, σοφίᾳ τε καὶ θεοσεβείᾳ καὶ λόγῳ καὶ βίῳ διαπρεψάντων, καὶ συνόδων πλείστων γεγενημένων ἀγίων καὶ θεοπνεύστων Πατέρων, τί μήδεις ταῦτα δρᾶν

No entanto, podemos também perceber que, ao mesmo tempo, elogia e legitima o poder imperial, denominando de “piedosos” os imperadores que não são contrários às tradições eclesiásticas.

Diferentemente do que encontramos no primeiro tratado, o segundo é composto por sete citações referentes ao imperador, sendo cinco retiradas do texto do discurso e duas da compilação de textos patrísticos. É possível observar que, neste segundo tratado, Damasceno faz maiores menções ao poder imperial e o ataca mais ferozmente.

Na primeira passagem encontrada, o monge destaca que independente que um anjo ou mesmo um imperador proclamem aos cristãos ensinamentos além daqueles que foram recebidos pelos apóstolos da Igreja, que ele seja anematizado para que possa ser corrigido. Ou seja, mesmo um imperador não pode se colocar contrário às antigas tradições eclesiásticas, fazendo, novamente, crítica aos imperadores iconoclastas e às suas novas definições contrárias às imagens sagradas:

Se um anjo, ou um imperador, proclamarem a você outra coisa além da que foi recebida, feche seus ouvidos. No momento eu hesito em dizer, como o divino apóstolo disse: "Que ele seja anátema"! Pois, ele pode receber a correção. (II, 6)<sup>313</sup>

Logo após, Damasceno critica a figura imperial de forma mais direta e contundente, afirmando que não cabe ao imperador legislar sobre a Igreja, pois Deus estabeleceu os apóstolos em primeiro lugar e depois os profetas, pastores e mestres para tal dever. Em seguida, muda o tom do discurso para uma clara defesa

---

ἐπεχείρησεν; οὐκ ἀνεξόμεθα νέαν πίστιν διδάσκεσθαι. [...] Οὐκ ἀνεξόμεθα βασιλεῶν ὑποκίπτειν θεσπίσματι τὴν ἐκ Πατέρων πειρωμένῳ ἀνατρέπειν συνήθειαν. Οὐ γὰρ εὐσεβῶν βασιλέων ἀνατρέπειν ἐκκλησιαστικούς θεσμούς [...]. Συνόδων ταῦτα, οὐ βασιλέων, ᾧ ὁ Κύριος ἔφησεν. Ὅπου συναθροῦσι δύο ἢ τριῖς ἐπὶ τῷ ὀνόματί μου, ἐκεῖ εἶμι ἐν μέσῳ αὐτῶν. Οὐ βασιλεῦσι τοῦ δεσμεύειν καὶ λύειν τὴν ἐξουσίαν δέβωκεν ὁ Χριστὸς, ἀλλ' ἀποστόλοις, καὶ τοῖς τούτων διαδόχοις, καὶ ποιμέσι, καὶ διδασκάλοις. Ἐὰν ἄγγελος φησὶ Παῦλος ὁ ἀπόστολος, εὐαγγελίσηται ὑμᾶς παρ' ὃ παρελάβετε καὶ τὸ ἐξῆς σιωπησόμεθα, φειδοί, τὴν ἐπιστροφὴν ἐκδεχόμενοι. Ἔνα δὲ ἴωμεν τὴν διαστροφὴν ἀνεπίστροφον, ὅπερ μὴ δῶ ὁ Κύριος, τότε ἐπάξομεν καὶ τὸ λειπόμενον ἀλλὰ ἀπηύχθω τοῦτο. (I, 66) In: DAMASCENI, S. Joannis. *Oratio Apologetica Prior. Adversus Eos'Qui Sacras Imagines Abjiciunt*. In: *Patrologiae Graecae Tomus XCIV*. S. Joannes Damascenus. pp. 1280-1281.

<sup>313</sup> DAMASCENO, João. Ἐὰν ἄγγελος, ἢ βασιλεὺς εὐαγγελίσηται ὑμᾶς παρ' ὃ παρελάβετε, κλείσατε τὰς ἀκβάς ὁκνῶ γὰρ τέως εἰπεῖν, ὡς ἔφη ὁ θεὸς Ἀπόστολος, Ἄνάθεμα ἔστω, ἐκδεχόμενος τὴν διόρθωσιν. (II, 6) In: DAMASCENI, S. Joannis. *Oratio II. Adversus Eos'Qui Sacras Imagines Abjiciunt*. In: *Patrologiae Graecae Tomus XCIV*. S. Joannes Damascenus. p. 1288.

e legitimação da autoridade política do imperador, enquanto legislador das questões terrenas, tais quais os problemas relativos aos impostos e dívidas comerciais:

Não é dever dos imperadores de legislar sobre a Igreja. Pois olhai o que os divinos apóstolos dizem: "E Deus estabeleceu na Igreja primeiramente apóstolos, em segundo lugar profetas, em terceiro pastores e mestres, para equipar aos santos", - ele não disse imperadores - e novamente "Obedeçam aos seus líderes e submetam-se a eles; pois vigiam sobre as vossas almas, como homens que terão de prestar contas". E, novamente, "Lembre-se de seus líderes, aqueles que vos pregaram a Palavra; Considere o resultado de suas vidas, e sejam zelosos por sua fé ". Imperadores não falam-nos da Palavra, mas apóstolos e profetas, pastores e mestres. [...] Nós nos submetemos a ti, ó Imperador, nos assuntos desta vida, os impostos, as receitas, dívidas comerciais, em que nossas preocupações são confiadas a você. Para a constituição eclesiástica temos pastores que falam a nós a Palavra e representam a ordenança eclesiástica. Nós não removemos os limites antigos, estabelecidos no local pelos nossos pais, mas se apegam às tradições, como temos recebido. Pois se começarmos a remover até mesmo uma pequena parte da estrutura da Igreja, em pouco tempo todo o edifício será destruído. (II, 12)<sup>314</sup>

Podemos perceber na passagem citada, como Damasceno faz a separação do poder político e do poder religioso atribuídos ao imperador, o que demonstra que para o monge é possível e legítima a separação de ambos os poderes e as competências do imperador para cada um. Sendo assim, não caberia ao imperador dar início ao movimento iconoclasta, mas sim defender a antiga tradição da Igreja.

Posteriormente, afirma que os santos são o exército do Senhor e que, assim como o imperador tem o seu exército e não deve ser destituído dele, o Senhor

<sup>314</sup> DAMASCENO, João. Οὐ βασιλέων ἐστὶ νομοθετεῖν τῇ Ἐκκλησίᾳ. Τί φησιν ὁ θεῖος Ἀπόστολος; Καὶ οὐς μὲν ἔθετο εὐθεὶς ἐν τῇ Ἐκκλησίᾳ πρῶτον, ἀποστολὸς δεύτερον, προφήτας τρίτον, ποιμένας καὶ διδασκάλους, πρὸς τὸν καταρτισμὸν τῆς Ἐκκλησίας. Οὐκ εἶπε, βασιλεῖς. Καὶ πάλιν. Πείθεσθε τοῖς ἡγουμένοις ὑμῶν, καὶ ὑπεπεικετε. Αὐτοὶ γὰρ ἀγρυπνοῦσιν ὑπὲρ τῶν ψυχῶν ὑμῶν, ὡς λόγον ἀποδώσοντες. Καὶ αὐθις. Μνημονεύετε τῶν ἡγουμένων ὑμῶν, οἵτινες ἐλάλησαν ὁμῶν τὸν λόγον, ὧν ἀναθεωροῦντες τὴν ἀναστροφὴν, ζηλοῦτε τὴν πίστιν. Οὐκ ἐλάλησαν ἡμῖν τὸν λόγον οἱ βασιλεῖς, ἀλλὰ ἀπόστολος καὶ προφήται, ποιμένες τε καὶ διδάσκαλοι. [...] Ἐπίκομὲν σοι, ὦ βασιλεῦ, ἐν τοῖς κατὰ τὸν βίον πράγμασι, φόροις, τέλεσι δοσιληψίαις ἐν οἷς σοὶ τὰ καθ' ἡμᾶς ἐγκεχρίπται ἐν δὲ τῇ ἐκκλησιαστικῇ καταστάσει, ἔχομεν τοὺς ποιμένας, τοὺς λαλήσαντας ἡμῖν τὸν λόγον, καὶ τυπώσαντας τὴν ἐκκλησιαστικὴν θεσμοθεσίαν. Οὐ μεταίρομεν δρῖα αἰῶνια, ἃ ἔθντο οἱ πατέρες ἡμῶν, ἀλλὰ κατέχομεν τὰς παραδόσεις, καθὼς παρελάδομεν. Εἰ γὰρ ἀρξόμεθα τὴν οἰκοδομὴν τῆς Ἐκκλησίας κἄν ἐν μικρῷ καθαιρεῖν, κατὰ σμικρὸν τὸ καταλυθήσεται. (II, 12) In: DAMASCENI, S. Joannis. *Oratio II. Adversus Eos Qui Sacras Imagines Abjiciunt*. In: *Patrologiae Graecae Tomus XCIV*. S. Joannes Damascenus. pp. 1296- 1297.

também não deve ser destituído do seu. Os santos, enquanto exército do Senhor e seus herdeiros, devem também ser honrados. Aqui, Damasceno faz uma crítica clara à ordem iconoclasta de proibição às imagens dos santos e faz também alusão ao dever do imperador de proteger o seu território através do seu exército e às batalhas que o Império estava passando contra os árabes durante a crise iconoclasta. Novamente, ao mesmo tempo em que critica o poder imperial, ele o defende.

Mais adiante, Damasceno cita de forma direta, pela primeira vez, o imperador Leão III, que deu início à crise iconoclasta. Critica-o duramente, questionando se será escrito um novo Evangelho, segundo Leão, devido às ordens do mesmo contra as imagens. O monge afirma ainda que não aceita que o imperador atue tiranicamente contra as leis eclesiais, por Leão não possuir autoridade para tal. Para Damasceno, a Igreja não deve ser regida por cânones imperiais, mas sim por tradições patrísticas, sendo estas escritas e não escritas:

Maniqueístas compuseram o Evangelho de acordo com Tomás; você vai agora escrever o Evangelho segundo Leão? Eu não aceito um imperador que tiranicamente arrebata o sacerdócio. Imperadores têm recebido a autoridade para unir e soltar? [...] Não estou convencido de que a igreja deve ser constituída por cânones imperiais, mas sim por tradições patrísticas, ambas escritas e não escritas. Pois, assim como o Evangelho foi proclamado em todo o mundo na forma escrita, então, em todo o mundo ele tem sido transmitido de forma não escrita que Cristo, o Deus encarnado deveria ser representado, e os santos, assim como a cruz é venerada e estamos a rezar, voltados ao leste. (II, 16)<sup>315</sup>

Damasceno cita Epifânio, afirmando que qualquer obra em nome do mesmo, contrária às imagens é uma obra forjada, já que a própria igreja de Epifânio é decorada com imagens, até o imperador Leão III colocar-se contra elas e fazer com que o povo de Deus fosse em sentido contrário aos seus ensinamentos. Destaca-se nessa passagem os adjetivos “feroz” e “selvagem”

<sup>315</sup> DAMASCENO, João. Μανιχαῖοι συνέγραψαν τὸ κατὰ Θωμᾶν Εὐαγγέλιον γράψατε καὶ ὑμεῖς τὸ κατὰ Αἰόντα Εὐαγγέλιον. Οὐ δέχομαι βασιλέα τυραννικῶς τὴν ἰερωσύνην ἀρπάζοντα. Οὐ ἔλαβον ἐξουσίαν δεσιεῖν καὶ λύειν. [...] Οὐ πείθομαι βασιλικοὶ κανόνισι διατάττεσθαι τὴν Ἐκκλησίαν, ἀλλὰ πατρικαῖς παραδόσεσι, ἐγγράφοις τε καὶ ἀγράφοις. Ὡσπερ γὰρ ἐν ὅλῳ τῷ κόσμῳ ἐγγράφως ἐκηρύχθη τὸ Εὐαγγέλιον, οὕτως ἐν ὅλῳ τῷ κόσμῳ ἀγράφως παρεδόθη τὸ εἰκονίζειν Χριστὸν τὸν σεσαρκωμένον Θεὸν, καὶ τοὺς ἁγίους, ὡσπερ καὶ προσκυνεῖν τὸν σταυρὸν, καὶ κατὰ ἀνατολὰς ἐστῶτας προσεύχεσθαι. (II, 16)  
In: DAMASCENI, S. Joannis. *Oratio II. Adversus Eos Qui Sacras Imagines Abjiciunt*. In: *Patrologiae Graecae Tomus XCIV*. S. Joannes Damascenus. pp. 1302-1304.

utilizados para se referir ao imperador, o que demonstra, mais uma vez, que o monge não é contrário à figura imperial, mas sim aos imperadores considerados por ele como “tiranos”:

Se você diz que o bem-aventurado Epifânio claramente proibiu nossas imagens, então saiba que a obra em questão é forjada, sendo o trabalho de outro, utilizando o nome do divino Epifânio, o que acontece muitas vezes. Pois um pai não luta contra seus companheiros de pais, para que todos participemos do único Espírito Santo. Além disso, há o testemunho de sua própria igreja, decorada com imagens, até o feroz e selvagem Leão as devorou e agitava o rebanho de Cristo, tentando fazer com que o povo de Deus bebesse águas poluídas. (II, 18)<sup>316</sup>

No que se refere aos textos patrísticos, encontramos uma citação de Crisóstomo, na qual o mesmo defende que, ao se insultar as vestes ou o retrato do imperador, estaria também insultando o próprio imperador. Ao reproduzir essa passagem, Damasceno quer comparar os retratos e objetos imperiais com os ícones e os objetos santos, para defender que insultar um ícone ou esses objetos é o mesmo que insultar Deus, Cristo, a Virgem e os santos. Dessa forma, defende também o imperador e o significado do mesmo enquanto o rei terreno, mas ao mesmo tempo divino como o escolhido por Deus:

Se você insultar a roupa imperial, não insultas aquele então vestido? Vocês não sabem que, se você insultar a imagem do Imperador, você leva o seu insulto ao arquétipo desta dignidade? O insulto dado à imagem do Imperador implica insulto ao próprio Imperador. (II, 61)<sup>317</sup>

Por último, cita o patriarca e Arcebispo de Teópolis, Anastácio, que também afirma que a imagem do imperador deve ser venerada e honrada na

<sup>316</sup> DAMASCENO, João. Εἰ δὲ λέγεις τὸν μακάριον Ἐπιφόνιον τρανώς τὰς παραῆμιν ἀπαγορεῦσαι εἰκόνας, γνῶθι ὡς ἐπιπλαστος ὁ λόγος ἄλλου τινὸς τῶ τοῦ θεοῦ Ἐπιφανίου χρησαμήνου ὀνόματι, οἷα πολλά συμβαίνει γίνεσθαι. Οὐ γὰρ τοῖς συμπατράσιν ὁ Πατήρ μάχεται. Ἐνὸς γὰρ ἁγίου Πνεύματος πάντες γεγόνασι καὶ μάρτυς ἢ τούτου ἐκκλησία, εἰκόσι καλλωπιζομέν ἕως οὐ τινες κατ’ αὐτῆς ἀντεπανέστησαν, καὶ τὴν Χριστοῦ διετάραξαν ποιῆμην, ποτίσαι τὸν λαὸν Θεοῦ ἐπιχειρήσαντες ἀνατροπὴν θολεράν. (II, 18) In: DAMASCENI, S. Joannis. *Oratio II. Adversus Eos Qui Sacras Imagines Abjiciunt*. In: *Patrologiae Graecae Tomus XCIV*. S. Joannes Damascenus. pp. 1304-1305.

<sup>317</sup> DAMASCENO, João. Ἐμῶμα βασιλικὸν ἐὰν ὕβρισης, οὐ τὸν ἐνδεδυμένον δβριζεις, οὐκ οἶδας ὅτι, ἐὰν εἰκόνα βασιλέως ὕβρισης, εἰς πρωτότυπον τῆς ἀξίας φέρεις τὴν ὕβριν; οὐκ οἶδας ὅτι, ἐὰν τις εἰκόνα τὴν ἀπὸ ξύλου καὶ ἀνδριαντος χαλκοῦ κατασύρη, οὐκ ὡς εἰς ἄψυχον ὕλην τολμήσας κρίνεται, ἀλλ’ ὡς κατὰ βασιλέως κεχηρμένος τῇ ὕβρει; Εἰκόνα δὲ ὄλως βασιλέως φέρουσα, τὴν ἑαυτῆς ὕβριν εἰς βασιλέα ἀνάγει. (II, 61) In: DAMASCENI, S. Joannis. *Oratio II. Adversus Eos Qui Sacras Imagines Abjiciunt*. In: *Patrologiae Graecae Tomus XCIV*. S. Joannes Damascenus. p. 1313.

ausência do mesmo, pois aquele que desrespeita sua imagem sofrerá punição como se tivesse desrespeitado ao próprio imperador. Novamente compara a imagem do imperador aos ícones:

Assim como na ausência do Imperador a sua imagem é venerada em seu lugar, de modo que em sua presença seria estranho negligenciar o arquétipo e venerar a imagem; mas isso não significa que, uma vez que não é venerada quando aquele por quem ela é venerada está presente, ele deve ser desonrado. E um pouco mais adiante: Pois, assim como aquele que abusa da imagem do imperador sofre punição como se tivesse desonrado o próprio Imperador, mesmo que a imagem não seja nada mais do que a madeira e pintada com cera, da mesma forma aquele que desprezar a figura de alguém oferece um insulto para aquele cuja figura é. (II, 66)<sup>318</sup>

No terceiro tratado encontramos três citações no texto do discurso e vinte e seis nos textos patrísticos. Percebemos aqui um número maior de menções ao imperador, porém, não analisaremos todas as passagens, pois muitas se repetem ou repetem o tema. Analisaremos aquelas principais para o entendimento da relação que Damasceno faz das imagens sagradas e dos retratos imperiais.

Na primeira passagem que encontramos no terceiro tratado acerca do poder imperial, Damasceno reproduz a citação do segundo tratado, na qual defende que não se deve receber nada de diferente dos ensinamentos eclesiásticos, mesmo que o que for proclamado venha de um anjo ou imperador, devendo ambos serem anematizados para serem corrigidos.

Posteriormente, o monge defende, mais uma vez, que a honra deve ser prestada a quem é devida e deve-se honrar o imperador como um soberano. Demonstra, assim, que o imperador jamais deve ser honrado como Deus:

É necessário "pois pagar a todos eles as suas dívidas", de acordo com o santo apóstolo Paulo, "honra a quem honra é devida" e "ao imperador como soberano", e aos governantes como

<sup>318</sup> DAMASCENO, João. "Ὡσπερ γάρ ἀπόντος μὲν βασιλέως ἡ εἰκὼν αὐτοῦ ἵν' αὐτοῦ προσκυνεῖται, παρόντος δὲ λοιπὸν αὐτοῦ, περιττὸν καταλιπόντα τὸν πρωτότυπον, προσκυνεῖν τὴν εἰκόνα οὐ μὴν, ἐπεὶ μὴ προσκυνεῖται διὰ τὸ παρεῖναι τὸν δι' ὃν προσκυνεῖται, ἀτιμάζεσθαι οὐκ ἔδει. Ἐκὼν μετ' ὀλίγα. "Ὡσπερ γάρ ὁ παροινῶν εἰκόνι βασιλέως τιμωρίαν ὑφίσταται, ὡς αὐτόχρημα βασιλέα ἀτιμάσας, καίτοι τῆς εἰκόνας οὐδὲν ἕτερον οὔσης ἢ ξύλον καὶ χρώματα κηρῶ μεμιγμένα καὶ κεκραμένα, τὸν αὐτὸν πρόπον ὃ τὸν τύπον τοῦδε τινος ἀτιμάζων, εἰς αὐτὸ ἐκεῖνο οὐ τύπος ἐστίν, ἀναφέρει τὴν ὑβρίν. (II, 66) In: LOUTH DAMASCENI, S. Joannis. *Oratio II. Adversus Eos Qui Sacras Imagines Abjiciunt*. In: *Patrologiae Graecae Tomus XCIV*. S. Joannes Damascenus. p. 1316.

nomeados através dele, a cada um segundo a medida de seu valor. (III, 10)<sup>319</sup>

Na terceira e última passagem do discurso referente ao poder imperial, Damasceno faz, novamente, crítica ao mesmo afirmando que assim como os santos são amigos escolhidos por Deus, tendo o direito de comparecer diante D'ele, assim também acontece com os governantes nomeados pelos reis, reis estes que são destinados, segundo o monge, para a corrupção e que, na maioria das vezes, são ímpios e pecadores. No entanto, mais uma vez, da mesma forma que faz crítica aos imperadores e seus comandantes, os defende afirmando que deve-se ser submisso aos governadores e às autoridades e pagar a eles as dívidas, além de ser temeroso a quem o temor é devido e honrar quem mereça ser honrado.

Já nos textos patrísticos encontrados ao final do terceiro tratado, encontramos vinte e seis citações referentes ao imperador. Dessa forma, Damasceno cita São Basílio que defende que aquele que se enfurece com o imperador e de alguma forma desconta violentamente a sua raiva contra a imagem do mesmo, já que não pode tocar no imperador, desrespeita a matéria que traz a semelhança. É passível, assim, de ser julgado por desrespeitar aquilo que foi feito à imagem e semelhança dele:

Desde que [o diabo] viu a espécie humana à imagem e semelhança de Deus, não podendo valer-se a si mesmo a Deus, ele derramou a sua maldade na imagem de Deus. Assim como se alguém está enfurecido [contra o imperador], ele joga pedras contra a imagem, já que ele não pode tocar o imperador, ele bate na madeira que carrega a semelhança. Pois, assim como qualquer pessoa que insulta a imagem real é julgada como se tivesse feito de errado contra o próprio imperador, alguém tão claramente que insulta o que foi feito à imagem é passível de ser julgado pelo pecado. (III, 56-57)<sup>320</sup>

<sup>319</sup> DAMASCENO, João. Χρὴ ἀποδιδόναι πᾶσι τὰς ὀφειλάς, κατὰ τὸν ἅγιον Παῦλον τὸν ἀπόστολον, τῷ τὴν τιμὴν, καὶ βασιλεῖ μὲν, ὡς ὑπερέχοντι, τοῖς δὲ ἄρχοισιν, ὡς δι αὐτῶν ἀποστελλομένοις ἐκάστω, κατὰ τὸ μετρον τοῦ ἀξιώματος (III, 10) In: DAMASCENI, S. Joannis. *Oratio III. Adversus Eos Qui Sacras Imagines Abjiciunt*. In: *Patrologiae Graecae Tomus XCIV*. S. Joannes Damascenus. p. 1333.

<sup>320</sup> DAMASCENO, João. Ἐπειδὴ εἶδε τὸν ἄνθρωπον κατ'εἰκόνα καὶ ὁμοίωσιν Θεοῦ, μὴ δυνάμενος εἰς Θεὸν τραπήναι, εἰς τὴν εἰκόνα τοῦ ἑαυτοῦ πονηρίαν ἐκένωσεν. Ὡσπερ εἴ τις ἄνθρωπος ὀργζόμενος, τὴν εἰκόνα λιθάζος, ἔπειδὴ τὸν βασιλέα οὐ δύναται, τὸ ξύλον τύπτων τὸ τὴν μίμησιν ἔχον. [...] Ὡσπερ γὰρ ὁ βασιλικὴν εἰκόνα καθυβρίζας, ὡς εἰς αὐτόν ἐξαμαρτήσας τὸν βασιλέα κρίνεται οὕτω δηλονότι ὑπόδικός ἐστι τῇ ἀμαρτίᾳ, ὃ τὸν κατ'εἰκόνα γεγεννημένον καθυβρίζων. (III, 56-57) In: DAMASCENI, S. Joannis. *Oratio III. Adversus Eos Qui Sacras Imagines Abjiciunt*. In: *Patrologiae Graecae Tomus XCIV*. S. Joannes Damascenus. p. 1365.

Em seguida, Damasceno cita Crisóstomo que afirma que as imagens são feitas apenas para aqueles que não fogem e lutam, isto é, para aqueles que são símbolos de boas ações:

Imperadores constroem estátuas triunfais para os comandantes vitoriosos, e os governantes erguem colunas de vitória para cavaleiros e atletas, e coroam-os com inscrições que tornam a questão um arauto da vitória. Outros ainda escrevem panegíricos de vencedores em livros e escritos, que desejam mostrar que seu poder no panegírico é ainda maior do que aqueles que elogiou. E escritores e pintores e escultores em pedra e as pessoas e os seus governantes e cidades e vilas, admiram os vencedores. Ninguém, no entanto, fez imagens para aqueles que fogem e não lutam. (III, 60)<sup>321</sup>

Damasceno reproduz ainda duas citações da *Vida de São Constantino*, nas quais trata, primeiramente, da morte da mãe do imperador e de como ele a honrou com o grau imperial, além de estampar o seu retrato em moedas de ouro, e, depois, da morte do próprio imperador e da forma como essa notícia parou as atividades de todo o Império, com homenagens prestadas ao mesmo como se ele estivesse vivo em retratos.

Logo após, cita Santo Atanásio que usa as palavras de Cristo de que Ele e o Pai são um só, e que o Pai está N'ele e Ele no Pai, para defender que a imagem do imperador e o imperador são um só, porque a imagem é ela nele e ele está nela, e quem venera a imagem, venera nela o imperador:

O Filho, sendo a própria gênese da existência do Pai, diz razoavelmente que o que é do Pai, também é seu: daí dignamente e de forma consistente, depois de dizer "Eu e o Pai somos um", acrescentou "que você deve saber, que eu estou no Pai e o Pai está em mim, em mim vê o Pai ". [...] Pode-se entender isso mais de perto a partir do exemplo da imagem do imperador; pois a forma é a imagem do Imperador, e a forma na imagem está no Imperador. A semelhança na imagem do Imperador é exata, de modo que aquele que vê a imagem vê o

<sup>321</sup> DAMASCENO, João. Ἐπινικίους μὲν ἀνδριάντας οἱ βασιλεῖς τοῖς στρατηγοῖς ζικῆσασιν ἀνατιθέασιν ζικηφόρους δὲ τινὰς στήλας ἐπεγείρουσιν ἄρχοντες ἠνιόχους καὶ ἀθληταῖς, καὶ τῷ ἐπιγράμματι, ὡς στέμματι κήρυκα τῆς νίκης τὴν ὕλην ἐργάζονται. Ἀλλὰ πάλιν ἐν βιβλοῖς καὶ γράμμασι τοὺς ἐπαίνους νικηταῖς γράφουσι, τὴν αὐτῶν ἐν τῷ ἐπαίνῳ διμῖν, ἰσχυροτέραν τῶν ἐπαινουμένων δεῖξαι θέλοντες. Καὶ λογογράφος, καὶ ζωγράφος, καὶ λεθογλύπται καὶ δῆμοι, καὶ ἄρχοντες, καὶ πόλεις, καὶ χῶροι, τοὺς νικητὰς θαυμάζουσιν. Οὐδεὶς δὲ φεύγοντος καὶ μὴ πολεμήσαντος, εἰκόνας ἔγραψεν. (III, 60) In: DAMASCENI, S. Joannis. *Oratio III. Adversus Eos Qui Sacras Imagines Abjiciunt*. In: *Patrologiae Graecae Tomus XCIV*. S. Joannes Damascenus. p. 1368.

imperador nela e novamente aquele que vê o Imperador entende que esta é a imagem. (III, 114)<sup>322</sup>

Damasceno cita ainda Anastácio, o qual afirma que assim como a imagem do imperador é honrada enquanto o mesmo está ausente, também não pode ser desonrada em sua presença:

Pois, assim como quando o imperador está ausente a sua imagem é venerada, então quando ele está presente seria inútil abandonar o arquétipo e venerá-lo através de uma imagem; mas quando [a imagem] não é venerada, por causa da presença do que por uma questão de qual é venerado, ela não deve de forma alguma ser desonrada. (III, 127)<sup>323</sup>

Por último, encontramos uma citação retirada do quinto sínodo ecumênico, na qual afirma que assim como Teodoro que separou Cristo do Pai, aquele que honrar uma imagem do imperador como se ele fosse Deus, deve ser anematizado:

Se alguém defende o Teodoro irreverente de Mopsuéstia, que disse que Deus o Verbo é uno, enquanto outra bem diferente é Cristo, que estava atormentado com as paixões da alma e os desejos de carne humana, foi gradualmente separado do que é inferior, e tornou-se melhor pelo seu progresso em boas obras, e não poderia ser criticado em seu modo de vida, e como um mero homem foi batizado em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo, e através deste batismo recebeu a graça do Espírito Santo e veio a merecer filiação e ser venerado, da mesma forma que alguém venera a estátua do imperador, como se ele fosse Deus, o Verbo ...; seja anátema! (III, 129)<sup>324</sup>

<sup>322</sup> DAMASCENO, João. Ἐτῆς δὲ οὐσίας τοῦ Πατρὸς Γοιον ὧν γέννημεότις εικότως καὶ τὰ τοῦ Πατρὸς λέγει εἶναι. πρεπόντως καὶ ἀκολούθως, τῷ λέγειν. Ἐγὼ δὲ Πατὴρ ἐν ἑσμεν, ἐπήγαγεν. Ἴνα γνῶτε, ὅτι ἡ ἐν τῷ Πατρὶ καὶ ὁ Πατὴρ ἐν ἑμοί. [...] Τοῦτο δὲ καὶ ἀπὸ τοῦ παραδείματος τῆς εικόνας τοῦ βασιλέως, προσεχέστερόν τις κατανοῆσαι δύναται. Ἐν γὰρ τῇ εικόνι βασιλέως, τὸ εἶδος καὶ ἡ μορφή ἐστὶ καὶ ἐν τῷ βασιλεὶ, τὸ ἐν τῇ εικόνι εἶδος ἐστίν. (III, 114) In: DAMASCENI, S. Joannis. *Oratio III. Adversus Eos'Qui Sacras Imagines Abjiciunt*. In: *Patrologiae Graecae Tomus XCIV*. S. Joannes Damascenus. p. 1404.

<sup>323</sup> DAMASCENO, João. Ὡσπερ γὰρ, ἀπόντος μὲν βασιλέως, ἡ εἰκὼν κτοῦ προσκυνεῖται, παρόντος δὲ, λοιπὸν περιτον καταλιπόντα τὸν πρωτότυπον προσκυνεῖ τῇ εἰκόνι οὐ μὴν, ἐπεὶ οὐ προσκυνεῖται διὰ τὸ παρῆναι τὸν, δὲ ὄν προσκυνεῖται, ἀτιμάζεσθαι αὐτὴν δεῖ τοῦτο τι νομιζῶ συμβῆναι περὶ τὴν τοῦ νόμου σκιά, ἢ τὸ γράμμα (σκιά γὰρ αὐτὸν καλεῖ ὁ Ἀπόστολος). (III, 127) In: DAMASCENI, S. Joannis. *Oratio III. Adversus Eos'Qui Sacras Imagines Abjiciunt*. In: *Patrologiae Graecae Tomus XCIV*. S. Joannes Damascenus. p. 1412.

<sup>324</sup> DAMASCENO, João. Ἐἰ τις ἀντιποιεῖται Θεοδώρου τοῦ ἀσεβοῦς α. Μοψουστειαίας τοῦ εἰπόντος, ἄλλον εἶναι τὸν Θεὸν Αἶγον, καὶ ἄλλον τὸν Χριστὸν, ὑπὸ παθῶν ψυχικῶν καὶ τῶν τῆς σαρκὸς ἐπιθυμιῶν ἐνοχλούμενον, καὶ τῶν χειρόνων κατὰ μικρὸν χωριζόμενον, καὶ οὕτως ἐκ προκοπῆς ἔργων βελτιωθέντα, καὶ ἰκ παλιτείας ἀμώμου ρ καταστάντα, ὡς ψιλὸν ἄνθρωπον βαποσθῆναι, εἰς ὄνομα τοῦ Πατρὸς, καὶ Γιοῦ, καὶ ἀγίου Πνεύματος, καὶ διὰ τοῦ βαπτίσματος τὴν χάριν καὶ ἀγίου Πνεύματος λαβόντα, καὶ υἰοθεσίας ἀξιωθῆναι καὶ κατὰ ἰσότητα βασιλικῆς εικόνας, εἰς πρόσωπον τοῦ Θεοῦ Αἰγίου

Vemos aqui uma separação clara entre imperador e Deus, mostrando que, apesar de ser escolhido por Ele, o imperador não deve ser tratado como Deus, mas deve ser respeitado devido ao cargo que ocupa.

Dessa forma, podemos concluir que as obras de Damasceno foram escritas com a finalidade de fazer crítica ao imperador, neste caso, ao imperador Leão III que além de dar início à iconoclastia, em sua única obra jurídica, a *Ecloga*, se auto intitulou “rei e sacerdote”, o que para o monge era visto como um ato de tirania, pois um rei não poderia, segundo as constituições bizantinas, ser também um sacerdote<sup>325</sup>. “Essa apropriação sugere que se eliminou a distinção entre a autoridade imperial e o sacerdócio, apesar de caracterizar o seu papel em termos bastante convencionais”<sup>326</sup>. Nas palavras de Dagron:

Como obra apenas tenemos la recopilación jurídica *Écloga*, y sobre todo su prefacio, muy probablemente de autoría imperial. Está trufada de referencias bíblicas y revela a un soberano muy seguro de la procedencia divina de su derecho de dictar leyes y de reformar a los hombres. “Puesto que Dios, al confiarnos el poder imperial, tuvo a bien aportar la prueba de tan temeroso amor que Le profesamos, y nos ha ordenado, según la expresión de Pedro, corifeo de los apóstoles (I Pedro, V, 2), pacer a su muy fiel rebaño [...]” (*Ecloga*). Aquí el emperador se definía como una especie de obispo, directamente elegido por Dios para gobernar la cristandad, y ya hemos visto en otra parte que también como un Nuevo Ezequías fundiendo la serpiente convertida en ídolo.<sup>327</sup>

É possível perceber essa crítica anti-imperial de Damasceno, principalmente nas passagens nas quais cita o imperador Leão III chamando-o de “selvagem” e faz uma brincadeira com o nome do imperador e o “leão”, animal considerado “selvagem”<sup>328</sup> e, na passagem na qual diz que está a se fazer um novo Evangelho “segundo Leão”, o que indica que para o monge, a iconoclastia seria uma religião dos imperadores (Leão e seu filho Constantino), uma nova fé<sup>329</sup>.

Por outro lado, podemos também perceber em seus escritos, uma defesa do poder imperial, desde que o imperador não aja como um tirano, contrário às

---

προσκυνησθαι, ἀνάθεμα ἔστω. (III, 129) In: DAMASCENI, S. Joannis. *Oratio III. Adversus Eos Qui Sacras Imagines Abjiciunt*. In: *Patrologiae Graecae Tomus XCIV*. S. Joannes Damascenus. p. 1412.

<sup>325</sup> Cf. DAGRON, 2007.

<sup>326</sup> Cf. CARDOSO, 2013, p. 92.

<sup>327</sup> Cf. DAGRON, *op. cit.*, 2007, p. 219.

<sup>328</sup> Cf. CARDOSO, *op. cit.*, 2013, p. 97.

<sup>329</sup> Cf. DAGRON, *op. cit.*, 2007, p. 24.

constituições eclesiásticas e nem aja como um membro da Igreja, a quem foi conferido o dever de legislar sobre os assuntos da Igreja.

Apesar do ataque à forma de proceder do imperador ao perseguir os costumes da Igreja, São João esforça-se por sublinhar a lealdade dos cristãos para com o imperador no cumprimento dos assuntos próprios do Império. O teor fundamental deste ponto centra-se no clero bizantino, firmada na sua lealdade ao imperador, mas esclarecido sobre os privilégios da Igreja e do seu clero e fiel à tradição da Igreja.<sup>330</sup>

Neste sentido, podemos constatar que mais que uma simples defesa das imagens ou simples crítica ao poder imperial, os tratados de Damasceno podem ser considerados um debate acerca da autoridade política em Bizâncio, nos quais faz um tipo de manual com o intuito de lembrar ao imperador as suas funções e ao mesmo tempo defender a legitimidade do poder imperial, pois o imperador dependia de sua popularidade, como assinalou Kaldellis, frente aos súditos para se manter no poder.

### **3.3. Damasceno e sua perspectiva sobre a representação imperial: a visão de quem está longe do centro do poder bizantino**

Após a análise dos antecedentes e da eclosão da iconoclastia, da questão teocrática ou não do poder imperial e da vida de São João Damasceno e de seus tratados sobre as imagens não só como uma defesa das mesmas, mas enquanto também um debate acerca da autoridade política em Bizâncio, é necessário que se faça considerações diante da correlação dos fatos apresentados até aqui, juntamente com a perspectiva de Damasceno sobre a representação imperial, diante de um ponto de vista de quem se encontrava fora dos domínios bizantinos, pois “Damasceno viveu sob a jurisdição política do califado e, por isso, era considerado um estrangeiro para o Império Bizantino cristão do seu tempo”.<sup>331</sup>

A princípio é preciso recapitular o fato de que o monge João Damasceno quando escreveu os seus três tratados em defesa das imagens divinas encontrava-se em um mosteiro na Província da Palestina, território que já não fazia mais parte

<sup>330</sup> CARDOSO, 2013, p. 93.

<sup>331</sup> BOY, 2008, p. 165.

dos domínios bizantinos por ter sido conquistado pelos árabes no século VII. Sendo assim, ao estudarmos as suas obras, estamos lidando com a percepção de quem estava observando o que ocorria dentro de Bizâncio a partir de uma perspectiva de quem estava distante e recebia informações sobre o que ocorria, mas não vivia os acontecimentos.

Diante disso, deve-se ter cuidado ao examinar as obras de Damasceno dentro da crise iconoclasta e tratá-las como a concepção de todos os membros monásticos bizantinos, pois a defesa das imagens se limita às suas obras no século VIII e às obras do também monge Teodoro Estudita no século IX. Desse modo, não podemos afirmar que essa era a visão e a opinião de todos os mosteiros, pois como bem assinalou Michael Angold<sup>332</sup>, muitos mosteiros encontravam-se favoráveis à nova política contrária às imagens instituída pelo imperador Leão III.

Outro problema em relação à sua percepção estava no fato de que dentro da própria Igreja existiam contradições referentes às constituições eclesiásticas, principalmente no que se referia à legitimidade ou não da produção e culto das imagens. Como já assinalamos no primeiro capítulo, um dos principais Padres da Igreja, Eusébio de Cesaréia, mostrou-se contrário às imagens em uma carta escrita a Constância, irmã do imperador Constantino que lhe pediu que lhe enviasse um retrato de Cristo. Nota-se, assim, que apesar de nunca se opor às imagens havia membros da Igreja que não as aceitavam, sendo importante lembrar também que a posição oficial da Igreja sobre os ícones só aconteceu no século VII, três séculos após o que foi defendido por Eusébio.

Além disso, encontramos incongruências também no que concerne ao dever atribuído ao imperador de legislar não só sobre os interesses do Estado, mas também sobre as questões eclesiásticas, o que foi defendido, sobretudo por Eusébio de Cesaréia, entretanto, considerado tanto por Damasceno quanto por Estudita como inadequado.

É preciso destacar novamente o problema das fontes do período iconoclasta e o fato das mesmas reportarem o ponto de vista eclesiástico, já que as fontes iconoclastas foram destruídas após o fim definitivo do período. Outro problema diz respeito à escassez de textos que se refiram à opinião da população bizantina e suas crenças, o que dificulta o entendimento do período, já que relatos

---

<sup>332</sup> ANGOLD, 2002. pp. 68-86.

como o citado pela *Crônica de Teófanos* acerca da retirada da imagem de Cristo da *Chalké*, que teria dado início às ações iconoclastas e causado revolta na população, foram considerados questionáveis, devido também à sua tendência iconófila.<sup>333</sup>

Fontes questionáveis também são as que se referem a relatos de perseguições contra os monges que teriam sido orientadas pelo imperador Constantino V e que atribuem a eclosão do iconoclasmo a uma política antimonástica.<sup>334</sup> Como já foi destacado, temos acesso apenas a duas obras de referência escritas por monges (Damasceno e Estudita) que se assumiram contrários à iconoclastia publicamente e esse fato teria sido levantado pela imperatriz Irene e pelo patriarca Tarásio sem provas contundentes.<sup>335</sup>

Há quem considere ainda que esses relatos faziam parte de uma campanha de difamação contra o imperador Constantino V após o restabelecimento das imagens em 787 e o triunfo definitivo das mesmas em 843, como forma de afirmação, apesar de mais tarde, esses mesmos indivíduos que o difamaram terem admitido o seu sucesso enquanto um forte líder militar frente aos problemas externos do Império. No entanto, o maior problema estaria na disseminação dessa imagem negativa do imperador veiculada por muitos pesquisadores modernos do período.<sup>336</sup>

Além do mais, destaca-se a questão já defendida por Anthony Kaldellis<sup>337</sup> acerca dos princípios republicanos existentes em Bizâncio e acerca da deposição de imperadores considerados tiranos ou impopulares. Como essa situação não ocorreu no decorrer da crise iconoclasta, já que o próprio Damasceno em várias passagens considera o imperador Leão III um tirano contrário aos ideais eclesiásticos e às manifestações populares tal como o culto das imagens, e como já ressaltamos não há fontes que comprovem o parecer da população sobre, podemos concluir que a política iconoclasta e os imperadores precursores da mesma, Leão III e seu filho Constantino V foram bem vistos no Império ao contrário do que foi defendido por Damasceno. Ademais, sobre isso é preciso

---

<sup>333</sup> BRYER; HALDON, 2001.

<sup>334</sup> Autores como Ostrogorsky (1984), Diehl (1961), Lemerle (1991), Hilário Franco Júnior e Ruy de Oliveira Filho (1985) e Boy (2007) defendem a iconoclastia enquanto um movimento antimonástico.

<sup>335</sup> HALDON, 2010, p. 11.

<sup>336</sup> BRUBAKER. In: JAMES, 210, p. 332.

<sup>337</sup> KALDELLIS, 2015.

relembrar que as imagens dos imperadores iconoclastas após o fim definitivo da sua política contrária às imagens, foram destruídas<sup>338</sup>, o que reforça essa ideia, já que pode-se perceber uma tentativa, por parte dos iconófilos, de encerrar a popularidade que esses imperadores pudessem ter, principalmente em decorrência de seus sucessos militares em um momento de crise.

Neste sentido, podemos concluir que Damasceno ao escrever os seus tratados dentro de um território que pertencia aos árabes, mas que já havia pertencido aos bizantinos, ao mesmo tempo que fazia uma crítica aos imperadores iconoclastas, também advogava uma defesa da popularidade da representação imperial bizantina frente ao momento de crise causado pela expansão árabe, como forma de demonstrar a importância desse líder político para a defesa territorial.

---

<sup>338</sup> NEGRAU, 2011, pp. 65-66.

## CONCLUSÃO

Produzir uma pesquisa sobre a crise iconoclasta do século VIII em Bizâncio é uma tarefa um tanto quanto complexa que envolve diversos seguimentos da estrutura social bizantina e diversos contratempos como a falta de documentação, como procuramos ressaltar o tempo todo neste trabalho. Ademais, a documentação existente procurou retratar o iconoclasmo e seus precursores sempre de forma negativa, o que fez com que tivéssemos muitas lacunas frente aos acontecimentos. No entanto, preencher as lacunas encontradas nesse período obscuro da era Bizantina é uma tarefa complicada e, como bem ressaltamos, esse não era o nosso propósito.

Nosso objetivo era inserir as obras de São João Damasceno em defesa das imagens divinas, dentro de um debate não só da imagem em si, mas também da natureza do poder imperial em Bizâncio, com o intuito de tentar compreender os tratados enquanto uma perspectiva de Damasceno frente ao poder imperial, de simultânea crítica e legitimação.

Contudo, para chegar até o cerne de nossa tese foi preciso, primeiramente, fazer um amplo estudo dos antecedentes da iconoclastia, passando pelos primeiros séculos, discutindo os dogmas cristãos e heresias, a história de como as imagens foram adquirindo importância para a sociedade bizantina, além da discussão em torno do caráter autocrático do poder imperial, tão defendido e difundido pela maioria dos pesquisadores. Procuramos ainda demonstrar a importância do monacato e o seu lugar na sociedade e como a crise do século VII juntamente com a expansão islâmica levou ao poder o imperador Leão III, que logo após deu início à política iconoclasta.

Esse primeiro passo foi importante para que pudéssemos compreender o complexo cenário em que se iniciou o iconoclasmo em que Damasceno viveu e escreveu suas obras contrárias ao mesmo.

Nosso segundo passo consistiu em situar o leitor sobre a vida, tradição e obras de São João Damasceno, para uma maior compreensão de quem ele foi para depois analisarmos os seus três tratados de forma sistemática para que pudéssemos assimilar melhor os seus argumentos favoráveis à produção e culto

das imagens sagradas, para depois demonstrar como esses mesmos argumentos foram utilizados para legitimar o poder imperial. Em seguida, fizemos algumas considerações acerca dessas obras, em conjunto com uma bibliografia que abarcava o estudo das mesmas.

Nosso terceiro e último passo foi, justamente, situar as obras de Damasceno em um debate sobre autoridade política, na tentativa de demonstrar a perspectiva do mesmo sobre a representação imperial. Procuramos, primeiramente, fazer uma discussão acerca da herança republicana romana de Bizâncio, para em seguida demonstrar um paralelo entre as imagens sagradas e os retratos imperiais para, por último, refletir sobre o papel de Damasceno enquanto um cristão em território islâmico, demonstrando a partir de seus escritos sua percepção das decisões que estavam sendo tomadas em relação à sua crença dentro do Império Bizantino.

Em meio ao que propomos foi possível observar que não havia consenso entre os membros da Igreja sobre questões religiosas como a legitimidade ou não da imagem, que vinha desde o século IV e sobre a autoridade ou não do imperador frente aos assuntos eclesiásticos, pois enquanto Eusébio de Cesaréia defendia atuações do imperador dentro da Igreja, como a convocação de sínodos, Damasceno se colocava contrário a essas atuações com a afirmação de que ao imperador só cabia os assuntos do Estado.

Percebemos também como o próprio Damasceno fazia uma clara divisão entre Igreja e Estado, e a diferença que ele fazia das funções do imperador em ambas as esferas, o que nos faz presumir que suas obras seriam também um debate sobre a popularidade e a impopularidade do imperador e sua função enquanto líder supremo e defensor do Império.

Destacamos que este foi mais um trabalho que estudou o iconoclasmo sob a perspectiva imperial, clerical, monacal e não a partir das manifestações populares, devido à escassez de fontes sobre as mesmas. No entanto, reconhecendo o Império enquanto um herdeiro da república romana, como assim defendeu Kaldellis, é possível não afirmar, mas tirar algumas conclusões, como o fato de que a popularidade ou impopularidade e possível deposição dos imperadores iconoclastas não ocorreu, já que eles eram considerados tiranos por Damasceno, o que nos leva a crer que a população não era contrária aos mesmos e sua política.

Ressaltamos também que os poucos relatos sobre manifestações populares do período foram considerados documentos questionáveis, devido às intenções que esses documentos poderiam conter, já que foram escritos a partir do ponto de vista iconófilo e apresentam a iconoclastia e seus adeptos sempre de forma negativa. Dessa forma, mesmo as obras de Damasceno foram analisadas por nós com cuidado, devido a essas tendências negativas.

No que concerne aos escritos de São João Damasceno demonstramos o uso que ele fez do conceito de protótipo para explicar como o culto às imagens é importante para venerar Deus, pois através das mesmas era possível chegar N'ele. Ademais, o monge utilizou ainda do conceito de tradição para apresentar a importância das tradições eclesiásticas escritas e não escritas; do conceito de encarnação para expressar a possibilidade de representar Cristo por ele já ter sido homem; do conceito de idolatria que, em sua perspectiva, se referia aos cultos pagãos e aos cultos judaicos; de adoração que ele explicou que poderia ser oferecida somente a Deus; de veneração que poderia ser oferecida a Cristo, à Virgem e aos santos; de honra e memória que deveria ser dada a todos aqueles que tenham tido boa conduta e feito boas obras em vida e de imitação para a defesa de que se imitem os bons atos feitos em vida.

A partir da utilização desses conceitos para defender as imagens divinas foi possível perceber como Damasceno se utilizou de alguns deles, como os de protótipo, honra e memória para também defender o poder imperial e suas funções.

Assim, acreditamos que conseguimos chegar ao objetivo de nosso trabalho em situar os tratados de Damasceno em um debate sobre a autoridade política bizantina, desviando da análise religiosa dos mesmos, feita pelos nossos demais colegas. Nosso intuito era o de explorar outras frentes e possibilidades de textos tão importantes e grandiosos sobre o período iconoclasta. Esperamos, dessa forma, que outras possibilidades possam ainda ser exploradas para que consigamos compreender ao máximo esse período obscuro da história bizantina, devido à escassez de fontes.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Fontes

ESPINOSA, Fernanda. *Antologia de textos históricos medievais*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1972. P. 63. Documento referente à condenação das imagens em Bizâncio.

GRUMEL, Venance. *Le patriarcat byzantine. Série I, les registes des actes du patriarcat de Constantinople. V. 1, Les actes patriarches, fasc. II et III. Les registes de 715 à 1206*. Paris: Institut Français d'Études Byzantines, 1989. Deuxième édition revue et corrigée par Jean Darrouzès, 1989.

DAMASCENO, João. In: LOUTH, Andrew. (Translation and Introduction). *Three Treatises on the Divine Images. St. John of Damascus*. First Edition. New York: ST Vladimir's Seminary Press, 2003.

MANGO, Cyril. *The Art of the Byzantine Empire, 312-1453: Sources and Documents*. Toronto: University of Toronto Press, 1993.

### Fontes primárias

DAMASCENI, S. Joannis. *Oratio Apologetica Prior. Adversus Eos'Qui Sacras Imagines Abjiciunt*. In: *Patrologiae Graecae Tomus XCIV*. S. Joannes Damascenus. Disponível in: <<http://patristica.net/gaeca/>> acesso em: 21/01/2015.

\_\_\_\_\_. *Oratio II. Adversus Eos'Qui Sacras Imagines Abjiciunt*. In: *Patrologiae Graecae Tomus XCIV*. S. Joannes Damascenus. Disponível in: <<http://patristica.net/gaeca/>> acesso em: 21/01/2015.

\_\_\_\_\_. *Oratio III. Adversus Eos'Qui Sacras Imagines Abjiciunt*. In: *Patrologiae Graecae Tomus XCIV*. S. Joannes Damascenus. Disponível in: <<http://patristica.net/gaeca/>> acesso em: 21/01/2015.

*Decree of Secound Concil of Nicea, 787*. The decree of the Holy, Great, Ecumenical Synod, the Second of Nicea. Disponível in: Medieval Sourcebook, website <[www.fordham.edu](http://www.fordham.edu)> acesso em: 21/01/2015.

*Epítome of the Definition of the Iconoclastic Conciliabulum, Held in Constantinople, A. D. 754*. Disponível in: Medieval Sourcebook, website <[www.fordham.edu](http://www.fordham.edu)> acesso em: 21/01/2015.

## Dicionários e obras de referências

CORMACK, Robin; VASSILAKI, Maria. *Byzantium, 330-1453*. London: Royal Academy of Arts, 2008. Catálogo da exposição “Byzantium”, na Royal Academy of Arts, London, 25 de outubro de 2008 a 22 de março de 2009.

BÍBLIA SAGRADA. São Paulo: Sociedade Bíblica Católica Internacional e Paulus, 1990.

KAZHDAN, Alexander P. *The Oxford Dictionary of Byzantium*. 3 vols. New York – Oxford: Oxford University Press, 1991.

## Bibliografia geral

ALBERIGO, Giuseppe (Org). *História dos Concílios Ecumênicos*.; [tradução José Maria de Almeida; revisão Honório Dalbosco]. São Paulo: Paulus, 1995.

ANGOLD, Michael. *Bizâncio: a ponte da Antiguidade para a Idade Média*. Tradução: Alda Porto Santos. Rio de Janeiro: Imago, 2002. pp. 68-86.

ANTHONY, Sean W. *Fixing John Damascene’s Biography: Historical Notes on His Family Background*. *Journal of Early Christian Studies* 23:4, 2015, pp. 607–627.

AHRWEILER, Hélène. *L’idéologie politique de l’Empire byzantin*. Paris: Presses Universitaires de France, 1975. pp. 25-36.

AUZÉPY, Marie-France. *State of emergency (700-850)*. In: SHEPARD, Jonathan. *The Cambridge History of the Byzantine Empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, pp. 251-291.

BACARREZA, Clara María Suspichiatti. *San Juan Damasceno, teólogo de las imágenes. Su importancia e injerencia en la defensa iconódula durante la primera Querrela Iconoclasta en Bizancio (726-787) y su aporte a las definiciones conciliares de Nicea II*. *Revista Electrónica Historias del Orbis Terrarum*, n. 04. Santiago, 2010.

BAJJANI, Lucy Cavallini. *Estudo dos ‘Libri Carolini’: uma contribuição para o estatuto da imagem na Idade Média*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH/ USP, 2009.

BESANÇON, Alain. *A imagem proibida. Uma história intelectual da Iconoclastia*. Rio de Janeiro: Betrand Brasil, 1997. .

BOY, Renato Viana. *Bizâncio, o Oriente semita e a querela das imagens. Séculos VIII e IX*. Monografia de bacharelado. UFOP. DEHIS, 2004.

\_\_\_\_\_. *A Querela Iconoclasta: uma disputa em torno dos ícones no Império Bizantino- 726-843*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2007.

\_\_\_\_\_. *João Damasceno e os fundamentos da produção iconográfica no Cristianismo Ortodoxo medieval*. In: VII Semana de Estudos Medievais, 2008, Rio de Janeiro. Atas da VII Semana de Estudos Medievais, 2008. Vol. 1.

BRUBAKER, Leslie. Icons and Iconomachy. In: JAMES, Liz (edited by). *A companion to Byzantium*. Oxford:Wiley-Blackwell, 2010. pp. 323-337.

BRYER, Anthony; HALDON, John (General Editors). *Byzantium in the iconoclast era (ca 680-850): the sources*. Centre for Byzantine, Ottoman and Modern Greek studies University of Birmingham, 2001.

CAMERON, Averil. *O texto como arma: polêmica na “Idade das Trevas” de Bizâncio*. In: BOWMAN, Alan K.; WOOLF, Gug. (Org.). *Cultura escrita e poder no mundo antigo*. Trad. Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Ática, 1998. PP. 242-263.

CARDOSO, Isabel Maria Leitão Cortes Alçada. *Encarnação e imagem. Uma abordagem histórico-teológica a partir dos três discursos de São João Damasceno em defesa das imagens sagradas*. Tese de Doutorado. Lisboa: UCP/ Faculdade de Teologia, 2013.

CORMACK, Robin; HALDON, John; JEFFREYS, Elizabeth (Edited by). *The Oxford Handbook of Byzantine Studies*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

CORRIGAN, Kathleen. Iconography. CORMACK, Robin; HALDON, John; JEFFREYS, Elizabeth (Edited by). *The Oxford Handbook of Byzantine Studies*. Oxford: Oxford University Press, 2008. pp. 67-76.

CUNNINGHAM, Mary. *Byzantine Views of God and the Universe*. In: JAMES, Liz (edited by). *A companion to Byzantium*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2010. pp. 149-159.

DIEHL, Charles. *Os grandes problemas da história bizantina*. São Paulo: Editora das Américas, 1961. Cap. V e VI.

DAGRON, Gilbert. *Emperador y Sacerdote: estudio sobre el “Cesaropapismo” bizantino*. Granada: Universidad de Granada, 2007.

FERNANDES, Caroline Coelho. *A marca cristã nas relações de poder em Bizâncio e a crise iconoclasta*. Anais dos Simpósios da ABHR, v. 14, 2015.

\_\_\_\_\_. *Cristianismo e imagem no Império Bizantino, séculos VIII e IX*. Monografia de Bacharelado. UFOP. DEHIS, 2014.

\_\_\_\_\_. *O iconoclasmo bizantino: problemas e perspectivas*. Revista Mundo Antigo, v. 4, nº 8, 2015.

GREGORY, Timothy E. *A History of Byzantium*. Oxford: Blackwell Publishing, 2005.

HALDON, John. *Iconoclasia en Bizancio: mitos y realidades*. Anales de Historia Antigua, Medieval y Moderna, Buenos Aires, v. 42, 2010.

\_\_\_\_\_. *Political-Historical survey 518-800*. CORMACK, Robin; HALDON, John; JEFFREYS, Elizabeth (Edited by). *The Oxford Handbook of Byzantine Studies*. Oxford: Oxford University Press, 2008. pp. 249-263.

JUNIOR, Hilário Franco; e FILHO, Ruy de Oliveira Andrade. *O Império Bizantino*. 3ª Edição. São Paulo: Brasiliense, 1985. Coleção "Tudo é História". Pp. 12-31.

KALDELLIS, Anthony. *The byzantine republic. People and power in New Rome*. Cambridge: Harvard University Press, 2015.

KANTOROWICZ, Ernst. *Os dois corpos do rei: um estudo sobre teologia política medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, pp. 40-169.

LEMERLE, Paul. *História de Bizâncio*. [Tradução: Marilene Pinto Michael]. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

LOUTH, Andrew. *Christology and Heresy*. In: JAMES, Liz (edited by). *A companion to Byzantium*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2010. pp. 187-198.

\_\_\_\_\_. *St. John Damascene: Tradition and Originality in Byzantine Theology*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

MAGUIRE, Henry. *Art and Eloquence in Byzantium*. Princeton: Princeton University Press, 1994. p. 9.

MAIER, Franz Georg. *Historia Universal Siglo XXI, Bizâncio*. México: Siglo XXI de Espana Editores, 1986.

\_\_\_\_\_. *Las transformaciones Del mundo mediterráneo. Siglos III-VIII*. 13 edición. México: Siglo Veinteuno editores, 1989. Volumen 9.

MANGO, Cyril. *Byzantium. The Empire of the New Rome*. 3 ed. London: Phoenix, 1998. pp. 105-124

McCORMICK, Michael. *O imperador*. In: CAVALLO, Guglielmo (Dir.). *O homem bizantino*. Lisboa: Presença, 1998. pp. 219-239.

McGUCKIN, John. *Monasticism and monasteries*. CORMACK, Robin; HALDON, John; JEFFREYS, Elizabeth (Edited by). *The Oxford Handbook of Byzantine Studies*. Oxford: Oxford University Press, 2008, pp. 611-620.

NEGRAU, Elisabeta. *The ruler's portrait in byzantine art a few observations regarding its functions*. European Journal of Science and Theology, Vol.7, Nº.2, 2011. pp. 63-75.

OSTROGORSKY, Georg. *Historia Del Estado Bizantino*. Tradução de Javier Facci. Madri: Akal, 1984. pp. 157-216.

PREVITE-ORTON, C. W. *Historia del mundo en la Edad Media*. Barcelona: Editorial Ramón Sopena, 1967. p. 349.

RUNCIMAN, Steven. *A Civilização Bizantina*. Tradução: Waltensir Dutra. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1977.

\_\_\_\_\_. *A Teocracia Bizantina*. Tradução: Heloisa Toller Gomes. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

SHERRARD, Philip e os redatores dos livros "Time-Life". A Instituição Sagrada. In: SHERRARD, P. *Bizâncio*. Trad. José Laurêncio de Melo. Livraria José Olympio Editora. Rio de Janeiro, 1970. Cap. 5. p. 92-112.

TALBOT, Alice-Mary. *A monastic world*. HALDON, John. *A social History of Byzantium*. United Kingdom: Wiley Blackwell, 2009. pp. 257-278.

TAVEIRA, Celso. *O modelo político da autocracia Bizantina: fundamentos ideológicos e significado histórico*. Tese de doutorado, USP, 2002.

VASSILAKI, Maria. *Icons*. In: CORMACK, Robin; HALDON, John; JEFFREYS, Elizabeth (Edited by). *The Oxford Handbook of Byzantine Studies*. Oxford: Oxford University Press, 2008. pp. 758-769.